

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JULIANA CRISTINA DOS SANTOS DUARTE

**“TÔ VELHA, MAS NÃO TÔ MORTA”: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE
MULHERES QUE PARTICIPAM DO PROJETO UNIVERSIDADE ABERTA À
PESSOA IDOSA DA UFMS**

Campo Grande - MS
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

JULIANA CRISTINA DOS SANTOS DUARTE

**“TÔ VELHA, MAS NÃO TÔ MORTA”: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE
MULHERES QUE PARTICIPAM DO PROJETO UNIVERSIDADE ABERTA À
PESSOA IDOSA DA UFMS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFMS da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Dr. **Guilherme R. Passamani**

Campo Grande - MS
2021

A velhice neste país é como tudo aqui (Flávio Migliaccio).

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos direcionam-se as pessoas que tornaram a construção desta pesquisa possível. Agradeço às companhias, companhias que marcam desde todos os momentos, desde antes da realização da prova da seleção do mestrado proporcionada por minha querida Neimara. Agradeço ao companheirismo de meu querido Damir, que mesmo doente levou uma caneta para mim. Agradeço também às minhas amigas Isa, Kellen e Alanna que tornaram possível ter tranquilidade em sala.

Agradeço às pessoas que estiveram muito perto também, minha querida Su, que me ajudou a respirar. Minha incansável Àquila pela força e inúmeras ajudas. Minhas amores, Jô, Balu, Fer e Di que me inspiram.

Aos meus queridos amigos Edu e Professor Paulinho, que se tornaram da família, e são meus maiores incentivadores. Minhas amigas desde os tempos da Pedagogia, Tat e Samanta, por estarem sempre por aqui. A minha pequena Xará, que me torna meus processos mais doces.

Minha companheira de corrida Winny que me ajudou sempre que conseguiu. E meu querido Vlad, por ter me ouvido tanto.

Agradeço em especial a meu Dani que tem me ajudado a permanecer de pé, com você a vida se tornou mais simples. A meu pai e minha mãe, pelo apoio, mesmo quando não entendem muito bem o que estou fazendo.

Em especial, agradeço a meu orientador por ter me ajudado a construir fé em mim mesma.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo construir uma análise do lugar atribuído à educação por mulheres que estão vivenciando a terceira idade. O desejo de estarem em um espaço social como a universidade acaba por constituir a ressignificação desse espaço. Para a análise, temos como interlocutoras mulheres idosas participantes da Universidade Aberta à Pessoa Idosa - UNAPI/UFMS, que escolheram, dentre às atividades ofertadas pelo programa institucional, participar de disciplinas de graduação. Em um primeiro momento, percebeu-se a importância da discussão interseccional entre envelhecimento e gênero, como forma de contextualizar a dinâmica vivenciada pelas mulheres. O objetivo principal da pesquisa é entender o que faz com que mulheres, já na terceira idade, escolham como atividade adentrar a dinâmica da vida acadêmica. Neste sentido, buscou-se problematizar trajetórias de envelhecimento de mulheres que fomentam o querer continuar estudando na terceira idade. Por ser um estudo que parte da UNAPI, nossas interlocutoras são mulheres a partir dos 60 anos, das diversas camadas da sociedade, que, ao menos, se matricularam em matérias de graduação oferecidas pela UNAPI de 2019 - 2020. A abordagem incide na compreensão das particularidades do curso da vida, a partir da apreensão de suas narrativas. Sendo assim, a pesquisa utilizou-se, teórico-metodologicamente, de um viés etnográfico, através de conversas informais e entrevistas semi-estruturadas partindo de tópicos específicos sobre as trajetórias de envelhecimento dessas mulheres, bem como suas especificidades.

Palavras-chave: envelhecimento; mulheres; memória; curso da vida; UNAPI.

ABSTRACT

The present dissertation aims to construct an analysis of the place given to education by women who are experiencing old age. The desire to be in a social space like the university, ends up constituting the resignification of that space. For the analysis, we have as interlocutors elderly women participating in the Open University for the Elderly - UNAPI / UFMS, who chose among the activities offered by the institutional program to participate in undergraduate courses. At first, the importance of the intersectional discussion between aging and gender was perceived as a way of contextualizing the dynamics experienced by women. The main objective of the research is to understand what makes women, already in old age, choose as an activity to enter the dynamics of academic life. In this sense, we sought to problematize the aging trajectories of women who encourage the desire to continue studying in old age. As it is a study from UNAPI, our interlocutors are women over 60 years old, from different layers of society, who, at least, enrolled in undergraduate subjects offered by UNAPI from 2019 - 2020. The approach focuses on understanding the particularities of the course of life, from the apprehension of their narratives. Thus, the research used, theoretically and methodologically, an ethnographic bias, through informal conversations and semi-structured interviews starting from specific topics about the aging trajectories of these women, as well as their specificities.

Keywords: aging; women; memory; course of life; UNAPI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I - MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: OS ENTRECRUZAMENTOS POSSÍVEIS NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NA TERCEIRA IDADE	20
CAPÍTULO II - TRANSVERSALIZANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO, COR/RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO ESTABELECIDAS NA UNAPI	39
2.1 A Universidade Aberta à pessoa Idosa	39
2.2 Olhares docentes a respeito do recebimento de mulheres idosas em disciplinas de graduação	55
2.3 Do enfrentamento e resistência às dificuldades	69
CAPÍTULO III - <i>FIQUEI PREOCUPADA, TÔ MORRENDO</i>: DOS RELATOS A RESPEITO DO DESEJO	88
3.1 Morte em vida e a conformação de subjetividades	89
3.2 As categorias em articulação e a vida das mulheres	102
3.3 Mulher, classe, cor/raça e terceira idade:	112
3.4 Desejos e apropriação dos sistemas de poder: resignificação do estudar	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133

INTRODUÇÃO

A primeira frase do título desta dissertação “tô velha, mas não tô morta” foi algo que eu¹, a autora que a vocês escreve, cresceu ouvindo. Minha mãe sempre soltava essa frase quando era questionada por escolher alguma atividade que parecia questionável para alguém. Ouvi essa frase muitas vezes direcionada a mim, quando na adolescência, comecei a questionar as decisões de minha mãe a respeito dos lugares onde ela queria ir, ou das atividades que ela queria fazer. Meu olhar, que hoje percebo, estava totalmente imerso nas concepções tradicionais a respeito do que uma mulher de 50 e poucos anos devia ou não fazer. Para mim, havia lugares certos para ela e outros extremamente questionáveis.

Partindo de meu olhar anterior, que direcionava às mulheres lugares específicos, como o ambiente privado, da família e definia quais os comportamentos esperados dessas mulheres, bem como a forma como deveriam se vestir, por exemplo. Essa pesquisa é, primeiramente, fruto da decisão por questionar as lógicas tradicionais construídas ao redor das mulheres na terceira idade. Existem comportamentos associados a partir do imaginário para mulheres, também há comportamentos específicos pensados para mulheres na terceira idade. Há nas mulheres que decidem extrapolar tais lugares uma tentativa de superação das lógicas tradicionais. A superação das lógicas tradicionais fomenta a contestação do lugar dado às mulheres na terceira idade em nosso contexto sociocultural.

A presente pesquisa por fim é fruto da decisão por me debruçar nas especificidades do envelhecimento de mulheres que escolhem adentrar a sala de aula já na terceira idade. Entendo aqui a decisão de adentrar a sala de aula como possibilidade de resistência por parte das mulheres interlocutoras do que é socialmente esperado delas. Terceira idade, aqui, diz respeito à etapa da vida marcada cronologicamente a partir dos 60 anos de idade. A escolha pelo grupo de mulheres acontece motivada a partir de experiências vivenciadas na UNAPI - Universidade Aberta à Pessoa Idosa, da UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que, posteriormente, torna-se o lócus desta pesquisa. Há alguns pontos que localizam minhas experiências e que vão revelando os motivos mais amplos de estar aqui.

Como forma de contextualizar este percurso, vale destacar o objetivo norteador da pesquisa: analisar o lugar dado à educação pelas mulheres interlocutoras na fase da vida que estão vivenciando, a terceira idade. Nosso objeto de pesquisa diz respeito às experiências vivenciadas pelas mulheres interlocutoras. Aqui, este lugar se refere às disciplinas de

graduação da UFMS, disciplinas que têm vagas disponibilizadas a partir de articulação da UNAPI. Partindo desse objetivo, nossa problemática é qual o lugar da educação no processo de envelhecimento de mulheres na terceira idade? A resposta a essa problemática se dará a partir do entendimento de algumas questões, que são: o que traz as mulheres idosas para a universidade? Como as mulheres chegaram aqui? Qual foi a trajetória vivenciada para que chegassem aqui?

Para que chegássemos a essas discussões e objetivo, partimos das hipóteses de que existem novas formas de envelhecimento estabelecidas na atualidade e que as mulheres interlocutoras da pesquisa fariam parte do grupo que está construindo, de sua forma, seu envelhecimento. Essas hipóteses surgiram antes mesmo do arcabouço teórico da pesquisa, sendo percebidas a partir de vivências e observações ao longo da vida.

Segundo Lizete de Souza Rodrigues e Geraldo Antonio Soares (2006), a mudança das representações sociais atribuídas às pessoas mais velhas na sociedade brasileira seria fruto de mudança na estrutura demográfica do país, decorrente do aumento da expectativa de vida. Este aumento da vida cronológica estaria acompanhado de manifestações somáticas da velhice, caracterizadas por uma redução das capacidades funcionais, de resistência e de trabalho, por exemplo. Segundo o Matheus Papaléo Netto (2002), associam-se a perda dos ‘papéis sociais’ antes executados por essas pessoas, a solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas (PAPALÉO NETTO, *apud*, RODRIGUES; SOARES, 2006).

O envelhecimento populacional é um dos fenômenos mais significativos do século XXI . A taxa de crescimento da população idosa mundial é de aproximadamente 3% ao ano, e estima-se que, em 2050, essa população será formada por 2,1 bilhões de pessoas. Atualmente, existem cerca de 962 milhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo, o que corresponde a 13% da população total. Até 2050, todas as regiões do mundo, exceto a África, terão quase um quarto de suas populações compondo essa faixa etária. Igualmente no Brasil, 13% de sua população correspondem a pessoas com mais de 60 anos, e esse índice deverá chegar a 29,3% em 2050 (SOUSA; LIMA; CESAR; BARROS, 2018, p. 2).

Segundo Sousa, Lima, Cesar e Barros (2018) o fenômeno que acompanha o envelhecimento populacional seria a, assim denominada por eles, feminização da velhice. “[...] isto é, a maior proporção de mulheres que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas” (SOUSA; LIMA; CESAR; BARROS, 2018, p. 2). As autoras continuam destacando que no ano de 2012, para cada grupo de 100 mulheres com 60 anos ou mais em todo o mundo, existiam apenas 84 homens. E destacam também que, para cada 100

mulheres com 80 anos ou mais, só existiam 61 homens. Entretanto, apesar de viverem mais tempo, as mulheres teriam a pior qualidade de vida, se comparadas aos homens, isso porque as relações de gênero que estruturam todo o curso de vida, e influenciam o acesso a recursos e oportunidades, gerariam impactos e efeitos contínuos e cumulativos na vida social e econômica das mulheres (SOUSA, LIMA, CESAR, BARROS, 2018).

O envelhecimento pode ser entendido, neste contexto, como um processo constante na vida do ser humano. A velhice, neste processo, daria conta de uma etapa da vida, que em nossa sociedade é marcada cronologicamente, isto quer dizer, pela passagem do tempo. O envelhecimento como processo e a velhice como etapa deste processo constituem o curso da vida, sendo o entrecruzamento de categorias como gênero, cor/raça e classe social fator que configura o curso da vida.

O curso da vida permite um diálogo não apenas com os determinismos biológicos que constroem, de maneira estática, as idades, mas possibilita erguer pontes entre as diferentes formas de viver, com as experiências acumuladas e com a própria memória que acaba por reconstruir histórias individuais e coletivas (PASSAMANI, 2015, p. 47).

Este conceito delineia um processo complexo, configurado por aspectos individuais, sociais, culturais e históricos. Sendo assim, a partir dele a compressão da vida humana perpassa menos a ideia do que seria imposto naturalmente, como por exemplo as debilidades sofridas pelo corpo com o passar dos anos, e enfoca-se na construção social direcionada ao envelhecimento e velhice. Percebemos neste contexto que a mudança na estrutura demográfica servia também como um fator crucial para que lugares novos sejam pensados como possíveis para as pessoas idosas em nossa sociedade.

A utilização do termo ‘curso da vida’ corresponde a uma institucionalização social para a dinâmica da vida, “essa institucionalização [...] está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos etários específicos” (DEBERT, 1999, p. 73). O curso da vida agrupa todas as áreas e momentos da vida de uma pessoa, este está diretamente ligado às experiências vividas. Em nossa sociedade, o curso da vida é lido a partir dos grupos etários, que na presente pesquisa será o grupo denominado terceira idade. Entende-se aqui que o curso da vida de grupos etários específicos pode fomentar experiências comuns, proporcionadas pelo lugar social dado a essas pessoas por meio de nosso contexto cultural.

Atualmente a expectativa de vida da população brasileira é de 73,6 anos, segundo a Agência Brasil² (2019). Partindo da constatação do aumento da vida das pessoas, estabelecem-se novas formas de olhar e lidar com a velhice na sociedade. Essa mudança estaria então construindo novas formas de ser velho/a, em resposta ao aumento deste grupo etário (pessoas a partir dos 60 anos de idade). À medida que vamos envelhecendo mais, e de forma mais ativa, o entendimento e a categorização do curso da vida, reconfiguram-se, alterando as formas de leitura do processo de envelhecimento.

Para Debert (2004),

A análise das associações e programas para a terceira idade é interessante, porque são formas de associativismo em que a idade cronológica é um elemento fundamental na aglutinação dos participantes e, nesse sentido, distinguem-se das outras formas [...] que, congregando majoritariamente pessoas mais velhas, não têm na idade uma dimensão central nas práticas desenvolvidas (DEBERT, 2004, p. 138).

A UNAPI seria, então, um projeto que se utiliza da idade cronológica como um elemento fundamental na seleção dos e das participantes, baseando nela para a construção das atividades desenvolvidas. Para tanto, seu enfoque está na promoção da saúde mental e relações sociais para pessoas idosas. Ao participarem de algum dos projetos ofertados pela UNAPI, às pessoas idosas incluem-se nesta dinâmica de promoção. A atividade que decidimos adentrar é a das disciplinas de graduação em que são ofertadas vagas para as pessoas idosas participantes da UNAPI.

Ao discutirmos o envelhecimento, entende-se, portanto, que ele é um processo que ocorre desde o nascimento. O envelhecimento é constituído por aspectos biológicos, psicológicos e socioculturais. Biológico porque segue o desenvolvimento do corpo, bem como os anos vividos e cultural porque as vivências do envelhecimento são estabelecidas social e culturalmente.

Portanto, a busca pela análise das formas de envelhecer sendo mulher, direciona a escolha da pesquisa, demonstrada por uma especificidade do grupo de mulheres interlocutoras, a escolha como atividade em que dedicaram tempo e esforços, realizar disciplina em curso de graduação da UFMS. Um adendo importante é que essa atividade é a única que requer um mínimo de escolaridade, que seria o Ensino Médio completo, algo que indica outro ponto que as mulheres participantes desta pesquisa têm em comum.

² disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/expectativa-de-vida-aumenta-mais-de-tres-meses-e-chega-763-anos>> acesso em: 5 de agosto de 2020

A escolha pela temática específica é fruto de discussões e desdobramentos de orientações e matérias cursadas no primeiro semestre letivo do ano 2019 no Mestrado em Antropologia Social (UFMS). Já o interesse pelo tema do envelhecimento, e, mais especificamente, o envelhecimento das mulheres que estão escolhendo disciplinas de graduação, surge a partir da participação em projetos de extensão, “Jiló e Jurubeba: uma dupla de amargar!” e “Trupe Dell’arte”, ambos vinculados à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em que foi proporcionado contatos e participação em atividades com idosos e idosas participantes da Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI - UFMS) no ano de 2018.

Em 2019 pude auxiliar nas matrículas do primeiro semestre da UNAPI, o que facilitou a percepção de que o contingente de mulheres à procura de disciplinas de graduação era maior que o de homens. O que ressalta o interesse na particularidade do envelhecimento feminino, e como ele se dá, para que mulheres consideradas da terceira idade desejem estar inseridas na dinâmica de sala de aula.

Posteriormente, como pré-campo, tive a oportunidade de articular uma roda de conversa na UNAPI. A roda de conversa aconteceu em um dos projetos oferecidos, que é o Envelhecimento Ativo, que ocorre todas às quartas feiras, das 13h e 30min às 15h, no prédio do Sedfor (UFMS), na sala 4. Neste projeto 46 idosas e idosos estavam cadastrados, sendo que no dia de nossa roda de conversa, que foi 28 de agosto de 2019, trinta e seis pessoas estavam presentes. Das trinta e seis pessoas participantes do projeto presentes, vinte e nove eram mulheres na terceira idade, sendo apenas seis homens.

No dia 27 de fevereiro de 2020 estive mais uma vez em contato com a UNAPI auxiliando nas matrículas do primeiro semestre, o que ampliou minha trajetória com o projeto. A primeira questão perceptível ao adentrar a sala de espera foi que havia apenas um homem ali, em contraponto 11 mulheres, isto as 7h e 40 min. Ao encerrar o dia de matrículas, 26 mulheres haviam feito inscrições nas diversas atividades oferecidas pela UNAPI, enquanto 5 homens haviam feito o mesmo. Vale destacar que as matrículas ocorreram por mais dois dias. Sendo assim, minha observação traz apenas um parâmetro, que reforça o fato de que as mulheres são a maioria inscritas nas atividades da UNAPI. Em um momento seguinte, quando acessamos as informações completas sobre as matrículas na UNAPI, por meio da coordenação do projeto, tivemos reforçada tal constatação, de que as mulheres são maioria em todas as atividades oferecidas pela UNAPI.

A pesquisa parte da UNAPI/UFMS que efetiva suas atividades na Cidade Universitária (Campo Grande). Por ser onde ocorreu a participação em projetos de extensão que favoreceram o primeiro contato tanto com a UNAPI, sendo assim com idosos e idosas

participantes. Entender a UNAPI como um local que fomenta oportunidades para desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de habilidades e competências relacionadas à autonomia, independência, manutenção ou reinserção na sociedade de idosos e idosas como cidadãos plenos de direito, nos aproxima da dinâmica encontrada, e como a UNAPI lida mais especificamente as idosas ali inseridas. Outro ponto importante é o fato de termos delimitado o grupo de interlocutoras da pesquisa a partir da lista de matrículas do ano de 2019 e 2020, por terem sido os anos em que estive em contato com a UNAPI.

Por se tratar de uma etnografia, o presente estudo está respaldado pelo trabalho de campo antropológico tendo em vista seu caráter interpretativo. Segundo Geertz (1978), “[...] a interpretação antropológica está construindo uma leitura do que acontece” (GEERTZ, 1978, p. 13). Neste sentido, a interpretação se baseia no que acontece nessa ocasião, neste lugar, partindo do que pessoas específicas dizem. Em nosso caso, partiremos do que as mulheres interlocutoras dizem a respeito das atividades em que estão inseridas e da UNAPI, bem como das experiências vividas por elas na dinâmica das matérias de graduação, na busca pelo entendimento da dinâmica dos processos de envelhecimento dessas mulheres. O recorte da pesquisa se deu a partir das matrículas em disciplinas de graduação no ano de 2019 e 2020, a escolha pelos anos se deu por terem sido anos em que estive envolvida com a UNAPI.

Vale destacar que o “[...] lócus do estudo não é o objeto do estudo” (GEERTZ, 1978, p. 14). Nossa análise se dedicou, portanto, às relações estabelecidas na UNAPI e não sendo a UNAPI nosso objeto de estudo. Procuramos então, a partir do entendimento das relações, acessar as formas de envelhecer sendo mulher. O lugar dado à educação nesse processo também servirá de auxílio para o entendimento das novas formas de envelhecimento estabelecidas na atualidade.

Objetivamos, em última instância, com esta etnografia, a partir das considerações estabelecidas pautadas na vida das mulheres na terceira idade participantes de disciplinas de graduação, que estão diretamente entrelaçadas com nosso contexto social e cultural, “apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 1978, p. 20). O que efetiva-se, a partir das análises das experiências de envelhecimento de mulheres que estão relacionando-se de formas específicas com a educação na terceira idade.

Seria impossível redigir este texto sem destacar o fato de estarmos vivenciando uma pandemia. Não há no mundo alguém que não tenha ouvido falar da COVID-19, acredito que falo sem exageros. Este parágrafo está ganhando forma no dia 12 de julho de 2020. Estou na sala de casa. São 8h50 da manhã. Não era bem como me imaginava nesse momento de

pesquisa. Busquei no Google - mortes no Brasil coronavírus - a tabela disponibilizada pelo Google como primeiro link resposta à pesquisa, diz a respeito dos casos confirmados, 1.839.850, recuperados 1.244.088, mortes 71.469. As mulheres que fazem parte de minha pesquisa são mulheres idosas, pertencentes ao grupo de risco. Por esse motivo, mesmo sendo uma pesquisa etnográfica, as observações ficaram longe de acontecer, as conversas informais aconteceram via grupo de *whatsapp*, e as entrevistas no privado do aplicativo.

Na construção do projeto de pesquisa, acreditava poder seguir os seguintes passos: entrar em contato com a coordenação da UNAPI para estabelecer um primeiro contato; conhecer as mulheres participantes do projeto que fazem disciplinas em graduação; estabelecer contato com elas e as primeiras conversas informais; observar as atividades da UNAPI; bem como, observar as algumas aulas em graduação que as mulheres participam; estabelecer contato com as interlocutoras em outros espaços na tentativa de construir uma relação mais próxima; fomentar conversas informais e entrevistas com as mesmas; revisar a literatura que tratam de iniciativas parecidas com a UNAPI, e das discussões de envelhecimento, curso da vida, geração e gênero.

Entretanto, a vivência de uma pandemia reconfigurou tudo isso. Consegui, portanto, entrar em contato com a coordenação da UNAPI para estabelecer um primeiro contato com minhas interlocutoras; acessei os números de telefone das mulheres; estabeleci contato com elas e as primeiras conversas informais; em seguida fomentei conversas informais e entrevistas com as mesmas via *whatsapp*; revisei a literatura que trata de iniciativas parecidas com a UNAPI e das discussões de envelhecimento, curso da vida, geração e gênero. Tudo isso sem sair de casa.

Como forma de acessar informações, a partir da fala das mulheres, em um primeiro momento, planejamos utilizar a história de vida e a história oral, que para Guita Debert (1986), por existirem duas vantagens neste instrumental, elas seriam expressas através dos campos de problemas, a primeira diz respeito ao campo que visa a produção de uma documentação. A segunda residiria no fato de possibilitar o estabelecimento de uma conversação ou diálogo entre informante e analista, possibilitando o diálogo com os sujeitos estudados. Dando ao informante condições de nos levar a ver outras dimensões, e a pensar de maneira mais criativa a problemática que através dele nos propomos analisar (DEBERT, 1986).

Entretanto, pelo fato de encontros pessoais e com um tempo maior de conversa terem sido impossibilitados pela pandemia, buscamos, a partir de instrumentos tecnológicos (mídias sociais) que estavam ao nosso alcance, estabelecer a dinâmica da pesquisa. Buscando manter

um diálogo claro entre pesquisadora e interlocutoras, utilizando-se de aspectos da pesquisa etnográfica. Para isso, em um primeiro momento, construiu-se um roteiro de entrevista por temas/tópicos para nortear as conversas. Os temas privilegiados foram: Origem familiar, infância e escola; Vida profissional; Família constituída e Vivências atuais. Dentro dos temas foram inseridos tópicos, que delinearam assuntos importantes que deveriam ser discutidos. A escolha pelos tópicos ocorre como forma de tornar a conversa mais fluida, isso porque dependendo de quem era a interlocutora a forma de abordar os temas foi alterada.

As conversas não limitaram-se aos tópicos ou às perguntas que surgiam, sendo elas apenas um pontapé inicial para a conversa e uma forma de acessarmos informações que respondessem às questões. As conversas aconteceram de forma livre, em que as mulheres interlocutoras puderam também iniciar conversas sobre assuntos que lhes parecessem interessantes, bem como nortear as respostas livremente. Utilizamos neste contexto a etnografia como metodologia, entendendo que a etnografia para além do campo perpassa a construção da análise. Sendo assim, não foi viável a utilização de algumas técnicas etnográficas, como a observação, pois a pesquisa foi construída de forma online.

Nosso destaque aqui se dá pelo fato de que a vivência da pandemia ocasionou a adaptação dos métodos de pesquisa, a fim de capturar-se melhores evidências. Por tanto a etnografia que partiria da observação foi adaptada às necessidades sociais, que em nosso caso foram constituídas por conta da pandemia de COVID-19. Sendo assim, podemos pensar a dinâmica de pesquisa online que parte de uma forma de comunicação já estabelecida (o *Whatsapp*), como uma forma de acesso viável as informações necessárias para a análise etnográfica. Entendemos portanto que a presente pesquisa tem um caráter qualitativo com viés etnográfico, por meio de uma mídia social.

Todo esse aparato tem mudado a maneira como as pessoas constroem a realidade, organizam seus grupos, se relacionam. Principalmente, pelos “novos” meios de comunicação que possibilitam a Comunicação Mediada por Computador (CMC), a qual utiliza não somente o computador, mas todos os periféricos que permitem à sociedade, ou a parte dela que tem acesso ao aparato, criar uma realidade online [...] Os mundos, online e off-line, não são necessariamente realidades separadas – mundo real versus mundo virtual – mas podem ser considerados um continuum da mesma realidade (NOVELI, 2010, p. 109).

Por fim, entendemos a etnografia por meio da internet possível, sendo o aplicativo *whatsapp* instrumento viável para se estabelecer diálogos com as interlocutoras. Visto que as relações estabelecidas de forma online podem ser consideradas um continuum da realidade

offline. Algo que pode ser exemplificado pelo recebimento de convites para um encontro presencial quando a pandemia acabar, feito por interlocutoras que nunca viram a entrevistadora pessoalmente, mas que por, meio das conversas online, conseguiram estabelecer relações que beiram a afetividade.

No dia 3 de abril, criei o primeiro grupo com a turma matriculada em 2020, acessei seus contatos por meio do coordenador da UNAPI, 18 participantes (apenas das que consegui o número de telefone celular). Mandeí um áudio explicando o porquê de um grupo intitulado Mulheres da UNAPI as havia adicionado. Após essa primeira mensagem, 8 mulheres deixaram o grupo, algumas sem dizer nada, outras apenas dizendo que não haviam feito matérias na graduação. Esta primeira constatação, a de que no primeiro grupo eu não havia encontrado nenhuma mulher que havia concluído alguma matéria de graduação, ampliou o foco anterior. Agora investigaria a trajetória de vida de mulheres que, ao menos, se interessaram por matérias de graduação e se matricularam nelas, cumprindo ou não a carga horária necessária. Poderíamos, neste sentido, buscar entender os porquês de interesse e os porquês de uma não conclusão.

Essa informação fomentou um interesse maior pelas dinâmicas de vida, tanto atualmente, como pelas experiências vividas que poderiam ou não fomentar o desejo. Por isso, os tópicos abordados durante as conversas foram origem familiar, infância e escola, vida adulta, vida profissional e terceira idade. Esses tópicos foram escolhidos como forma de acessar: local e data de nascimento; pertencimento geográfica, profissão e escolaridade dos pais; condição socioeconômica da família; experiência escolar; família constituída (casamento/divórcio, filhxs); inserção no mercado de trabalho; funções principais exercidas e formação profissional específica; vivências; e as razões de continuar estudando.

As primeiras respostas obtidas no grupo ao me apresentar e apresentar a proposta da pesquisa foram:

Muito bem moça bonita, eu sou Teresinha e gostaria sim de ser uma entrevistada, porém não fiz graduação, participei de um curso de extensão no ano passado e estou participando de outro... no aguardo do retorno às aulas no momento! Conte comigo, parabéns pelo interesse (TEKA).

Bom Dia. Eu comecei a fazer o curso, mas depois parei. Tenho interesse em participar da pesquisa e no que estiver ao meu alcance vou contribuir (MARIA).

Tais respostas positivas delinearam o campo já neste primeiro contato. Posteriormente, consegui os contatos das mulheres matriculadas no ano de 2019, tanto no primeiro semestre,

como no segundo semestre do ano. Isso acrescentou mais 12 novos contatos no grupo, totalizando então 22 mulheres. Entretanto, 4 mulheres responderam a solicitação de participação na pesquisa, outras duas apenas saíram do grupo.

Telma responde em áudio, com voz simpática, diz que participou de um curso gratuito na universidade e que poderia cooperar comigo. Kip responde que poderíamos marcar, já Aparecida destaca que havia apenas feito a matrícula, mas não participou do curso. Por fim, Cleonice salienta que iria participar sim. Sendo assim, a presente pesquisa tem como interlocutoras, em um primeiro momento, 8 mulheres, com idades a partir dos 60 anos, que, ao menos, se matricularam em disciplinas de graduação ofertadas pela UNAPI/UFMS. As mulheres idosas participantes da pesquisa, matriculadas nas matérias de graduação foram, Lúcia, Cléo, Teka, Menina, Princesinha do Ébano, Merilym, Kip, Telma, Nega e Margarida³ (podemos citar também Geni, que conversou apenas uma vez comigo, mas é citada durante o texto). Para construir o perfil de nossas interlocutoras também solicitamos que elas respondessem um pequeno questionário com o intuito de captar informações sociodemográficas. Constituído por: um termo de consentimento; nome completo; escolha de apelido/pseudônimo; pertencimento étnico-racial; renda per capita; bairro onde reside; meio de transporte utilizado para chegar a universidade; religião; se possui plano de saúde. Bem como um espaço para responder: Você gostaria de continuar estudando?; Tem em mente o que gostaria de estudar? Se sim, qual área é de seu interesse?; Se você for resumir o que significa estudar (educação) em uma frase, como definiria?; Se puder, escreva em suas palavras, qual a sua realidade de vida atualmente? As informações acessadas nas entrevistas/conversas e nos questionários serão descritas e discutidas ao longo desta dissertação.

Neste momento gostaríamos de delinear um panorama geral a respeito de quem são nossas interlocutoras.

- Lúcia: Tem 63 anos, se autodeclara parda, sua renda per capita é de até 2 salários mínimos, reside distante da universidade, não possui plano de saúde, é católica, possui educação superior (Licenciatura em Pedagogia).
- Cléo: tem 63 anos, se autodeclara parda, tem como renda per capita o equivalente a mais de 2 salários mínimos, é católica, mora próximo à universidade, possui plano de saúde e tem educação superior completa (Licenciatura em Biologia).

³ Os nomes das interlocutoras e interlocutores da pesquisa foram substituídos por apelidos. A escolha foi motivada por decisão das mesmas.

- Teka: tem 63 anos, se autodeclara parda, tem renda per capita de mais de 2 salários mínimos, mora perto da universidade, é cristã, possui plano de saúde, possui ensino médio completo e é tecnóloga em Logística.
- Menina: tem 70 anos, se autodeclara parda, tem renda per capita de mais de 2 salários mínimos, é católica, possui plano de saúde e educação superior completa (Licenciatura em Matemática).
- Princesinha do Ébano: tem 62 anos, se autodeclara preta, sua renda per capita é de mais de 2 salários mínimos, não declarou onde reside, nem se possui alguma religião, possuiu educação superior completa (Licenciatura em Educação Física).
- Merilym: tem 65 anos, se autodeclara parda, possui renda per capita de até 1 salário mínimo, não reside perto da universidade, não tem plano de saúde, possui ensino médio completo e curso técnico em contabilidade.
- Kip: tem 68 anos, se autodeclara branca, possui renda per capita de mais de 5 salários mínimos, reside próximo a universidade, não possui religião, possui plano de saúde e tem educação superior incompleta (Engenharia Civil).
- Telma: tem 68 anos, se autodeclara preta, tem renda per capita mensal de até 1 salário mínimo, não mora próximo a universidade, é espírita, possui plano de saúde, possui ensino médio completo.
- Nega: tem 63 anos, se autodeclara preta, tem renda per capita de menos de 1 salário mínimo, não mora próximo à universidade, é católica, não possui plano de saúde, possui ensino médio completo e Normal Médio.
- Margarida: tem 64 anos, se autodeclara parda, sua renda per capita é de até 1 salário mínimo, não possui plano de saúde, é católica, possui educação superior (Odontologia).

Este panorama revela, em um primeiro momento, quem são as mulheres que se matricularam em disciplinas de graduação interlocutoras de nossa pesquisa.

A presente pesquisa encaminha-se em torno de questões complexas, como uma pandemia e a construção de uma etnografia durante o isolamento social. Também enfrentar pequenos percalços, como um campo diferente do planejado anteriormente e a efetivação de uma pesquisa qualitativa por meio de aplicativo de celular. Isso, de certa forma, serviu como mais uma maneira de recorte, por exemplo as mulheres de quem salvei o número de celular e não apareceram na lista do *Whatsapp* foram excluídas do convite para participação da

pesquisa, entendendo que os contatos se deram por meio do aplicativo. Outro exemplo pertinente pode ser o fato de que duas mulheres que em um primeiro momento se prontificaram a participar, não conseguiram separar tempo para nos responder. Podemos considerar, neste contexto, que o fazer etnográfico aconteceu de maneira on-line.

Para a construção deste trabalho, contamos com o auxílio de outras pessoas, pessoas envolvidas na dinâmica da UNAPI, direta e indiretamente. Nosso primeiro entrevistado foi o atual Coordenador da UNAPI-UFMS, Eduardo Ramirez Meza. Também disponibilizaram seus tempos para nos contar suas experiências como professores e professora de alunas da UNAPI. Dentre os três professores temos 2 alocados na Faculdade de Ciências Humanas, e um na Faculdade de Educação, a professora interlocutora também leciona na Faculdade de Educação. Essas conversas aconteceram com o intuito de entender, de uma forma mais completa, como aconteceram as dinâmicas em sala de aula. São essas informações que dão forma ao segundo capítulo do presente texto.

Gostaríamos de ressaltar que o critério para que as disciplinas sejam ofertadas pela UNAPI corresponde à disponibilidade de cada professor e professora dos cursos de graduação UFMS em aceitar este público em sala de aula.

Temos então uma análise das experiências de envelhecimento de mulheres que estão ocupando um espaço social não pensado para elas, que neste caso seriam os espaços das disciplinas de graduação em uma universidade pública. Destacamos isso por entender que a estrutura da universidade não foi elaborada para atender pessoas na terceira idade, enquanto a UNAPI pode ser vista como uma forma de rompimento, fomentando a entrada dessas mulheres em disciplinas de graduação. A análise acontece para responder ao anseio pelo entendimento do envelhecimento de mulheres que decidiram ocupar o espaço público, tornando-o um ambiente possível, bem como, decidiram continuar estudando na terceira idade. Buscamos aqui os significados das decisões, desejos e vontades dessas mulheres que, a partir de suas vivências, foram impulsionadas a ocupar um lugar improvável.

No primeiro capítulo, discutiremos a respeito dos marcadores sociais da diferença e seus entrecruzamentos possíveis em nossa discussão como forma de aproximação teórica com o campo de pesquisa. Buscamos neste capítulo aproximar nossas e nossos leitores dos conceitos norteadores dessa pesquisa.

No segundo capítulo delinearemos um breve histórico a respeito da Universidade Aberta à Pessoa Idosa. Delinearemos a dinâmica da UNAPI da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, a partir da entrevista com o coordenador. Por fim, traremos a discussão a

respeito dos olhares docentes a respeito do recebimento de mulheres encaminhadas pela UNAPI a suas disciplinas.

O terceiro capítulo trata de estabelecer uma discussão a respeito das informações obtidas durante as conversas com as mulheres interlocutoras, na tentativa de analisar o lugar da educação em suas vidas. Para isso há a discussão em torno dos marcadores sociais da diferença interseccionados e das agências.

CAPÍTULO I

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA: OS ENTRECRUZAMENTOS POSSÍVEIS NA CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NA TERCEIRA IDADE

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma inserção de meus e minhas leitoras nas questões conceituais da pesquisa, que são os marcadores sociais da diferença (gênero, classe e cor/raça) e suas articulações interseccionais constituintes das interlocutoras da pesquisa. O capítulo também traz a discussão a respeito de como tais articulações fomentam agência e como o desejo de estar inserida na dinâmica da universidade serve a agência. É do contexto sociocultural que a categorização das faixas etárias provêm, “[...] vale salientar que fatores sócio-culturais definem o olhar que a sociedade tem sobre os idosos e o tipo de relação que ela estabelece com esse segmento populacional” (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 3).

Assim, a idade cronológica nos parece um pontapé inicial possível para a conceituação da terceira idade e da pessoa idosa, bem como, a forma como percebemos o envelhecimento em nossa cultura. Este ponto nos é importante, visto que as mulheres interlocutoras da pesquisa têm idades a partir dos 60 anos. Esse fato delimita, em um primeiro momento, quem são as interlocutoras: as mulheres idosas que, por meio da UNAPI, decidiram matricular-se em matérias de graduação.

Também vale destacar a importância da problematização das categorias utilizadas para enquadrar as pessoas, entendendo que essas não são dadas de uma forma natural, mas são estabelecidas pelo entendimento social de quem são as pessoas pertencentes aos grupos etários. Em nosso contexto cultural e social, temos definido que, a partir dos 60 anos de idade, uma pessoa faz parte da terceira idade. Este preceito estabelecido desconsidera outros fatores da vida, como por exemplo a saúde, já que independente de ser/estar saudável, ou estar debilitada, de alguma forma, uma pessoa, ao completar 60 anos de idade, é absorvida pela categoria terceira idade.

Ora, não há fato que exemplifique mais tal observação do que a própria UNAPI, pois é um projeto institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Cidade Universitária (Campo Grande), dedicado a pessoas idosas. Nele, fomentam-se atividades específicas para pessoas a partir dos 60 anos. O fato de existirem tais atividades consideradas específicas e planejadas, demonstram, por si só, o discorrido acima: o fato de que completar 60 anos delinea lugares (talvez novos) às pessoas.

Mais um conceito importante nesta discussão é o de geração, que, segundo Alda Motta (2010), “[...] designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo

social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal” (MOTTA, 2010, p. 229). O conceito de geração explicita o grupo de mulheres que faz parte da pesquisa, isto porque essas mulheres têm proximidades de vivências que foram proporcionadas pela UNAPI, bem como suas idades se aproximam. Elas também fazem parte do mesmo grupo etário, a terceira idade, portanto, podemos entendê-las como pertencentes à mesma geração.

Segundo as autoras Thayza Felipe e Sandra Sousa (2014),

A segmentação do curso da vida surge gradativamente com as diferenças entre as idades e com a atribuição de funções e hábitos específicos para cada grupo. Desta forma, a velhice é reconhecida como uma etapa isolada das outras, como resultado do processo de novas fases da vida e da separação das idades nos espaços públicos e privados (FELIPE, SOUSA, 2014, p. 22).

A forma de vivenciar a velhice é, portanto, uma construção social e não pode ser tratada como um dado natural, pois surgiu com o aparecimento de instituições e agentes especializados, que precisam de tais definições para a manutenção de suas atividades. Portanto, “velhice não é uma categoria natural” (FELIPE; SOUSA, 2014, p. 22). Ela é uma etapa do curso da vida que foi institucionalizada dentro da dinâmica social, sendo “[...] importante refletir na especificidade do curso da vida das mulheres” (DEBERT, 1997, p. 3).

No sentido de que há especificidades e estratégias vivenciadas na dinâmica de envelhecimento de mulheres participantes da UNAPI, parece relevante destacar que, ao acessar as formas de envelhecer sendo mulher que decide se matricular em matéria de graduação, evidenciam-se especificidades do grupo.

O primeiro ponto é que há um recorte de gênero explícito em nossa discussão, isto acontece por entendermos que o conceito de gênero busca, “[...] enfatizar e problematizar a construção histórica, social e cultural dos comportamentos de homens e mulheres [...]” (FELIPE, 2012, p. 221). As formas de ser mulher constituem-se a partir da construção histórica e o meio social e cultural em que elas estão inseridas, o que anula a ideia de ‘essência’ nos comportamentos tidos como femininos.

Sendo assim, os comportamentos tidos socialmente como comportamentos esperados das mulheres são fruto do contexto machista⁴, patriarcal⁵ e misógino⁶ circundante. Vale

⁴ A partir de Maria Cecília de Souza Minayo (2005), podemos compreender o machismo como, a concepção do masculino como sujeito da sexualidade enquanto o feminino é entendido como seu objeto. O “masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero” (MINAYO, 2005, p. 24). O masculino ganha então “a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o

salientar que, a escolha de mulheres como interlocutoras da pesquisa se deu, primeiramente, pela curiosidade nas especificidades de vivências das mulheres. Posteriormente, constata-se que as mulheres são maioria nas matrículas da UNAPI, o que reforçou a possibilidade de haver especificidades nessas vivências.

Quando decidimos discutir gênero, precisamos pensar em sua importância. Isso é necessário porque essa categoria surge quando se entende a relevância para a garantia de direitos.

Embora a Declaração Universal garanta a aplicação dos direitos humanos sem distinção de gênero, no passado, os direitos das mulheres e as circunstâncias específicas em que essas sofrem abusos foram formulados como sendo diferentes da visão clássica de abuso de direitos humanos e, portanto, marginais dentro de um regime que aspirava a uma aplicação universal. Tal universalismo, entretanto, fundamentava-se firmemente nas experiências dos homens. Consequentemente, apesar da garantia formal, a proteção dos direitos humanos das mulheres foi comprometida à medida que suas experiências poderiam ser definidas como diferentes das dos homens (CRENSHAW, 2002, p. 107).

Tendo clareza que as experiências de vida das mulheres são distintas das dos homens, adentramos o campo do direito à educação das mulheres, que parte das experiências vivenciadas. As experiências anteriores, delineadas pelo acesso ou não à educação por parte das interlocutoras, vão sinalizando que a aplicação de direitos universais pode simplesmente subalternizar algumas pessoas. Logo, o desejo de estar em sala de aula, cursando disciplina de graduação pode ser fruto das experiências particulares de ser mulher dessas interlocutoras.

O fato de estarmos nos referindo ao envelhecimento, e também à dinâmica do curso da vida de mulheres, nos insere em um local de tensão entre os comportamentos esperados delas e as múltiplas formas com que essas mulheres rompem ou não com esses padrões. Portanto, vale destacar que apenas o fato de serem mulheres não justifica comportamentos únicos diante do curso da vida. Não existindo uma forma ‘natural’ de vivenciar o envelhecimento e a terceira idade, entretanto o conceito/categoria gênero delineia as especificidades desse curso da vida, buscando o que há em comum e o que as diferencia.

O gênero é, neste sentido, “[...] constituinte da *identidade* de sujeitos. [...]”

exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas” (MINAYO, 2005, p. 24).

⁵ Para Neuma Aguiar (2000), o patriarcado se refere a um sistema de controle da sexualidade e da reprodução baseado na tradição, que institui normas relação entre homens e mulheres, subjugando assim as mulheres (AGUIAR, 2000).

⁶ Segundo Geisa Maria Batista Moterani e Felipe Mio de Carvalho, a misogina “[...] apresenta-se como um ódio ou aversão às mulheres, podendo manifestar-se de várias maneiras, incluindo a discriminação sexual, denegrição, violência e objetificação sexual das mulheres” (MOTERANI; CARVALHO, 2016, p. 167).

compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas.” (LOURO, 2008, p. 29, *grifos da autora*). As identidades são plurais estão sendo construídas durante todo o percurso da vida com contribuição de elementos sociais e culturais. Além do gênero, temos outros constituintes de identidade, como, sexualidade, cor/raça, classe social, entre outros. Portanto, a categoria gênero é “[...] compreendida como uma categoria relacional e contextual, na tentativa de contemplar as complexidades e conflitos existentes na formação dos indivíduos” (FELIPE, 1995, p. 5). Buscamos, nesse sentido, entender as especificidades do envelhecimento dessas mulheres, como grupo, e também como indivíduo, na busca pela dinâmica vivida por elas para que chegassem às disciplinas de graduação.

Crenshaw (2002) destaca que a dimensão de gênero, em certas condições, pode ser clara, como é o caso de nossa pesquisa, entretanto destaca que a discussão de gênero é interseccional, havendo “[...] mais do que gênero envolvido nessa questão. Tais dinâmicas adicionais poderiam ser descobertas através da formulação de um conjunto de perguntas” (CRENSHAW, 2002, p. 183). Esta colocação sinaliza o fato de que, ao discutirmos a respeito do envelhecimento das mulheres idosas participantes de disciplinas de graduação, devemos olhar para além da categoria gênero, pois suas realidades são configuradas pela junção de alguns marcadores sociais da diferença. Tal discussão insere em nosso contexto de pesquisa a possibilidade de uma análise interseccional. Quando tratamos de interseccionalidade entendemos que, “o conceito é utilizado para referir-se à forma pela qual o racismo, as relações patriarcais, a opressão de classe e outros eixos possíveis de poder e discriminação criam desigualdades” (BERNADINO-COSTA, 2015, p. 151).

A interseccionalidade, no contexto de nossa pesquisa, dá suporte às “[...] análises que desvelem os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais” (RODRIGUES, 2013, p. 1). Em nossa discussão, outra categoria pertinente é cor/raça. Ela diz respeito a uma construção social que, “[...] trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. [...] São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc., pelo sangue” (GUIMARÃES, 2008, p. 66). Sendo assim, cor/raça se configura por um conjunto de características fenotípicas como, a cor da pele, o tipo de cabelo, conformação facial e cranial, a ancestralidade, a genética (SANTOS; PALOMARES; NORMANDO; QUINTÃO, 2010). E vai delinear, a partir de conjunto de características fenotípicas que constituem a pessoa, qualidades morais, intelectuais e psicológicas, por exemplo, que seriam características hereditárias.

As mulheres interlocutoras da pesquisa pertencem a cor/raça diferentes, isso delinea mais uma especificidade individual. Ainda discutindo as intersecções de marcadores sociais da diferença que afetam a vida das mulheres interlocutoras, podemos destacar o conceito de classes sociais. “[...] as classes sociais se relacionam por meio do poder que detém sobre as riquezas produzidas” (GROHMANN; FIGARO, 2014, p. 64). O acesso ou não aos bens produzidos delinham a posição de classe de cada pessoa, que no Brasil partem da renda familiar. Sendo assim, a renda familiar serve de medição de pertencimento às classes sociais.

Na dinâmica capitalista, as classes sociais ocupam diferentes funções na divisão social do trabalho, tal divisão é hierarquizante. Isso porque pertencer a uma classe social delinea acessos distintos para as pessoas, seja aos bens culturais, seja o acesso aos direitos sociais, como saúde, segurança e educação. Neste sentido, utilizaremos no texto os termos classe menos favorecida e classe mais favorecida ao delinear os acessos proporcionados ou não pela renda familiar das mulheres. Também utilizaremos esse conceito para analisar como a classe social auxilia ou não na configuração do desejo de estar na universidade.

É, portanto, o entrecruzamento das categorias identitárias que nos possibilita a compreensão de que se pode ser mulher de formas diferentes. Entende-se, nesse contexto, que existe uma relação que vincula patriarcado, racismo⁷ e capitalismo. A partir dessa associação, os marcadores sociais da diferença que constituem identidades fomentam vivências específicas em nosso contexto sociocultural. São portanto as diferentes

dimensões das desigualdades que privilegiem a compreensão da complexa dinâmica das relações sociais, ou seja, das várias intersecções de marcadores sociais como gênero/sexo, idade/geração, raça/etnia, sexualidade/orientação sexual e classe, através das quais são atualizados conjuntos de relações de diferenciação/articulação na nossa sociedade (MARIANO; MACÊDO, 2015, p. 12).

O curso da vida se constitui e se constrói, historicamente, socialmente e culturalmente, evidenciando a não fixidez nas formas de ser mulher idosa. Entende-se que, para além de serem mulheres idosas, nossas interlocutoras pertencem, por exemplo, a classes sociais diferentes, e cor/raça distintas. Sendo assim, apesar de suas vivências em comum e/ou pelas vivências que elas comungam, nossa busca é pela dinâmica de vida de mulheres que já estão na terceira idade e escolhem estar em matérias de graduação como atividade potente.

⁷ Segundo Carlos Moore Wedderburn (2007), o racismo faz parte da realidade social e cultural, sendo pautado no fenótipo, antes de pautar-se em questões políticas e econômicas. “Em toda sua dimensão destrutiva, esta opressão se constitui em variados tipos de discriminação contra os negros” (WEDDERBURN, 2007, p. 11).

Isso nos possibilita uma análise que parta do envelhecimento e das categorias em articulação. São as intersecções que dão conta da diferença “[...] em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos” (PISCITELLI, 2008, p. 266). Fomentando, então, a discussão a respeito da particularidade do curso de vida de mulheres com idade a partir dos 60 anos que privilegiam a educação como atividade a ser desenvolvida.

Sendo assim, cada mulher está vivenciando um envelhecimento específico. Nossa inserção parte de um local vivenciado por todas as mulheres idosas interlocutoras, a UNAPI, para entender o que há de comum, se é que há, e o que há de distinto entre esses processos que as levam às matérias de graduação da UFMS. Existe variedade nas experiências de envelhecimento e gênero, por exemplo. Pressupondo estarem inseridas em uma sociedade lida como machista, misógina e patriarcal. Assim, os lugares e acessos direcionados a elas podem ser diferentes dos direcionados socialmente aos homens.

Dando destaque às intersecções de categorias como, gênero, cor/raça e classe como forma de delinear essas vivências. Pode-se estabelecer que o caminho percorrido para que chegássemos ao universo da pesquisa fosse fruto de diversas indagações feitas a respeito do envelhecimento. O processo de envelhecimento acontece, portanto, por meio da interação de fatores complexos vivenciados que influenciam, de maneira variável, a vida das pessoas.

Segundo Rodolfo Herberto Schneider e Tatiana Quarti Irigaray (2008),

A velhice não é definida por simples cronologia, mas pelas condições físicas, funcionais, mentais e de saúde das pessoas, o que equivale a afirmar que podem ser observadas diferentes idades biológicas e subjetivas em indivíduos com a mesma idade cronológica [...] A distinção entre idosos jovens, idosos velhos e idosos mais velhos pode auxiliar no entendimento de que o envelhecimento não é algo determinado pela idade cronológica, mas é consequência das experiências passadas, da forma como se vive e se administra a própria vida no presente e de expectativas futuras; é, portanto, uma integração entre as vivências pessoais e o contexto social e cultural em determinada época, e nele estão envolvidos diferentes aspectos: biológico, cronológico, psicológico e social (SCHNEIDER, IRIGARAY, 2008, p. 586).

A idade cronológica não marca, de forma precisa, o envelhecimento, apesar de ser uma forma padronizada para se contar os anos vividos. Entendemos que, mesmo pessoas que viveram cronologicamente a mesma quantidade de anos, não necessariamente tiveram vivências iguais, ou até mesmo parecidas. Pelo contrário, há variações nas experiências que refletem na forma como alguém chega à velhice. Dentre as variações, podemos citar o estado

de saúde, que mesmo em pessoas na mesma idade podem ser diferentes. Seguindo esta linha de raciocínio, se considerarmos uma mulher idosa com debilidades na saúde e uma que não as possui, entendemos que elas desfrutarão de formas diferentes este momento da vida.

Rodrigues e Soares (2006), seguem destacando que as mudanças ocorridas na fase cronológica da vida que denominamos velhice levariam a uma discussão sobre o conceito de pessoa idosa. Isto porque, “impõe-se o questionamento dos critérios estabelecidos socialmente para determinar a partir de quando um indivíduo passa a ser incluído na categoria de idoso” (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 3).

Nossa pesquisa busca, neste sentido, o entendimento e análise de estratégias de envelhecimento estabelecidas por mulheres enquadradas na terceira idade pelo princípio cronológico. Visto que, "as categorias velho, idoso e terceira idade são construções sociais utilizadas para situar o indivíduo nas várias instituições da sociedade, em proveito da ordem social e do poder" (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 1).

O envelhecimento é, então, um processo que envolve vários fatores, podendo eles serem ambientais e até mesmo físicos, o que amplia o entendimento de que apenas os anos vividos seriam suficientes para delimitar uma categoria etária. "A idade em si não determina o envelhecimento, ela é apenas um dos elementos presentes no processo de desenvolvimento, servindo como uma referência da passagem do tempo" (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 592). Os aspectos sociais, culturais e políticos, bem como, preconceitos e expectativas direcionados ao grupo etário permeiam todo o processo de envelhecimento e velhice.

Nossas interlocutoras são afetadas pelos marcadores sociais da diferença, como, gênero, cor/raça e classe social, isso porque tais marcadores delineiam suas identidades. Sendo assim, cada uma delas estabelece vivências e lugares sociais específicos.

Dando destaque a efetivação do envelhecimento que busca ser ativo, também as vivências da velhice pelas mulheres interlocutoras, é importante enfatizar que o envelhecimento não é um “problema” individual. Apesar do imaginário construído socialmente delinear o contrário. Isto porque, entende a velhice como fruto das vivências “escolhidas” nas outras etapas do curso da vida, sendo agora responsabilidade da pessoa idosa a manutenção da velhice.

Seria então responsabilidade da pessoa idosa decidir como vai viver a velhice. É este imaginário de responsabilização que possibilita a criação de eufemismos para referir-se à velhice como, “terceira idade” e “quarta idade” por exemplo, que são formas de separar as pessoas velhas em subgrupos que indicam se são ativas ou não, ou se elas se mantêm jovens mesmo com idade cronológica avançada. O conceito de “anti-envelhecimento” também surge

a partir dessa lógica de que se “escolhe” como vivenciar a velhice, pois fomenta a possibilidade de manutenção da juventude durante o processo de envelhecimento. Compreende-se que tais expressões “[...] visam assegurar valores característicos da cultura pós-moderna, em concordância com a lógica da sociedade de consumo” (SIMÕES; SAPETA, 2017, p. 20). Visto que vendem-se formas de manter-se jovem, seja por meio da apropriação do conceito qualidade de vida pelo mercado, seja pela indústria do mercado, ou pela indústria cinematográfica.

Neste contexto, os discursos que vendem a ideia da juventude eterna também afetam a vida das mulheres interlocutoras. Já que precisam viver com a responsabilização por estarem envelhecendo. Essa discussão será aprofundada no decorrer dos próximos capítulos a partir das falas das mulheres interlocutoras, na intenção de discutirmos a responsabilização das mulheres com seu próprio envelhecimento.

Ao pensarmos a respeito do envelhecimento e da dinâmica investigada, destacamos os conceitos de terceira idade e pessoa idosa partindo primeiramente de documento legal, o Estatuto do Idoso (LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003), segundo o qual a terceira idade seria a categoria etária que engloba pessoas a partir dos 60 anos de idade. Esse segmento geracional faz parte do universo da pesquisa, pois as mulheres atendidas pela UNAPI possuem necessariamente idades cronológicas a partir dos 60 anos. A idade cronológica é um dos pré-requisitos para a participação no projeto, já que as regras do mesmo pautam-se nas legislações a respeito dessa categoria etária.

A categoria terceira idade existe, segundo Guita Debert (1999), por estar diretamente relacionada com “[...] o modo pelo qual a vida é periodizada e o tipo de sensibilidade investida na relação entre as diferentes faixas etárias são uma dimensão central para a compreensão das formas de produção e reprodução da vida social” (DEBERT, 1999, p. 72). A periodização da vida está diretamente ligada à produção e reprodução da vida social, da relação entre diferentes faixas etárias em seu contexto. Quando se analisa uma representação do curso de vida, pode-se aproximar da compreensão das formas de relação experienciadas na faixa etária estipulada, bem como suas vivências mais amplas com as outras faixas etárias, delineando então a configuração da vida social do grupo, sendo aqui as mulheres idosas.

Entendendo que, quando este espaço é aberto, e recebe as mulheres interlocutoras da pesquisa, ele fomenta o processo de envelhecimento ativo como meio de efetivação da qualidade de vida. Isto porque a abordagem do envelhecimento ativo está baseada no entendimento de que as pessoas que estão na terceira idade são pessoas de direitos, abarcadas por Políticas Públicas que visam a efetivação dos direitos humanos das pessoas com idades

mais avançadas, garantindo a elas os princípios de independência, participação, dignidade, assistência e auto-realização.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde – Opas – OMS⁸ (2005),

Envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. O envelhecimento ativo aplica-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais. Permite que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, e que essas pessoas participem da sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades; ao mesmo tempo, propicia proteção, segurança e cuidados adequados, quando necessários (OMS, 2005, p. 13).

Por conseguinte, o termo ativo refere-se à participação contínua das pessoas nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, enquanto a ideia de envelhecimento ativo como um todo, dá conta do aumento da expectativa de uma vida saudável. Busca-se qualidade de vida para todas as pessoas em processo de envelhecimento. A UNAPI entende-se como um lugar que facilita a seus alunos e alunas um envelhecimento ativo. A autora Guita Debert (2004) sinaliza uma informação importante para pensarmos o contexto dos programas/projetos para a terceira idade. Segundo ela,

No Brasil, os programas para a terceira idade têm mobilizado sobretudo um público feminino. A participação masculina raramente ultrapassa os 20%, e o entusiasmo manifestado pelas mulheres na realização das atividades propostas contrasta com a atitude de reversa e indiferença dos homens (DEBERT, 2004, p. 139).

A informação dada pela autora é algo perceptível no contexto da UNAPI, o fato de que são mulheres o maior número de participantes nos encaminha para a necessidade de investigação deste grupo, em um primeiro momento. Isso porque nosso intuito aqui é analisar as experiências de envelhecimento de mulheres que estão desafiando o senso comum ao ocuparem espaços sociais não pensados para elas, a universidade, movidas pelo desejo de ali estarem.

A discussão em torno da interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença quando estuda-se a categoria mulher parte historicamente dos feminismos negros, que

⁸ Redação extraída de: Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação da Organização Pan-Americana da Saúde – Representação do Brasil: ENVELHECIMENTO ATIVO: UMA POLÍTICA DE SAÚDE. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf> Acesso em: 08 de agosto de 2020.

enquanto movimentos sociais,

[...] começam **por questionar justamente a categoria mulher como uma unicidade**. E fazem isso, principalmente, destacando a categoria raça para demonstrar as diferenças em ser lida como mulher negra em uma sociedade que, para além de ser sexista, é também racista. (ASSIS, 2019, p. 12, *grifos da autora*).

Partiremos, então, deste entendimento de que, por mais que as mulheres interlocutoras da pesquisa façam parte do mesmo grupo, não existe unicidade nos processos de envelhecimento estudados. Pois, existem especificidades nas relações raciais, de gênero e classe em nosso contexto social, sendo assim, o estudo das interseccionalidades é o estudo das desigualdades que atingem as mulheres.

Cada pessoa “[...] tem a possibilidade, a partir do lugar de onde se encontra, produzir um olhar único sobre cada situação” (ASSIS, 2019, p. 18). Os marcadores sociais da diferença, portanto, não são utilizados somente a partir das desvantagens sociais, mas nos auxilia na construção de conhecimentos que podem servir de ferramenta para o empoderamento do grupo de mulheres investigado.

Sendo assim, a importância dos marcadores sociais, bem como a interseccionalidade existente entre eles no contexto da pesquisa se dá porque,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177, apud, ASSIS, 2019, p. 20).

Entende-se, portanto, que na dinâmica da vida de mulheres idosas os sistemas discriminatórios criam desigualdades. Essas desigualdades partem das posições ocupadas por cada uma delas, que além de serem mulheres, são de cor/ raça e classes sociais distintas. Sendo assim, existem especificidades em cada curso da vida investigado, pois, eixos de subordinação distintos interagem em cada processo de envelhecimento. Entendemos, portanto, que não discutimos um processo de envelhecimento das mulheres, mas processos de envelhecimento de mulheres.

Buscamos acessar as formas de envelhecer sendo mulher e o entendimento das formas de envelhecimento vivenciadas pelas mulheres que frequentam as disciplinas de graduação da

UFMS a partir da UNAPI. Entendemos, neste contexto de busca, os envelhecimentos como processos, a velhice como um momento do curso da vida.

A chegada na velhice faz com que as pessoas ganhem novas denominações, como velha, idosa, terceira idade, melhor idade, etc. Essa chegada traz consigo consequências individuais e coletivas. Entendendo que as representações sociais em torno desse momento da vida pode o estigmatizar, estabelecendo um olhar para a velhice como o momento de decadência, perda de autonomia, doenças e do fim da vida. Ao discutirmos o envelhecimento, precisamos, então, levar em consideração os aspectos culturais, políticos e econômicos que fomentam a representação social de cada momento do curso da vida.

Assim, ao discutir o envelhecimento de mulheres que na terceira idade decidiram participar de disciplinas de graduação, é preciso adentrarmos à discussão dos marcadores sociais da diferença⁹. São os marcadores sociais da diferença que definem o processo de envelhecimento das mulheres, também o olhar que a sociedade direciona a essas mulheres.

[...] o relacionamento que temos com os nossos ambientes varia de acordo com muitas características pessoais, incluindo a família na qual nascemos, o nosso gênero e a nossa etnia. As influências dos ambientes são muitas vezes fundamentalmente enviesadas por essas características, levando as desigualdades na saúde, e quando elas são injustas e evitáveis, às iniquidades na saúde. De fato, uma proporção significativa da ampla diversidade da capacidade e circunstância que vemos em idades mais avançadas, provavelmente, será apoiada pelo impacto cumulativo dessas iniquidades na saúde em todo o curso da vida (OMS, 2015, p. 7).

Pensar na saúde pode ser um bom exemplo, pois as vivências, em todo o curso da vida de uma pessoa, impactarão em sua saúde. Seguindo o raciocínio do exemplo anterior, a classe social pode impactar em um envelhecimento, pois ter dinheiro possibilita acessos a determinados serviços de saúde que a falta dele não garantem. Oras, a falta de acesso e ou a vivência de determinados espaços que são fomentados pelos entrecruzamentos dos marcadores sociais da diferença que configuram a vida, e portanto a forma como se chega e se vive a velhice. Podemos citar outros marcadores como gênero e cor/raça, por serem também importantes na constituição da pessoa, direcionando seu lugar e acessos na sociedade.

Podem existir outros fatores que influenciam diretamente no processo de

⁹ "A expressão 'marcadores sociais da diferença' transformou-se, assim, numa maneira de denominar essas diferenças socialmente construídas e cuja realidade acaba por criar, com frequência, derivações sociais, no que se refere à desigualdade e à hierarquia" (SCHWARCZ, 2019, p. 11).

envelhecimento, temos como exemplo, o acesso à educação e as formas de atendimento à saúde individual e coletiva. A velhice não é definida apenas pela cronologia, mas a forma como se chega e vivencia a velhice é diretamente marcada pelas experiências ao longo do curso da vida. Leva em consideração as condições físicas, funcionais e mentais da pessoa. Sendo assim, uma mulher negra, idosa, pobre, poderá vivenciar esse momento da vida de forma diferente de uma mulher branca de classe média. Neste sentido, entendemos haver relações múltiplas e simultâneas de desigualdade em todo o processo de envelhecimento. Acessamos a UNAPI entendendo tais especificidades, na busca por envelhecimentos distintos.

A discussão interseccional baseia o estudo, pois a interseccionalidade entre gênero, cor/raça e classe tem como consequência a interação de formas de subordinação, como, “[...] sexismo, racismo, patriarcalismo. Essa noção de ‘interação’ entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões” (PISCITELLI, 20098, p. 267). Discutir a interação entre tais formas de cruzamentos se faz necessária, entendendo que nossas interlocutoras são mulheres idosas, pertencentes a classes sociais distintas, bem como cor/raça.

Neste contexto de debate, que intersecciona gênero e envelhecimento, segundo Debert (2004), há “ [...] grande risco de considerar a velhice uma experiência universal, um dado natural e imutável ao qual os homens ou as mulheres se adaptariam melhor” (DEBERT, 2004, 142). Percebe-se então que, o gênero serve como marcador na discussão do envelhecimento, entretanto, nele agregam-se outros marcadores, em resposta a formas não universais de envelhecer, mesmo sendo mulher, existe aqui o entendimento da existência de pluralidade de experiências de envelhecimento.

A presente pesquisa trata de analisar um contexto que inclui várias categorias, o que nos leva à discussão a respeito da interseccionalidade. Entendida como um conceito analítico, pois é na tensão entre gênero, classe social, cor/raça e geração que as interlocutoras da pesquisa estão. "A interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea" (KYRILLOS, 2019, p.1). Sua utilização auxilia no entendimento da complexidade dos processos de envelhecimento no curso da vida das mulheres idosas interlocutoras da pesquisa.

Apesar da categoria gênero ser comum entre as interlocutoras, pois todas são mulheres, o entrecruzamento das outras categorias pode fomentar diferenças nas experiências de envelhecimento delas. Podemos usar como exemplo o fato de que todas têm ao menos o ensino médio completo, entretanto, temos quem terminou o ensino médio na adolescência,

quem o concluiu por meio do Exame Nacional do Ensino Médio já na terceira idade, e quem possui diploma de Graduação conquistado na juventude. Isto ressalta diferentes experiências vividas pelas interlocutoras.

O conceito de interseccionalidade, como foi originalmente formulado, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser “mulher” sem cair no reducionismo de um princípio unificador comum mas sem, contudo, resvalar para um relativismo que desloca as relações de poder envolvidas nas diversas formas de opressão, transformando-as em mero objeto de disputa discursiva (RODRIGUES, 2013, p. 7).

Cada marcador social da diferença que ajuda a compor as experiências das interlocutoras, pode fazer com que chegue na terceira idade de formas diferentes. Sendo assim, não há homogeneidade nos processos de envelhecimento investigados. Entendemos, para tanto, o uso da interseccionalidade como ruptura à análise monolítica do processo de envelhecimento.

Em uma das primeiras conversas com Suely, quando foi sugerido que marcássemos um horário para conversarmos, obtive-se como resposta: [...] *podemos conversar hoje, a partir das 14h, porque eu estou correndo aqui. Estou fazendo um bolo, eu faço bolo para fora, por isso agora não posso te dar atenção.* A falta de tempo para uma conversa, mesmo que no *WhatsApp* pode demonstrar que a classe social a que a interlocutora pertence estabelece a necessidade de continuar trabalhando, mesmo na terceira idade. Podemos nos aprofundar e questionar o fato de que temos em Telma uma mulher idosa preta, que mesmo fazendo parte do grupo de risco (na pandemia de Covid-19) continua trabalhando, em um trabalho não essencial.

Nossa outra interlocutora preta é Nega, que também trabalha, algo revelado em nossa primeira conversa, porque, ao adicionar seu contato, tive acesso a seus status. Nele são publicadas diariamente informações sobre seu brechó e sobre os diversos produtos cosméticos que vende. “Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar, vide o racismo estrutural, que as mantém fora do mercado formal, atravessando diversas idades no não emprego, expropriadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 18). “Velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações [...]” (AKOTIRENE, 2019, p. 18), sendo impossível discutir o envelhecimento de mulheres sem embarcarmos nas discussões a respeito das categorias que se entrecruzam e marcam quem cada uma delas é. Entendendo que gênero é vivenciado em um corpo racializado, a esse corpo racializado e generificado são direcionados lugares na estrutura do capitalismo.

O trabalho não foi algo citado pelas interlocutoras brancas. Elas só falaram a respeito dele quando indagadas. Este pequeno exemplo sinaliza como o entrecruzamento de marcadores sociais da diferença afeta diretamente o envelhecimento e a vivência da terceira idade. Ao analisarmos esses pequenos exemplos, podemos salientar o que diz Akotirene (2019),

A despeito do feminismo hegemônico argumentar que na velhice as mulheres experimentam discriminações geracionais impostas pelo mercado de trabalho, o qual as consideram velhas; e de classe, porque perdem o dinheiro da aposentadoria para netos e adultos da família, é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas seguridade social, pois estas tiveram emprego formal, e a marcação de classe irá mantê-las na condição de patroas (p. 18).

Existem, portanto, diferenças significativas nas vidas das mulheres interlocutoras brancas e nas vidas das interlocutoras pretas, isso porque a interseccionalidade entre as categorias cor/raça, gênero e classe social delineiam isso. Sendo assim, podemos discutir, a partir das vivências delas, a configuração de um envelhecimento atravessado por marcadores sociais da diferença, bem como a construção do desejo de frequentar aulas na universidade.

Há formas distintas de envelhecer, mesmo sendo mulher que escolheu como atividade participar de disciplinas na graduação. As interlocutoras são mulheres e, para além disso, mulheres na terceira idade, mulheres pertencentes a classes sociais diferentes e mulheres de cor/raças distintas. Entendendo a importância de se discutir formas de ser mulher e também de envelhecer e viver a velhice sendo mulher e a importância que a educação tem em suas vidas. Partindo do crescente aumento deste grupo, vale salientar que:

Ao observarmos o processo de envelhecimento na contemporaneidade, identificamos o surgimento de condutas, hábitos, crenças e imagens que alteram significativamente as concepções tradicionalmente associadas às etapas mais tardias da vida. No lugar das tradicionais imagens [...] surge um modelo identitário que inclui, em sua definição, o estímulo à atividade, a aprendizagem, a flexibilidade, o aumento da satisfação pessoal e a formação de vínculos afetivos inéditos (SILVA, 2008, p. 802).

As formas de envelhecer sendo mulher, no presente, delineiam o surgimento de um modelo identitário que inclui o estímulo à atividade, à aprendizagem, à flexibilidade, ao aumento da satisfação pessoal e à formação de vínculos afetivos inéditos. Ser mulher em nosso contexto histórico, social e cultural pressupõe especificidades e rupturas. O foco na questão do envelhecimento desse grupo se deu visto que as mulheres “[...] vivem mais que os

homens, envelhecem mais que os homens e procuram alternativas de viver a velhice mais do que eles. Ser velho é diferente de ser velha. As relações de gênero aparecem em consequência de suas experiências” (MARQUES, 2004, p. 69). Ser uma mulher idosa proporciona relações, lugares e acessos específicos, que conseqüentemente tornam as experiências femininas de envelhecimento um campo único.

Apesar do crescimento da população idosa, “a periodização da vida tem sido, no entanto, um tema pouco estudado [...], e por isso a ideia de curso da vida pós-moderno faz um convite irrecusável para olharmos com mais atenção em direção às mudanças recentes nos grupos e nas categorias etárias” (DEBERT, 1999, p. 72). Efetivou-se, então, uma análise das formas como as mulheres envelhecem, buscando entender as mudanças recentes nesse processo e como/por que a educação tem lugar nessas dinâmicas de vida?

Segundo Guita Debert (1999), “a análise das categorias e dos grupos de idade é parte importante do fazer antropológico preocupado em dar conta dos tipos de organização social, [...] e das representações sociais.” (p. 72). A UNAPI fomenta vivências de um grupo de idade. Quando decidimos adentrar as particularidades desses cursos da vida, entendemos que, “[...] é possível escapar dos constrangimentos, dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades” (DEBERT, 1999, p. 71). Nossas interlocutoras vão delineando formas de escapes em suas falas quando rompem com padrões de comportamento. Há especificidades que as diferem. Em conversa com Nega, conseguimos perceber como as rupturas vão se configurando em torno do contexto vivenciado: *“gosto de estudar, mas fui proibida de estudar na juventude. Gostei muito da ideia da sua pesquisa. Ainda gosto de dançar, por isso não quis sair da escola de samba”*.

Maria, que é uma mulher negra e idosa, rompe com seu passado, em que lhe foi negado o direito de estudar, ao mesmo tempo que rompe com as representações sociais do que é ser pessoa idosa quando decide participar de uma disciplina de graduação por meio da UNAPI. Ela continua rompendo com esses estereótipos¹⁰ a respeito da postura esperada de uma pessoa na terceira idade quando decide continuar dançando. Ao pensarmos nessas rupturas não conseguimos nos distanciar dos marcadores sociais da diferença que configuram as identidades e vivências da interlocutoras.

Quando indagada, Kip, que é uma mulher branca, e possui educação superior incompleta, a respeito da escolha das matérias de graduação, teve como resposta: “ - *quanto à*

¹⁰ No contexto desta pesquisa, o conceito de estereótipo diz respeito a representações sociais que delineiam o que é ser mulher, bem como qual a forma aceitável comportamental para mulheres que estão vivenciando a terceira idade.

escolha das disciplinas, foi ao acaso... os assuntos me interessavam e o objetivo principal seria a convivência com os alunos e professores". Por mais que Kip também esteja rompendo com os estereótipos em torno do envelhecimento, essas rupturas são distintas das de Nega. Isso porque, ela pôde estudar e cursou a graduação durante a juventude. Sendo assim, Kip tem, inclusive, um objetivo próprio quando toma a decisão de adentrar à sala de aula, que é conviver com alunos e professores.

Entendendo que nossa problemática se refere às possibilidades de envelhecimento de um grupo de mulheres que participam da UNAPI na UFMS, vale destacar que, "uma das principais características da identidade da terceira idade, [...] seu caráter de invenção" (SILVA, 2008, p. 804). O caráter inventivo da terceira idade acontece quando as pessoas idosas entendem a velhice como um momento do curso da vida fomentando a participação em atividades que antes não seriam comuns, como a inserção na educação superior. A tendência contemporânea delinea:

[...] a atribuição de novos significados aos estágios mais avançados da vida, que passam a ser tratados como momentos privilegiados para novas conquistas guiadas pela busca do prazer. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que propiciariam aos mais velhos oportunidades de explorar novas identidades [...] São essas as imagens do envelhecimento que acompanham a construção da **terceira idade**, revendo os estereótipos negativos da velhice e abrindo espaço para que experiências de envelhecimento bem-sucedidas possam ser vividas coletivamente (DEBERT, 1997, p. 7, *grifos da autora*).

Esses novos significados dados à velhice e suas novas experiências são evidenciados na dinâmica da UNAPI, visto que, por meio dela, idosas podem acessar os saberes acumulados, que são entendidos como ganhos que propiciariam a elas oportunidades de explorar novas identidades. Assim, velhice pode ser um momento de conquistas, de sucesso e ressignificação, momento em que a satisfação pessoal é privilegiada (SILVA, 2008).

Apesar do imaginário social hegemônico sobre o envelhecimento, que o vê como um período com menos atividades, o nosso contexto histórico e social traça o surgimento de condutas distintas para a terceira idade. Escolher participar de disciplina em cursos de graduação pode ser entendido como uma nova possibilidade para mulheres idosas.

Efetivamente sobre o estar na universidade e a escolha das disciplinas, elas contam que as matérias foram eleitas por meio de afinidade, curiosidade a respeito do tema abordado ou pelo simples fato de ter vontade de estar inserida na dinâmica de sala de aula proporcionada na graduação. Geni foi a única que conseguiu concluir uma matéria, entretanto

no semestre seguinte, não conseguiu o mesmo êxito. Compreende-se que o fato de termos nos deparado com mulheres que tiveram o interesse de acessar essas matérias, mas que, por motivos diversos, não conseguiram efetivar a permanência, também diz muito a respeito da dinâmica do envelhecimento entre elas. Fala sobre os percalços, experiências e decisões tomadas que configuram suas vidas, delineando o lugar em que conseguem ou não estar. Para além disso, fala de marcadores sociais da diferença e como eles configuram as experiências de cada uma.

Por isso, a utilização da interseccionalidade se faz útil, e respalda as discussões a respeito desses envelhecimentos, evidenciando que,

a) interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões; b) a interseccionalidade não estabelece uma hierarquia ou somatória de opressões; c) o lugar de fala de cada indivíduo é multirreferenciado a partir de suas experiências (ASSIS, 2019, p. 18).

Entende-se, neste contexto interseccional, que gênero não é o único marcador social da diferença útil e possível para a interpretação das condições das mulheres idosas em nossa sociedade. Mesmo que o grupo investigado seja de mulheres, isto não o torna homogêneo, nem suas experiências tornam-se “uma coisa só”. Gênero não pode, então, ser considerado fora de suas intersecções, seja com cor/raça, com classe ou outros marcadores.

O último conceito que gostaríamos de discutir aqui é o conceito de agência, visto que a pesquisa insere-se nos significados das decisões, desejos e vontades dessas mulheres. Isso porque o desejo seria fomentador de transgressão e resistência a ordem estabelecida nas relações de poder que subalternizam as pessoas a partir do entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença que os afetam. “É o desejo que gera a possibilidade da resistência” (FURLIN, 2013, p. 398).

Quando tratamos das discussões de agenciamento, é necessário que tenhamos em mente que a agência pensa o corpo humano, que é interseccionado pelos marcadores sociais da diferença, como uma coisa orgânica discreta. Isso quer dizer que o corpo, para além das questões biológicas, tem em sua composição informações, afetos, forças energias, etc. Portanto, os corpos das interlocutoras são significados e ressignificados na constituição de suas relações, entendendo o contexto sociocultural em que estão inseridas. Entende-se, portanto, que os agenciamentos não discutem os corpos como corpos humanos, mas como

corpos carregados de performatividade como forma de contestação do que é habitual (PUAR, 2013).

Começo com a questão da intencionalidade porque, de algum modo, leva ao cerne do que agência significa. “Intencionalidade”, aqui, pretende incluir uma ampla gama de estados, tanto cognitivos como emocionais, e em vários níveis de consciência, que estão orientados para algum fim. Assim, em agência, intencionalidade poderia incluir enredos, planos e esquemas altamente conscientes; metas, objetivos e ideais um pouco mais nebulosos; e, finalmente, desejos, vontades e necessidades que podem variar de profundamente encobertos a bastante conscientes. Em suma, intencionalidade como conceito quer incluir todas as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito (ORTNER, 2006, p. 52).

Há, na subjetivação, a construção de possibilidades de estratégias que podem ser de resistência ou mesmo de subversão, o que aconteceria em respostas aos limites impostos ao sujeito em questão. Sendo assim, podemos discutir agenciamento como sinalizador de variabilidade, dando destaque às possibilidades de “eventividade da identidade” (PUAR, 2013, p. 359). No caso da pesquisa, o entrecruzamento entre as categorias de articulação gênero, cor/raça e classe social configuram lugares para cada uma das mulheres interlocutoras. Entretanto, é por meio da agência que cada uma delas traça suas próprias estratégias de resistência, o que possibilita acesso a lugares que não foram pensados para elas. O desejo de estar na universidade e o estar na universidade são formas de resistir ao lugar dedicado às mulheres na terceira idade, que sabemos não ser a sala de aula em uma universidade. Pode-se pensar o desejo de ocupar a sala de aula como uma estratégia pertinente à quebra do estigma social de delinea um lugar específico às mulheres na terceira idade.

[...] a constituição do sujeito é pensada como resultado das relações de poder, no interior dos processos de interação social com os sistemas de significação e de representações culturais, nos quais a linguagem é central. Como sujeitos, inscrevemo-nos nessa dependência aos discursos que nos formam, já que o poder assume uma forma psíquica e constitui a nossa identidade de sujeito (FURLIN, 2013, p. 396).

É neste contexto que a constituição do sujeito se dá na relação com o poder, partindo do universo simbólico em que se está inserido. O entendimento da agência em nossa pesquisa parte da busca pelo entendimento das condições vivenciadas para que se chegasse aqui. Sendo assim, as representações, discursos e práticas institucionais da dinâmica do poder afetam o sujeito e, ao ser afetado, pode resistir a ele. A agência pode ser constituída e constituinte do desejo de estar inserida em uma disciplina de graduação quando se é uma mulher idosa, visto

que a dinâmica ambivalente do poder e da agência pode acontecer nos diversos contextos socioculturais e é atravessada pelos marcadores sociais da diferença. Destaca-se, portanto, a dicotomia entre quem é a pessoa, como corpo humano interseccional, e como sua identidade é significada.

Vale destacar o entendimento de que a abordagem das desigualdades que prioriza algum marcador social da diferença deve ser repensada para que abarque as outras dimensões produtoras e reprodutoras das desigualdades. Quando tratamos de interseccionalidades, é necessário que se tenha em mente que não se trata de reiterar o lugar comum que pressupõe as diferentes dimensões como fomentadoras de um único resultado (MARIANO; MACÊDO, 2015). Os processos de construção e reconstrução de identidades, bem como o agenciamento “dos atores e da configuração das desigualdades são lineares e determinadas” (MARIANO; MACEDO, 2015, p. 14). Sendo assim, nossa análise incide nas possibilidades de agência partindo de contextos específicos.

O próximo capítulo se dedica às discussões em torno da constituição da UNAPI, bem como sua efetivação, também evidencia as visões que os professores e professora com quem conversamos têm a respeito da dinâmica em sala, quando são inseridas mulheres idosas (participantes da UNAPI). Por fim, delinea os olhares constituídos a partir da experiência docente, destacando o que se entende como positivo e negativo quanto a inserção de mulheres na terceira idade no contexto de sala de aula na graduação.

CAPÍTULO II

TRANSVERSALIZANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO, COR/RAÇA, CLASSE E GERAÇÃO ESTABELECIDAS NA UNAPI

2.1 A Universidade Aberta à pessoa Idosa

As linhas que seguem objetivam traçar um pequeno histórico a respeito da criação de iniciativas que se aproximam da Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS, posteriormente o capítulo dedica-se à discussão em torno da visão de professores e professora entrevistados(a) delineando suas experiências como docentes de estudantes da UNAPI.

Um dos primeiros questionamentos feitos a respeito do contexto de pesquisa que buscamos responder é: como os estudos de envelhecimento chegam à UNAPI? Entender este histórico nos dá base para a compreensão do cerne da instituição lócus desta pesquisa. O início da discussão se dá a partir do momento que a velhice ganha visibilidade como grupo etário que poderia ser ativo no contexto social. Segundo Meire Cachioni (2012), autora que se dedica à discussão da Universidade da Terceira Idade,

No caminho da invenção da *terceira idade*, no ano de 1968, foram criadas as Universidades do Tempo Livre, pensadas pelos políticos franceses da educação para proporcionar alfabetização, informações sobre saúde, educação religiosa e educação para o trabalho a adultos de alguma forma desfavorecidos pelo sistema educacional (CACHIONI, 2012, p. 2, *grifos da autora*).

A criação deste primeiro programa é uma resposta às mudanças ocorridas na França a partir dos anos 1960, quando instituiu-se uma nova política social para a velhice. Tais mudanças seriam fruto da vivência da segunda guerra mundial, neste momento a França teria passado por um período em que as condições de vida da pessoa idosa beirava a indigência social (CACHIONI, 2012). Atividades antes negadas de alguma forma para as pessoas mais velhas passam a ser efetivadas como forma de resposta à nova política social para a velhice. Essa nova política social serve como uma forma de reparação de direitos para pessoas que, anteriormente, estavam à margem da sociedade. O espaço fomentado pelas universidades seria então um espaço de atividades que pudessem ocupar o tempo livre das pessoas na terceira idade.

A política de integração da velhice introduzida na França em 1962, que

visou a reformas político-administrativas, modificou a imagem das pessoas envelhecidas. Os novos aposentados, com poder aquisitivo da camada média assalariada, tornaram-se sinônimos da arte do bem viver. Fez-se então necessário criar um novo vocábulo para designar mais respeitosamente a representação dos jovens aposentados – surge a terceira idade – sinônimo de envelhecimento ativo e independente (CACHIONI, 2012, p. 2).

A Universidade da Terceira Idade é, então, uma resposta às reformas político-administrativas que passam a enxergar essas pessoas mais velhas como pessoas que poderiam continuar ativas na sociedade. Outro resultado desta discussão mais ampla na sociedade, são as novas denominações que surgem para se referir à categoria etária das pessoas que, mesmo mais velhas, ainda são ativas. Surge assim o que denominamos terceira idade.

Em entrevista dada à Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2015), François Vellas contextualiza como se dá a criação da Universidade da Terceira Idade (U3I),

No começo, não se tratava especificamente de um programa voltado para pessoas idosas, mas sim, para aposentados que procuravam algo novo para fazer. Eles não queriam ficar em casa esperando pela morte, e alguns voluntários queriam fazer alguma coisa. Naquele mesmo período, professor Pierre Vellas estava pensando que as universidades não estavam muito integradas à sociedade. Era um lugar para estudar, um lugar para pesquisa acadêmica, mas um pouco apartado dos problemas das cidades. Então, o professor Pierre Vellas tentou agregar estes dois aspectos para tentar ofertar o que a nova geração de idosos necessitava, assim como procurar possibilidades de abrir a universidade para a sociedade (VELLAS, 2015, p. 214).

A *Université du Troisième Âge* (U3A), em tradução livre Universidade da Terceira Idade (U3I), surge entre os anos de 1973 e 1974, na Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, encabeçada pelo professor Pierre Vellas.

A ideia era abrir a universidade não apenas para as pessoas da academia, mas para todas as pessoas, incluindo os novos estudantes da U3I. Para eles, era um sonho fazer aquilo, porque aqueles idosos não puderam frequentar a universidade quando eram jovens (VELLAS, 2015, p. 215).

Já nos anos seguintes, 1975 e 1976, o programa U3I já funcionava na Suíça, na Bélgica, na Itália e no Canadá, isso porque estes países tinham proximidade com o professor Pierre Vellas. No Brasil, a implementação dos primeiros projetos que intencionavam a inserção de pessoas idosas na Universidade, acompanham a criação da Política Nacional do Idoso (LEI Nº 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994), que teve como finalidade “Art. 1º A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando

condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” (BRASIL, 1994).

Ainda segundo Cachioni (2012), em 1982 foi criado o Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI) na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo considerado o primeiro programa brasileiro com características de Universidade da Terceira Idade. Entretanto, sua ênfase referia-se à realização de estudos, na divulgação de conhecimentos gerontológicos, e na formação de recursos humanos. Foi apenas em 1990 que a Pontifícia Universidade Católica de Campinas instituiu um programa que replica-se o Modelo Francês (CACHIONI, 2012).

A partir da Política Nacional do Idoso e das primeiras instituições que absorvem o modelo da Universidade da Terceira Idade, esse projeto dissemina-se por todo país, podendo ser listados alguns exemplos pelo país. Na USP (Universidade de São Paulo), acontece o projeto Universidade Aberta à Terceira Idade¹¹, que oferece disciplinas regulares dos cursos de graduação e atividades esportivas e físicas para pessoas com mais de 60 anos. Segundo o site da universidade, o projeto faz parte da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

A UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo) possui a UATI - Universidade Aberta à Terceira Idade¹², que tem como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida física e mental, abrangendo temas sobre saúde e noções gerais e atuais para a sua integração cultural e social. Busca possibilitar aos idosos aprendizados em áreas de interesse e a troca de informações e experiências com os jovens. Entretanto não é um curso de graduação, técnico ou profissionalizante, mas um projeto que oferece informações básicas sobre saúde, temas para reciclagem de conhecimentos gerais tais como Direito, Psicologia, História da arte, Artes Plásticas, Oficina de Memória, Língua Portuguesa e Literatura entre outros.

Na UNESP (Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”), acontece a Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)¹³, que objetiva a inserção da pessoa idosa no contexto acadêmico, por entender que essa é uma das funções sociais da Universidade Pública. Ela está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEX) e oferece diferentes oportunidades de cursos em diversas Unidades Universitárias.

A PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) possui a Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati)¹⁴. A proposta busca proporcionar um futuro melhor por meio da educação. Ela é entendida como forma de contribuição para a

¹¹ Disponível em: <<https://www5.usp.br/servicos/programa-universidade-aberta-a-terceira-idade/>>

¹² Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/proec/uati>>

¹³ Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/terceira-idade>>

¹⁴ Disponível em: <<http://www.pucrs.br/blog/universidade-aberta-da-terceira-idade-e-lancada/>>

transformação da sociedade de idosos. Comprometendo-se a colaborar para um melhor envelhecimento a todos, com justiça e respeito, por meio de um espaço cultural e de uma educação continuada.

Já na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI-Uerj)¹⁵ funciona desde 1993, é um programa destinado à população com idade mínima de 60 anos. As suas atividades são inteiramente gratuitas, visando contribuir para a melhoria dos níveis de saúde físico-mental e social das pessoas idosas. Para isso, o programa utiliza as possibilidades existentes na instituição universitária.

Outro exemplo de “Universidade da Terceira Idade” é o da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI)¹⁶ presente na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ela tem como finalidade promover e incentivar ações para melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Por meio de realização de cursos que facilitem a aquisição de novos conhecimentos e integração na sociedade contemporânea.

Na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), encontra-se o Programa UNATI (Universidade Aberta à Terceira Idade)¹⁷, que está enquadrado no conceito da extensão universitária como um processo educativo, científico e cultural. Um ponto que a distingue das citadas anteriormente é que o programa considera o/a idoso/a enquanto “objeto de estudo”, entendendo suas questões como parte das preocupações acadêmicas. Tem como objetivo ofertar atividades que promovam a melhor qualidade de vida para o/a idoso/a. Os objetivos específicos foram distribuídos pelas diferentes áreas do conhecimento que compõem as ações multidisciplinares e interdisciplinares do programa. São realizadas diversas atividades, como: ginástica, caminhada, aulas de canto e palestras sobre temas relacionados ao envelhecimento.

O primeiro destaque que é importante fazer, a partir dessas pequenas explicações encontradas nos sites das respectivas universidades, é o fato de não existir um padrão na forma como a Universidade da Terceira Idade acontece. Em geral ela está associada às Pró-Reitorias de Ensino, Cultura e Extensão das universidades, entretanto isto não padroniza as atividades ofertadas, pois as mesmas são decididas no âmbito de cada programa.

Outro destaque pode ser feito em relação ao “novo vocábulo” que configura as formas de nomenclatura do grupo etário a partir dos 60 anos. Fruto das discussões teóricas propostas anteriormente, sendo utilizado o termo terceira idade em todas as propostas de programas citados. Entende-se aqui que essa categoria foi apropriada a partir das legislações brasileiras

¹⁵ Disponível em: <<http://www.unatiuerj.com.br/sobre.htm>>

¹⁶ Disponível em: <<https://www.ufpe.br/proexc/unati>>

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/iefe/extensao/programas-atuais/unati-universidade-aberta-a-terceira-idade>>

que se destinam a essas pessoas, e também pelo fato de que,

A expressão “terceira idade” [...] no contexto brasileiro contemporâneo [...] ainda não adquiriu uma conotação depreciativa. [...] A “terceira idade” é percebida como um instrumento na luta contra os estereótipos negativos que termos como “velho” ou “idoso” carregam. [...] A “terceira idade” é uma expressão indicadora de processos de ordem mais geral que tendem a dar novas configurações às relações entre gerações (DEBERT, 2000, p. 301, *apud*, PASSAMANI, 2015, p. 187).

Entende-se, portanto, a expressão terceira idade como uma forma positiva para se referir a pessoas que têm idade a partir dos 60 anos, em conformidade com a luta contra a estereotipação deste momento da vida. Este ponto nos é curioso, pois a UNAPI se utiliza de outro termo ao se referir ao grupo etário: pessoa idosa.

Em conversa com a coordenação da Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, nos foi explicado, de forma resumida, que na idealização do projeto, especificamente, na construção de um nome, foi levado em consideração que os conceitos mais utilizados socialmente para denominar a pessoa idosa não abarcavam o que deveria representar. A explicação deu conta de esclarecer que o conceito de terceira idade não é adequado, partindo da perspectiva de que tal conceito pode descaracterizar a velhice. Isto porque este conceito teria sido apropriado pelo mercado consumidor e marketing. Já a denominação melhor idade seria fruto deste mesmo processo de mercado, o que poderia ser bastante questionado levando em consideração limitações físicas decorrentes da velhice. Outra questão seria que a nomenclatura idoso desconsidera o gênero. Sendo assim, a pessoa idosa seria o termo mais adequado, na perspectiva da direção da UNAPI/UFMS, já que seria o mais abrangente.

Este questionamento a respeito das categorias utilizadas para se referir ao grupo, bem como as denominações dadas aos programas/projetos voltados às pessoas idosas, foi respondido por François Vellas (2015). A pergunta norteadora desta questão foi: *É também muito comum ouvir que mesmo os termos "terceira idade" foram criados em Toulouse junto com a U3I. O senhor acredita que esta informação é verídica?* (Feita por Adriano da Silva Rozendo). A resposta foi,

Sim, o termo "terceira idade" está vinculado com o movimento das U3Is. Mas "terceira idade" é um termo não muito otimista. Talvez seja necessário revisarmos esta nomenclatura, talvez seja melhor termos como "Universidade para Idosos". Na França, o termo "terceira idade" soa bem, mas em alguns países, não. Acho que "Universidade para Idosos" se

enquadraria melhor no perfil internacional. Outro aspecto relevante das nomenclaturas com o qual é necessário tomar cuidado é que, em alguns países, incluindo a França, iniciativas são baseadas no conceito de Universidade Aberta para todos, incluindo idosos. É necessário ressaltar este aspecto para não haver enganos. Usualmente, a Universidade Aberta tem foco para capacitação de recursos humanos e busca inserir os frequentadores no mercado de trabalho ou em atividades de geração de renda. Este não é o caso da U3I clássica, que tem como objetivo ajudar o idoso nos aspectos intelectuais, mas não de capacitação de recursos humanos para integração, ou reintegração ao mercado (VELLAS, 2015, p. 216).

Há pontos a serem destacados a partir desta fala, o primeiro é pensar que as nomenclaturas utilizadas para se referir aos grupos etários se modificam partindo do contexto social e cultural em que são utilizadas. Por exemplo, por mais que as pessoas idealizadoras da UNAPI não tenham escolhido o termo melhor idade em seu nome, por um entendimento teórico do termo, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul optou por esse termo. Isto porque, segundo seus idealizadores, o nome do programa foi escolha das próprias pessoas idosas participantes do programa de atendimento à pessoas idosas da UEMS. Neste sentido, problematizar tais categorias se fez necessário, buscando a partir das falas das mulheres interlocutoras da pesquisa, como veem as denominações.

Vale destacar que a existência de tantos termos para identificar pessoas a partir dos 60 anos sinaliza a complexidade do processo de envelhecimento. Também nos alerta para a suficiência ou não dos critérios cronológicos utilizados em nossa sociedade para determinar quem está na fase da vida denominada velhice.

Ao indagar as interlocutoras da pesquisa a respeito destas formas de referir-se à pessoa idosa, Kip foi categórica e disse: *“Idoso não é o bastante (risos)”*. Segundo ela, o termo idoso não abrangeria todas as pessoas que pertencem ao grupo, sendo para ela, pessoa idosa, a melhor opção. Isso nos revela a importância da discussão feita na UNAPI, quando planejaram o nome do projeto. E sinaliza o fato de que precisamos estar interessados nas percepções do próprio grupo etário a respeito das denominações que o faz se sentir representado. Em contraponto a isto, temos também quem não perceba problemas em nenhuma denominação, como é o caso de Geni, que diz estar tranquila com qualquer forma de referência a seu grupo etário.

Voltando às observações a respeito de uma preferência de nomenclatura do grupo etário, Kip continua sinalizando seu ponto. Quando ela escreve, o termo pessoa idosa é destacado com letras em negrito, enquanto ela questiona a periodização da vida em grupos. Ela diz: *“na verdade eu preferia não pertencer ao grupo (risos), mas minha opção é **pessoa***

idosa... penso que dividir só é bom para conquistar”.

Para Kip, durante o curso da vida nós temos apenas dois “momentos reais”, que seriam o nascimento e a morte. Ela entende a importância de designação de *fases intermediárias* (termo utilizado pela própria), para os estudos que buscam a compreensão das características e necessidades de cada grupo. Entretanto ela segue dizendo que:

Porém, quando você é inserido dentro de uma fase pré-estabelecida, recebe de forma indireta e até inconsciente uma definição do que é esperado quanto ao seu comportamento. Quanto mais se divide, no nosso caso, a fase da velhice (que inclusive, já teve seu início alterado de 60 para 75 anos, conforme a OMS) mais se estreita o que se espera de cada indivíduo do grupo. Foi bom ler à respeito: 1º nem sou idosa, 2º descobri que vejo essa inclusão como um estigma.

Temos vários pontos que podem ser destacados a partir dessa fala, o primeiro diz respeito ao fato de que Kip não se considera idosa, algo que ela destaca em negrito quando escreve. Em primeira instância, não há problemas em não se considerar idosa, entretanto, a mesma baseia-se em uma informação divergente para tal afirmação. Digo divergente por dois motivos: primeiro, a OMS não fez alterações na categorização do grupo etário considerado de pessoas idosas. Para reafirmar seu argumento, Kip traz uma notícia publicada no site da UOL¹⁸, onde é citada essa mudança fazendo referência à OMS, algo não encontrado em nenhum documento.

Podemos destacar neste sentido que,

Na realidade, existem diferentes formas de se definir e conceituar a velhice. Uma delas é a definição preconizada pela Organização Mundial da Saúde, que é baseada na idade cronológica, na qual a definição de idoso inicia aos 65 anos nos países desenvolvidos e aos 60 anos nos países em desenvolvimento. No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso (2003), as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos são reconhecidas como idosas (SCHNEIDER, IRIGARAY, 2008 p. 589).

Neste sentido, destaca-se o fato já delineado que, no Brasil, são consideradas pessoas idosas as que têm cronologicamente idades a partir dos 60 anos, bem como para a Organização Mundial da Saúde.

Entretanto, a não consideração de enquadramento na categoria idoso/a, faz sentido.

¹⁸ Disponível em: <<https://escolakids.uol.com.br/ciencias/as-fases-da-vida.htm>> Acesso em: 08 de agosto de 2020

Isto porque, segundo o Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde (ONU, 2005)¹⁹,

[...] em muitas partes do mundo, o curso da vida é atualmente enquadrado em torno de um conjunto rígido de fases: infância, fase de estudos, um período definido de trabalho e, em seguida, aposentadoria. A partir dessa perspectiva, frequentemente se assume que os anos extras são simplesmente adicionados ao fim da vida e permitem uma aposentadoria mais longa. Entretanto, quanto mais pessoas chegam a idades mais avançadas, há evidências de que muitas estão repensando este enquadramento rígido de suas vidas. Em vez de passar anos extras de outras maneiras, as pessoas estão pensando em talvez estudar mais, em ter uma nova carreira ou buscar uma paixão há muito negligenciada. Além disso, conforme as pessoas mais jovens esperam viver mais tempo, elas também podem realizar planejamentos diferentes, por exemplo, de iniciar suas carreiras mais tarde e passar mais tempo no início da vida para criar uma família (ONU, 2005, p. 5).

Sendo assim, o curso da vida não atende necessariamente a categorizações fixas, entendendo que o contexto vivenciado por cada pessoa delineia especificidades. E que há possibilidades de repensar-se o enquadramento que define lugares sociais para as pessoas baseados em suas idades. Temos a exemplo disso nossas interlocutoras, que são mulheres que estão se inserindo em um ambiente que não é tido como um lugar de mulheres mais velhas.

Portanto, quando Kip destaca não se considerar idosa, ela exprime o fato de não perceber-se enquadrada em expectativas estabelecidas socialmente para mulheres a partir dos 60 anos. Sua escolha por participar de matérias de graduação reforçam este argumento, já que Kip, mulher de 68 anos, decidiu retornar à sala de aula, lugar que esteve 46 anos atrás.

Outro ponto que podemos destacar a partir da fala de Kip é destacado no início de sua fala, “[...] quando você é inserido dentro de uma fase pré-estabelecida, recebe de forma indireta e até inconsciente uma definição do que é esperado quanto ao seu comportamento”. Entende-se, portanto, que a categorização do curso da vida de forma cronológica estabelece, de certa forma, estereótipos às pessoas pertencentes a cada faixa etária. E que a delimitação de pessoas idosas para pessoas a partir dos 60 anos talvez não defina de forma suficiente como as mulheres interlocutoras da pesquisa estão vivenciando essa fase da vida.

As concepções da velhice são resultado da construção social. Deste modo, muitas representações sobre velhice estão enraizadas na sociedade. Podemos pensar também, a respeito da discriminação fruto dos estereótipos criados em decorrência da categorização da vida baseada na cronologia dos anos, a discriminação etária. Essa discriminação que pode ser

¹⁹ Disponível em:

<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/186468/who_fwc_?jsessionid=2854B8819D328AB1ED08B0CBE0DEA9A1?sequence=6> Acesso em: 08 de agosto de 2020

exemplificada pela generalização de pessoas mais velhas como um fardo em várias instâncias sociais, como família e saúde.

"Assim, 'ser velho' assume uma conotação negativa, remetendo à perda de atributos tão valorizados pelo meio social e, simultaneamente, pelo próprio idoso" (SCHNEIDER, IRIGARAY, 2008, p. 597). A velhice é, então, fruto da construção social estabelecida em torno desta etapa da vida. Oras, como a velhice é construção social, todos os estereótipos e preconceitos destinados a este momento da vida também são frutos da cultura circundante, o que afeta também a concepção das pessoas pertencentes à terceira idade a respeito do momento que estão vivenciando. A idade cronológica pode ser questionada, pois ela não dá conta das especificidades do curso da vida das pessoas.

Entendemos, portanto, que as generalizações em torno das categorizações etárias, bem como os estereótipos estabelecidos socialmente em torno das mulheres na terceira idade, não dão conta de responder às mudanças associadas ao envelhecimento no contexto de todo o curso da vida. Tais considerações expressam o fato de que a idade cronológica não é suficiente para mensurar o curso da vida, bem como o processo de envelhecimento.

Podemos destacar que, ao redor do país, há uma priorização da nomenclatura "Universidade da Terceira Idade". O que levanta a hipótese de que tais iniciativas tenham sido inspiradas pelo programa idealizado por Pierre Vellas nos anos 1970. A sugestão é que, em resposta às considerações culturais apontadas, os programas intitulam-se Universidade para Idosos. De alguma forma, a nomenclatura da UNAPI abrange tal questão. Talvez a supere, visto que se importa, já em seu nome, com a inclusão de gênero.

Por fim, uma atenção especial deve ser dada à UNAPI, pois ela não tem como objetivo, nem pretensão, a reinserção das pessoas participantes no mercado de trabalho, caso sejam aposentadas, isto porque nem todas as pessoas participantes são aposentadas. A UNAPI oferece vagas em disciplinas de graduação e ações de extensão, cultura e esporte, por meio de edital específico. Segundo matéria publicada no site da UFMS²⁰, no dia 01 de abril de 2019, a Universidade Aberta à Pessoa Idosa oferece 239 vagas na Cidade Universitária e no Câmpus. Para que pessoas com 60 anos ou mais possam participar de ações de extensão, cultura e esporte, ou cursar disciplinas de graduação presencial na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No primeiro semestre do ano de 2020, foram ofertadas 289 vagas em 34 disciplinas, uma ação de cultura e cinco ações de extensão. As vagas foram disponibilizadas na Cidade Universitária e nos câmpus do Pantanal, de Paranaíba e de Naviraí.

²⁰ Disponível em: <<https://www.ufms.br/universidade-aberta-a-pessoa-idosa-abre-inscricoes/>>

O objetivo principal da UNAPI seria proporcionar a inclusão de pessoas idosas no ambiente universitário. Ainda segundo o site, os interessados podem participar em até duas atividades (disciplinas ou projetos) e também devem participar de duas palestras. O preenchimento das vagas acontece por ordem de chegada. Para a efetivação da inscrição, deve ser apresentado o comprovante de conclusão do ensino médio (para quem deseja matricular-se em matérias da graduação), e os documentos de identificação, como RG e CPF. Na sequência da inscrição, é gerada uma guia de recolhimento no valor de R\$ 50,00, que deve ser paga posteriormente. Assim se efetiva a matrícula. Caso a pessoa comprove ser de baixa renda, é garantida a gratuidade.

O projeto oferece oportunidades intergeracionais para aquisição, desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de habilidades e competências relacionadas à autonomia, independência, manutenção ou reinserção na sociedade de idosos e idosas como cidadãos plenos de direito²¹. “Pauta-se nos princípios da extensão universitária como um processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico que se articula ao Ensino e à Pesquisa; com a comunidade acadêmica e com a sociedade no sentido da transformação social”²². Sendo assim, entende-se a UNAPI como um lugar que fomenta o envelhecimento ativo, bem como qualidade de vida às mulheres.

Por conseguinte, o termo ativo refere-se à participação contínua das pessoas nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, enquanto a ideia de envelhecimento ativo como um todo, dá conta do aumento da expectativa de uma vida saudável. Busca-se qualidade de vida para todas as pessoas em processo de envelhecimento. A UNAPI entende-se como um lugar que facilita a seus alunos e alunas um envelhecimento ativo.

O projeto acontece na Cidade Universitária e as atividades são desenvolvidas por acadêmicos de cursos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. As atividades ministradas pelos alunos e alunas podem ser acessadas por qualquer pessoa idosa, independente de seu grau de escolaridade. Algo que se difere das matérias de graduação, que são oferecidas por professores e professoras em sala de aula, não sendo específicas para as pessoas idosas. As matérias se configuram como uma forma de acesso à dinâmica acadêmica geral, em que a pessoa idosa é inserida em sala de aula com alunos e alunas do curso de graduação.

²¹ Por Paula Siqueira (2018), redação disponível em: <<https://www.ufms.br/formatura-da-unapi-sera-realizada-na-proxima-terca-feira-11/>>

²² Disponível em: <<https://www.ufms.br/unapi-abraca-idosos-com-oferta-de-vagas-em-disciplinas-e-projetos-de-extensao-cultural-e-esporte/>>

As estratégias delineadas nas ações dos e das estudantes participantes da UNAPI obedecem ao formato de oficinas que abrangem saúde física e mental, portanto, estratégias multidimensionais. As oficinas duram, em média, 4 horas e acontecem semanalmente. Dentre as oficinas ofertadas temos,

Educação em Saúde (OES) e Memória (OM) que são estratégias obrigatórias para todos os idosos. A oficina de Informática (OI) e Exercícios Terapêuticos (OEF) são optativas de acordo com o interesse de cada idoso. A OES, é realizada no formato Círculos de cultura (rodas de conversa), essa metodologia foi proposta por Paulo Freire, e adotada para esse projeto, por ser um método onde as ideias podem ser confrontadas e compartilhadas com liberdade. Têm como objetivo estimular a participação dos idosos por meio de práticas dialógicas, e extrair da população as principais fragilidades e potencialidades em relação ao processo de envelhecimento. O tema da roda de conversa foi proposto a partir da identificação das demandas, ou por solicitação dos idosos. Foram realizadas palestras educativas/orientativas, utilizados vídeos e outros recursos que possibilitaram a promoção da saúde e prevenção de agravos. Foram envolvidos nessa oficina acadêmicos e profissionais de diversas áreas do conhecimento incluindo: Computação, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Tecnologia de Alimentos, entre outros (SILVA; MODESTO; BRITTO; GUARIENTI; FARIAS, 2018, p. 3).

A UNAPI atua no sentido da construção coletiva de conhecimentos, através de trocas entre as pessoas jovens e as pessoas idosas, também fomenta estímulos a habilidades cognitivas, por meio de jogos de memorização, agilidade, raciocínio lógico, atenção e linguagem. Ao aprofundar o entendimento da dinâmica UNAPI, em conversa com Eduardo Ramirez Meza, o atual coordenador do projeto, busquei algumas informações que pudessem nos situar a respeito da constituição da UNAPI. A primeira informação apontada concerne ao porquê da idealização da UNAPI:

Fiquei quase três anos cedido para a então Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2008 - 2011), exercendo a função de Coordenador-Geral (equivalente a Secretário-Executivo) do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e, neste tempo, vi muitas demandas e atividades relacionadas à população idosa pelo Brasil. Questionava-me o que a instituição da qual faço parte, no caso a UFMS, estava fazendo ou poderia fazer para contribuir com esta 'nova' conformação populacional, que envelhecia e envelhece a passos largos. Quando retornei, propus aqui [UFMS] a conjugação de esforços para, dentro dos limites daquilo que é peculiar uma universidade pública federal realizar (ensino, pesquisa e extensão), nos voltarmos para olhar e agir com mais atenção sobre esta realidade. Foi então proposto, em parceria com diversos professores e estudantes, um conjunto de ações de extensão (mas também de pesquisa e de ensino) que, desde 2011, vem sendo executadas, voltadas ao segmento populacional 'idoso'.

Esse conjunto de ações de extensão, pesquisa e de ensino recebe posteriormente a denominação de Universidade Aberta à Pessoa Idosa, sendo a porta para que esta parcela da comunidade externa acesse espaços antes negados, a Universidade Pública. A universidade como instituição não foi pensada para este público, temos em resposta a isso a criação da Universidade da Terceira Idade, que tem como desdobramento histórico o projeto pesquisado.

Pensar em mulheres idosas inseridas no espaço universitário, não só em atividades planejadas especialmente para elas, mas interessando-se por participar de um espaço em que se encontram poucas pessoas pertencentes a sua faixa etária, delinea a intenção da presente pesquisa. A busca aqui parte da percepção de que envelhecer na atualidade é diferente das experiências de envelhecimento de gerações anteriores.

Outra informação pertinente, esclarecida por Eduardo Meza, diz respeito à oferta de atividades e disciplinas pela UNAPI, segundo ele: *não é nosso objetivo preencher todas as vagas procuramos oferecer a maior variedade possível de disciplinas, mas o acesso depende sobretudo do interesse das pessoas idosas e, assim, nem todas as disciplinas têm igual procura.*

Percebe-se, neste contexto, que a UNAPI pretende-se como um projeto que facilita o acesso de pessoas idosas a vivências da universidade, de seus espaços e relações, possibilitando também, experiências únicas. Também esclarece que o objetivo dessas ofertas é proporcionar o acesso. Cada pessoa vai decidindo a forma de vivenciar a dinâmica do universo onde está se inserindo. Isso esclarece uma das primeiras constatações deste estudo, que é o fato de que nossas interlocutoras, em sua maioria, não concluíram a disciplina de graduação. Não concluir as matérias, não desabona a importância do acesso, entendendo não ser objetivo da UNAPI esta conclusão. O fato de quererem estar inseridas na dinâmica de sala de aula é suficiente para que se entendam as motivações, vivências e experiências circundantes deste desejo.

Eduardo segue esclarecendo que:

Especificamente sobre a inclusão nas disciplinas de graduação, o objetivo é proporcionar acesso de pessoas idosas (60 anos ou mais) a disciplinas regulares de cursos de graduação da UFMS, possibilitando aprofundamento e atualização de conhecimentos e intercâmbio com discentes dos diversos cursos.

A fala anterior leva a uma discussão essencial no contexto desta pesquisa, que diz

respeito ao direito à educação, garantido pelo Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003), e assegurado em suas disposições preliminares:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, **destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.**
Art. 2º **O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana**, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e **seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.** Art. 3º **É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária** (BRASIL, 2003, *grifos nossos*).

É considerada pessoa idosa, como disposto na lei, participante do grupo da terceira idade quem tem idade igual ou superior a 60 anos (definição apropriada pela UNAPI), sendo garantido a essas pessoas todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, dentre eles o direito à educação, bem como o aperfeiçoamento intelectual e a convivência comunitária. A educação superior como direito, visto que a lei dispõe todo ensino formal, pode ser entendida então como veículo para esse aperfeiçoamento intelectual e convivência comunitária intergeracional.

Há, no entanto, especificidades na oferta de matérias de graduação da UFMS, por meio da UNAPI, segundo Eduardo Ramirez Meza:

O público-alvo (das disciplinas de graduação) são pessoas idosas (60 anos ou mais, ou pelo menos, que vá completar 60 anos no ano da matrícula) e que possuam, ao menos, o ensino médio completo (para ter condições de acompanhamento das aulas, já que são, sempre, disciplinas que não tem exigência de pré-requisitos).

A UNAPI está alinhada ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003), no que diz respeito ao recorte etário do público alvo, considerando, para tanto, idosas as pessoas a partir dos 60 anos. O segundo ponto refere-se ao grau de escolarização necessário para a participação em matérias de graduação, ter o Ensino Médio completo. Segundo Meza, há uma preocupação correspondente ao fato de que as alunas e alunos idosas(os) tenham o mínimo de possibilidades de acompanhar as discussões feitas durante as aulas nas disciplinas de graduação. É pertinente destacar que, para as demais atividades, não há pré-requisitos de participação.

Em Mato Grosso do Sul existem programas semelhantes à UNAPI, como por exemplo, a UNAMI - Universidade Aberta para a Melhor Idade²³ (nome proposto pelos próprios idosos) da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), que acontece por meio de atividades de extensão como forma de promover a educação permanente de caráter universitário e multidisciplinar voltado para idosos. Tendo como pressuposto a noção de que a atividade promove a saúde, o bem-estar psicológico, social e a cidadania.

Outro exemplo é o Programa Universidade da Melhor Idade²⁴ (UMI), da Universidade Católica Dom Bosco, que tem como objetivo proporcionar uma melhor qualidade de vida para quem tem mais de 50 anos, integrando-os à sociedade. O projeto compreende portanto que o idoso é um cidadão de direitos que deve ser valorizado. Algo específico encontrado neste programa é que ele possui uma equipe técnica formada de profissionais qualificados nas áreas de Pedagogia, Psicologia, Nutrição, Educação Física, Fisioterapia, Letras, Enfermagem, História, Serviço Social e outros. Para o desenvolvimento de atividades pedagógicas direcionadas a esse público, objetivando proporcionar melhor qualidade de vida nos aspectos físicos, intelectuais e de convivência em grupo.

Já as atividades desenvolvidas para os idosos participantes deste projeto se estruturam em quatro módulos: iniciante, básico e integrado com duração de dois anos, e o permanente, que é o último a ser realizado. Os módulos são organizados em aulas e atividades de Português, Espanhol, Informática, História Regional, Nutrição, Saúde do Idoso, Danças Coreografadas, Biodança, Hidroginástica, Hidroterapia, Psicologia Intergeracional, Artesanato Social, Atividades Físicas e Jogos de Mesa.

A Fundação Manoel de Barros²⁵ também possui um projeto semelhante, voltado ao atendimento da terceira idade, com atividades específicas, denominado projeto “Ativa Idade”²⁶. A fundação é direcionada a pessoas acima dos 55 anos, visando o resgate da auto-estima e valorização pessoal do idoso com a reprogramação dos movimentos corporais de forma harmônica. Citar outros projetos e programas/projetos semelhantes, bem como um projeto que não está inserido em uma universidade, delineia o interesse da sociedade

²³ Disponível em: <<http://www.uems.br/unami>>

²⁴ Disponível em: <<https://site.ucdb.br/ucdb-e-voce/2/universidade-da-melhor-idade/456/>>

²⁵ A Fundação Manoel de Barros nasceu com a missão de promover e apoiar cultura e assistência social com ações nas áreas pesquisas e da ciência, da tecnologia e da arte, visando o desenvolvimento da qualidade de vida de toda a sociedade. A FMB busca parcerias com institutos de ensino superior, entidades do terceiro setor, empresas e órgãos públicos e privados com o objetivo de promover atividades voltadas à pesquisa, ao ensino e à extensão. Há treze anos desenvolve e fomenta projetos que utilizam metodologia participativa, valorizando a integração entre os pesquisadores e a comunidade. Disponível em: <<http://www.fmb.org.br/quem-somos>> Acesso em: 7 de agosto de 2020.

²⁶ Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/projeto-ativa-idade-oferece-cursos-e-oficinas-para-idosos-na-capital>>

circundante ao processo de envelhecimento, bem como a vivência da terceira idade.

Vale destacar, neste contexto, que,

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente. Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (BRASIL, 2003).

Partindo do exposto na lei, entende-se que o envelhecimento é um direito. Há destaque para a obrigação do Estado em garantir proteção à vida e saúde por meio de políticas públicas que viabilizem o envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

No último censo, realizado pelo IBGE em Campo Grande (2010), constatou-se que a população campo-grandense totaliza 786.797 pessoas, já em 2018 estima-se que a população totalizou 885.711 pessoas. Segundo a pirâmide etária de 2010, dentre a população circundante, temos um total de 78.231 pessoas a partir dos 60 anos, sendo um total de 34.470 homens e 43.761 mulheres²⁷. Ao olharmos a população idosa de Campo Grande-MS, podemos perceber o número mais elevado de mulheres, que são aproximadamente 5.56% da população, isso nos faz perceber a importância de investigar este grupo.

Em Mato Grosso do Sul, segundo o censo de 2010, a população totaliza 2.449.024 pessoas, a estimativa é que em 2018 totalizou 2.748.023. Do total estabelecido pelo censo 239.270 são pessoas a partir dos 60 anos, das quais 115.565 são homens e 123.705 são mulheres²⁸. A partir dos dados, constata-se o grande número de pessoas na terceira idade no estado de Mato Grosso do Sul, como em sua capital Campo Grande, revela também que as mulheres idosas equivalem aproximadamente a 5.05% da população do estado.

Perceber o quantitativo expressivo de mulheres idosas sinaliza a importância de investigar como se dão os processos de envelhecimento de mulheres. Entendendo o desejo de participação em disciplinas de graduação como uma demanda delas, analisar o lugar dado à educação nesta fase da vida parece potente. A demanda por acessar as matérias de graduação não está dissociada de um direito garantido a essas mulheres, o direito à educação. Temos disposto no Estatuto do Idoso que:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de

²⁷ Dados extraídos do censo realizado em 2010 na cidade de Campo Grande - MS. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/campo-grande/panorama>>

²⁸ Dados extraídos do censo realizado em 2010 no estado de Mato Grosso do Sul - Brasil. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>

idade. Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados (BRASIL, 2003).

O Poder Público fica então encarregado de criar as oportunidades de acesso de idosos e idosas à educação. É neste contexto que se inseriu a presente investigação, pressupondo a educação como direito e uma demanda das mulheres mais velhas. A busca se deu por fomentar a discussão do envelhecimento no estado, o lugar da educação neste processo e a viabilidade de efetivação de políticas públicas que respaldem um envelhecimento que priorize o aperfeiçoamento intelectual.

Outro ponto importante a ser destacado é que a possibilidade de estar no contexto da educação superior, proporcionado pela UNAPI, pode ser entendida como veículo para efetivação do quarto inciso do 1º parágrafo do Estatuto do Idoso, que destaca a “viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações” (BRASIL, 2003, redação dada pela lei nº 13.466, de 2017). Entender como este convívio se dá e quais os benefícios dessa integração também foi um ponto potente, pois auxilia na compreensão da dinâmica vivenciada. Bem como, auxilia no entendimento da relevância da integração da mulher idosa na dinâmica da educação superior para além da inserção em um projeto criado especificamente para pessoas idosas.

Entendemos aqui a UNAPI como resposta a uma demanda social, pautada no estabelecido em lei.

Art. 25. As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais. (BRASIL, 2003, redação dada pela lei nº 13.535, de 2017).

O espaço da universidade é então garantido para pessoas idosas, na perspectiva da educação ao longo da vida. Nossa busca é também pelo entendimento do lugar da educação superior na vida das mulheres interlocutoras. A etnografia tem, nessa discussão, a capacidade de direcionar-nos para a compreensão das lógicas que atravessam a educação superior como demanda da terceira idade, também delinea o lugar da educação no processo de envelhecimento de mulheres, como apontou recorrências mais gerais sobre a razão da escolha de participar de disciplina em graduação em detrimento às outras atividades oferecidas pela UNAPI.

No tópico seguinte, discutiremos os dados produzidos durante o trabalho de campo

com os docentes interlocutores da pesquisa. Suas falas são elementos disparadores para as discussões a respeito da dinâmica em sala de aula, da configuração da UNAPI e também constituem uma discussão inicial a respeito da recorrência marcadores sociais da diferença na trajetória dessas mulheres na UNAPI.

2.2 Olhares docentes a respeito do recebimento de mulheres idosas em disciplinas de graduação

Entendendo a universidade e, mais especificamente a UNAPI, como espaço de integração, buscamos olhar para a mulher idosa inserida no contexto universitário, por meio da ação de extensão que oferta vagas em disciplinas de graduação para pessoas idosas. Nosso intuito aqui é dar destaque aos marcadores sociais da diferença percebidos pela professora e professores entrevistados(a) quando se trata das vivências em sala com alunas da UNAPI. Daremos destaque às pessoas entrevistadas e seus olhares a respeito da dinâmica em sala quando se recebe alunas da UNAPI. Discutiremos também as dificuldades percebidas na permanência das mulheres idosas e como docentes lidaram com isso, bem como, o acolhimento efetivado, o que delineia uma discussão a respeito de quem foram as mulheres idosas recebidas nas disciplinas de graduação.

Como destacado, as discussões realizadas a partir de agora englobam as falas de professores e professora entrevistados(a). As entrevistas aconteceram via *WhatsApp* no ano de 2020. Elas tratam das experiências das pessoas entrevistadas como docentes de graduação que receberam pessoas da Universidade Aberta à Pessoa Idosa em disciplinas que ministram nos cursos em que lecionam. Os cursos em que os professores e professora entrevistados(a) dão aula são Ciências Sociais, Educação Física e Pedagogia. A escolha dessas pessoas como interlocutoras acontece por terem sido meus professores e professora anteriormente, em turmas com mulheres participantes da UNAPI. Apenas um deles conheci esse ano (em um grupo de estudos).

As entrevistas também buscam dar conta de captar a visão das pessoas entrevistadas a respeito do processo de ensino-aprendizagem. Há, em alguns momentos, sinalizações a respeito de como os marcadores sociais da diferença foram percebidos nesta dinâmica. Nossa percepção busca as potências que podem residir para além de uma “pressuposta” soma de opressões que sempre resultariam em desigualdade. Ao perceber as intersecções entre marcadores sociais da diferença, a partir das relações de poder, buscamos as possibilidades e estratégias de agência.

Sobre as pessoas interlocutoras: Professor 1 - é professor em curso de graduação da Faculdade de Ciências Humanas da UFMS; Professor 2 - é professor em curso de graduação da Faculdade de Educação da UFMS; Professor 3 - é professor em curso de graduação da Faculdade de Ciências Humanas da UFMS; Professora 4 - é professora em curso de graduação da Faculdade de Educação da UFMS.

As entrevistas realizadas com os professores e a professora foram planejadas de forma semiestruturada e partiram de seis perguntas. As seis perguntas tinham como foco fomentar a discussão a respeito de curiosidades em torno da dinâmica em sala de aula. Foram elas: 1. Por que você decidiu receber alunos e alunas da UNAPI? 2. Como foi a experiência? 3. Você tinha alguma expectativa anterior ao recebimento? Ela foi efetivada? 4. Quanto às aulas, elas foram planejadas de forma diferente, pensando no grupo? 5. Há alguma especificidade percebida na postura em sala (das alunas da UNAPI)? 6. Como foi a recepção dos alunos e alunas regulares? A dinâmica deles(as) mudou com a presença de pessoas da UNAPI em sala?

Durante as conversas, outras questões surgiram, isso porque as pessoas entrevistadas contaram suas observações a respeito de quem foram suas alunas, buscando em suas memórias momentos em sala de aula que como professores e professora precisaram apropriar-se uma postura de observador(a) participante. Isso por entender que alunas e alunos na terceira idade precisavam de uma atenção específica na dinâmica de sala de aula. Das observações feitas que direcionam-se de forma eficaz a quem foram as mulheres idosas alunas de suas disciplinas transformaram as entrevistas em solo fértil para a discussão dos marcadores sociais da diferença, como gênero, cor/raça, geração e classe social. Este momento das entrevistas será discutido mais adiante.

Os porquês da escolha por receber alunas e alunos da UNAPI nas disciplinas de graduação em que dão aula aproximam-se de certa forma, isso porque os professores e professora entrevistados(a) entendem que há vinculado ao papel docente uma responsabilidade para com a comunidade externa.

Além de dar aula, de atuar no ensino e na pesquisa, eu gosto e me identifico com os projetos de extensão. Então, a primeira coisa em aceitar participar, foi entender que é o meu papel como professor. É uma prática que eu gosto, ser e/ou ter experiências extensionistas (Professor 3).

Segundo o site oficial da UFMS, mas especificamente na página destinada à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE-UFMS), a extensão universitária

aconteceria “sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, fomentando um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”²⁹. A informação obtida a partir das entrevistas demonstra que a postura dos professores e da professora entrevistados (a) ante a extensão, está de acordo com os princípios constitucionais. Outro ponto que nos parece interessante diz respeito ao fato de que a extensão é vista como uma opção que beneficia a universidade, mesmo que nas falas não fique claro o conhecimento por parte das pessoas entrevistadas a respeito do caráter legal deste contexto. Sendo assim, o gosto e a identificação com a extensão seria o principal motivador para a oferta de disciplinas para pessoas da UNAPI.

A extensão é entendida no contexto das falas como positiva, para os interlocutores e interlocutora a possibilidade de abertura da sala de aula em contexto universitário para pessoas idosas também é vista de forma positiva. Isso porque, a ideia inicial era de que a presença desse público de pessoas idosas em sala de aula fomentaria impactos na formação de alunos e alunas regulares.

[...] Seria muito bacana se houvesse trocas, porque as pessoas pertencem a grupos diferentes, a diversidade de experiências e de trocas por estarem em momentos da vida diferentes poderia proporcionar aos alunos (regulares), foi o que me atraiu. [...] Me causou curiosidade sim, uma expectativa eu acho, de que o convívio para meus alunos acadêmicos que podem trabalhar no futuro com uma pessoa idosa na EJA (Educação de Jovens e Adultos) [...] (Professora 4).

Quando os professores e professora entrevistados(a) decidem aceitar pessoas idosas através da UNAPI nas disciplinas de graduação, suas decisões são motivadas por entendimentos específicos a respeito de como a experiência poderia beneficiar a turma de alunos e alunas regulares, como também as pessoas idosas participantes. Professora 4 analisa essa inserção como forma de agregar a formação dos acadêmicos e das acadêmicas regulares das disciplinas, entretanto, essa intenção não foi atendida completamente. Ela destaca: “*eu tenho a impressão que essa foi uma experiência que ficou mais no campo da solidariedade*” (Professora 4). Isso porque, a turma (de estudantes regulares) teria se mobilizado em prol de uma melhor participação das mulheres idosas recebidas nas disciplinas. Mais adiante, discutiremos sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres idosas para a permanência em sala de aula, partindo do exposto pelas pessoas entrevistadas.

²⁹ Informação disponível em: <<https://proece.ufms.br/coordenadorias/extensao/>> Acesso em: 24 de fevereiro de 2021

O Professor 1 delinea outro aspecto de possível motivação para o recebimento de pessoas encaminhadas pela UNAPI:

[...] a motivação é, no caso da antropologia sempre de acolher o diferente em sala de aula, isso é muito importante, mas sobretudo é uma motivação de humanidade para que esses idosos tenham outras opções na vida, além de ficar em casa no sofá vendo televisão. Então, é estimular realmente a questão da intelectualidade, do pensamento e de alcançar novos desafios. Então quando me propuseram para que eu aceitasse os idosos na minha sala eu fui o primeiro a dizer com certeza e todo semestre que esse projeto sugere abrir vagas eu sempre abro na minha disciplina (Professor 1).

As falas das pessoas interlocutoras a respeito da motivação para o aceite de pessoas idosas em suas disciplinas de graduação permeiam a dicotomia entre, o entendimento de que receber pessoas diferentes em sala de aula poderia causar um impacto positivo na formação de seus alunos e alunas regulares e o impacto positivo que a abertura desse espaço poderia causar na vida das pessoas que optassem por participar de suas disciplinas de graduação.

Percebe-se, na fala do Professor 1, que a abertura de vagas para pessoas idosas nas disciplinas é vista como uma forma de proporcionar opções na vida dessas pessoas. Pensar nesta ideia de criação de opções de atividades para pessoas idosas nos aproxima da ideia principal em torno da criação da Universidade da Terceira Idade (U3I) na década de 1960 ainda na França. O que pode sinalizar a necessidade de criação de Políticas Públicas interessadas em propiciar atividades para pessoas idosas. Como já citado, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003), assegura em seu terceiro artigo [...] “com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003). Entende-se, portanto, que a disponibilização de vagas na graduação é uma forma de proporcionar acesso à educação para as pessoas idosas.

O Professor 2 também contextualiza a importância da abertura dessas vagas, tanto para as pessoas idosas, quanto para o contexto universitário.

[...] eu sempre acho que o papel da universidade é de aproximar a universidade da sociedade, e a extensão faz muito bem isso, então, trazer pessoas idosas para a universidade seria algo incrível. Esse retorno para a sociedade, eu acredito muito nessa ideia também. Além disso, um elemento importante é a formação dos acadêmicos que para mim com a experiência dos idosos e das idosas na sala de aula seria muito rico (Professor 2).

Percebe-se, no contexto do aceite e na efetivação da participação de pessoas idosas nas

disciplinas regidas pelos professores e professora com quem conversamos, que há interesse na relação intergeracional e o que isso pode proporcionar. Vale destacar que

A geração reúne pessoas que, nascidas numa mesma época, viveram os mesmos acontecimentos históricos e partilham de uma mesma experiência histórica. Essa experiência comum dá origem a uma consciência que permanece presente ao longo do curso de suas vidas, influenciando a forma como os indivíduos percebem e experimentam novos acontecimentos [...] Os membros de uma geração estão, sem dúvida, unidos entre si, mas em razão de um fenômeno social. A ligação que têm resulta da semelhante posição que ocupam dentro de um todo social (BORGES; MAGALHÃES, 2011, p. 172).

Entende-se, portanto, que, na visão dos professores e professora entrevistados, a troca intergeracional seria positiva, pois as pessoas idosas compartilhariam experiências diferentes das experiências do restante da turma. Aqui, essa relação intergeracional teria ganhado um caráter educativo, entendida pelas pessoas interlocutoras como fomentadora de aprendizagem para ambas as partes. Professor 2 acrescenta, em outro momento de sua fala, quando articula a escolha da disciplina de *Educação Física, Corpo e Cultura*, ter sido escolhida para o recebimento de estudantes da UNAPI.

Pela experiência adquirida na vida do corpo das pessoas idosas eu sempre pensei que seria muito potente no sentido de agregar experiências, vivências aos jovens e da mesma forma os jovens também teriam algo a ensinar para as pessoas mais velhas. Eu acho que essa troca seria muito rica, até porque na educação física o público dos alunos de faixa etária são mais jovens, jovens em torno de 19/20 anos. Então não tem muitos adultos, isso eu acho que também seria bem potente (Professor 2).

Sendo assim, as trocas intergeracionais podem ser entendidas como potentes e educativas. Visto que, entende-se a abertura de vagas em disciplinas de graduação para pessoas idosas como possibilitadora de trocas intergeracionais. Podemos pensar que as trocas de conhecimento que acontecem em relações intergeracionais não são uma via de mão única, mas educativas também para as pessoas idosas.

[...] Lembro dessa senhora [...], que na disciplina de educação física corpo e cultura ela tinha umas opiniões às vezes contraditórias, um tanto conservadora, mas ao mesmo tempo ela estava entendendo a proposta da disciplina de repensar o lugar do corpo na sociedade e o corpo com seus elementos ali de gênero, de raça, enfim, dos marcadores e isso tudo fez com que ela fosse repensando a forma de pensar e o seu próprio corpo (Professor 2).

Dessa forma, há ganhos perceptíveis nas relações em sala. Esses ganhos beneficiam também as mulheres idosas. Podemos pensar, a partir da fala, a possibilidade de repensar o próprio corpo, partindo de marcadores sociais da diferença proporcionada pela inserção nas disciplinas. Pode-se, também, entender que ganhos, como citado anteriormente, podem estar ligados aos objetivos próprios das mulheres, que, não necessariamente, é a possibilidade de repensar algo a partir das discussões feitas em sala. A exemplo disso, podemos citar a motivação de Menina (70 anos) ao decidir participar de disciplinas de graduação, que seria o fato da companhia de jovens agradar.

Ao citarmos a disciplina ofertada por Professor 2, podemos perceber que sua escolha estaria carregada de pretensões, quanto às possibilidades de troca. Sendo assim, vale citar que, as disciplinas ofertadas pelos professores e professora interlocutores(a) foram, *Antropologia Brasileira* e *Laudos Antropológicos*, ofertada pelo Professor 1; *Educação de Jovens e Adultos e Leitura e Produção de Texto*, ofertadas pela Professora 4; *Educação Física, Corpo e Cultura*, pelo Professor 2; e disciplina voltada para a discussão de *Gênero e Ciências Sociais*, pelo Professor 3. Professora 4 e Professor 3 também destacam o interesse nas trocas intergeracionais possíveis. Para a Professora 4, um ponto importante é o fato de que seus alunos e alunas regulares poderiam no futuro lecionar para pessoas idosas, sendo essa convivência já na graduação útil. Para o Professor 3, sua disciplina teria um caráter de fomento da diversidade, portanto receber pessoas de diversas gerações seria viável para as discussões.

O contexto de sala de aula na inserção de mulheres idosas sofreu alterações. Professora 4 destaca ganhos educativos,

[...] a dinâmica dos alunos mudou sim, eu percebi um certo cuidado quando se falava de pessoas de outra época, existia cuidado com o que se falava, eu percebi isso, umas falas cuidadosas, o que eu atribuo a presença dessas pessoas em sala, eu acho que isso é um ganho, por ser bastante educativo (Professora 4).

O entendimento de que as relações intergeracionais poderiam ser educativas foi validado pela experiência. Há, a partir das observações feitas, a confirmação dessa possibilidade. Isso delineia que a relação micro, estabelecida em sala de aula, proporcionou trocas entre todas as pessoas envolvidas. Podemos perceber que alunas e alunos regulares, docentes e as mulheres idosas compartilharam experiências, tornando-as dinâmicas. Sendo assim, as mulheres idosas não estavam em contexto de sala de aula apenas como alunas

observadoras, muito menos ocupavam um lugar de coadjuvante na construção dos conhecimentos.

Discutir ações como a fomentada pela UNAPI, que possibilitam uma participação mais efetiva do contingente de pessoas idosas no contexto universitário nos leva à questão da configuração das aulas para que essas pessoas participassem. Partindo da forma de lecionar por parte dos professores e professora, iniciamos a discussão a respeito dos planejamentos de aula e efetivação desses planos. A presença das pessoas advindas da UNAPI impactaram, de forma direta e indireta, a dinâmica em sala de aula, o Professor 1 destaca sua experiência, quando indagado se existe alguma alteração nos planejamentos de aula pensando nas alunas da UNAPI:

Sinceramente eu confesso que não. É a mesma aula e o mesmo planejamento, mas a execução da aula é diferente, durante as aulas eu tenho uma relação especial com elas, elas sentam mais na frente e eu sempre me dirijo a elas com algumas perguntas, sempre elogiando, sempre revendo alguns pré-requisitos (conteúdos/conceitos) que elas não participaram, como eu dou antropologia brasileira, por exemplo, eu sempre volto em alguns temas, explico melhor alguns conceitos para que elas se sintam mais confortáveis em sala de aula (Professor 1).

O que foi destacado pelo Professor 1 é recorrente nas falas de seus e sua colega(s). Nenhuma das pessoas entrevistadas teria alterado o planejamento de suas aulas. Entretanto, buscaram, no contexto de sala de aula, ocupando o lugar de docentes, suprir possíveis lacunas conceituais que poderiam limitar o entendimento das aulas pelas alunas idosas ali inseridas. Pensar em quem eram as alunas inseridas em sua própria disciplina foi inicial para a reconfiguração das aulas.

A reconfiguração das aulas pode ser entendida como resposta ao que Edyane Gonçalves (2015) destaca como “nova compreensão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento ao longo de toda a vida demandou mudanças de paradigmas sobre a velhice” (GONÇALVES, 2015, p. 44). A autora segue delineando que as universidades da terceira idade representariam parte do novo paradigma a respeito da aprendizagem e desenvolvimento ao longo da vida, tornando a universidade um lugar de “gente velha”. Tal atitude expressaria, o potencial da educação e do desenvolvimento humano ao longo da vida como caminho de benefícios socioeducativos às pessoas idosas (GONÇALVES, 2015).

A exemplo disso, temos o Professor 1, que facilitou suas aulas buscando rever conceitos e interagindo com as alunas que recebeu. Essa atitude pode representar o entendimento de que a universidade é “[...] uma instituição educativa a serviço da pessoa

humana e da sociedade, tornando-se um espaço democrático de aprendizagem, no qual o aluno adulto tenha acesso a diversas oportunidades para desenvolver seu potencial” (GONÇALVES, 2015, p. 45).

O espaço da universidade, bem como da sala de aula, como um lugar possível para pessoas idosas constitui a ideia de educação permanente, e serve também como meio para a valorização social da pessoa idosa (BÚFALO, 2013). Percebemos, portanto, que a inserção de mulheres idosas no contexto universitário, por meio da UNAPI, serve ao desenvolvimento pessoal das alunas e também ao desenvolvimento da comunidade, pois evidencia significados da velhice e o valor cultural das pessoas que fazem parte do grupo denominado terceira idade.

A Professora 4 destaca outras necessidades que precisaram ser privilegiadas no grupo de mulheres que recebera.

[...] eu percebi que precisava fazer uma boa introdução das aulas, lembrando o que estávamos fazendo, em que momento que a gente estava, sempre. Chegou um determinado momento que essas pessoas começaram a faltar, eu acho que o grau de dificuldade foi grande, dificuldades não só para o acompanhamento da disciplina, mas dificuldade para chegar na universidade, para voltar para casa pegando vários ônibus, coisas que os acadêmicos enfrentam, mas sem essa responsabilidade de estar nessa altura da vida e cuidar de netos, enfim[...] (Professora 4).

A reconfiguração na prática de sala de aula foi percebida em todas as entrevistas, entretanto há destaques das necessidades existentes para além do convívio de sala de aula, que interferiam diretamente na efetividade da dinâmica de ensino-aprendizagem. O fato de que se precisava, por exemplo, “cuidar dos netos” demonstra limitação de tempo que uma das alunas da Professora 4 teriam para se dedicar à leitura dos textos e realizar atividades da disciplina. Professor 3 sinaliza além da discussão a respeito do lugar de cuidadora de alguém da família, a necessidade de trabalhar como possível causa das dificuldades de vivência de uma forma considerada ‘ideal’ de sua disciplina.

[...] ela também se preocupava demais em justificar as faltas, porque ela era cuidadora de um/a outro/a idoso/a. Ela lia o texto no intervalo da madrugada, porque ela dormia na casa da pessoa, e durante o dia ela cuidava de uma neta ou neto (me desculpe, eu não lembro os detalhes). O que eu lembro é, era uma idosa trabalhadora, estudante como tantos outros estudantes, lia o texto da aula no intervalo do seu trabalho, na madrugada pouco antes da pessoa que ela cuidava dormir. Porque durante o dia ela tinha que cuidar do neto e da casa dela. Nesse momento eu acho que foi um incômodo que sempre professor tem com aluno (incômodo no bom sentido tá?), era um incômodo mesmo que aquela narrativa que eu escutava de tantas outras alunas, tantas outras mulheres acadêmicas e homens também, naquela aluna mais velha, que era mais velha das três, me

causava incômodo porque eu pensava “nossa ela precisa trabalhar na velhice” e por mais que ela me parecia extremamente feliz com um emprego e em nenhum momento ela reclamou para mim do emprego, a rotina era pesada e era rotina que era o problema para justificar alguma falta. Eu como professor fiquei extremamente incomodado com isso, que é um descolamento de um cotidiano, de ouvir isso de que o trabalho atrapalha a dedicação aos estudos mas sem o trabalho seria impossível estar ali. Porque é uma questão de sobrevivência, ouvir essa narrativa de alguém bastante velha, uma pessoa idosa, isso me incomodou bastante no sentido de me tirar um pouco do conforto de ouvir, se é que se tem conforto nisso, essa narrativa de pessoas jovens e ouvir de alguém bem mais velho do que eu, o que também não é tão comum na universidade, a maior parte dos alunos é bem mais jovem do que eu (Professor 3).

O cuidado com familiares e o trabalho são pontos de destaque nas falas de três das quatro pessoas entrevistadas. Percebe-se, a partir da narrativa, que as mulheres idosas, mesmo quando decidem por acessar lugares não pensados para elas, estão vivenciando também lugares que tradicionalmente são comuns às mulheres, como é o exemplo do cuidado.

Helena Hirata (2016) indica que a repartição social do trabalho de cuidado atribui um papel central à mulher. Essa centralidade dada às mulheres exemplificaria as desigualdades imbricadas no gênero, na classe e na raça, pois, a partir de suas investigações, constatou que as cuidadoras são majoritariamente mulheres, pobres e negras (HIRATA, 2016). O trabalho de cuidado no contexto de nossa pesquisa abarca a possibilidade de trabalho assalariado e não assalariado, o que vai demonstrar as duas formas como a classe social e gênero se articulam nesta dinâmica. Na fala do Professor 3, temos uma mulher idosa que precisa trabalhar para ter o próprio sustento, o que delineia a falta de acesso à aposentadoria por parte de mulheres pobres, bem como, a vivência de trabalhos informais durante a vida. Sendo assim, o pertencimento de classe delineia a essa mulher um lugar social específico na terceira idade, o lugar do trabalho remunerado para o sustento.

A segunda possibilidade de trabalho delineada nas falas é o trabalho não assalariado de cuidado, em que as mulheres idosas tomam conta das crianças da família para que as outras pessoas adultas possam trabalhar. Hirata (2016), evidencia que, no caso brasileiro, o setor de cuidados com crianças demandaria grandes esforços, pois faltam equipamentos coletivos como, creches e escolinhas para atender as famílias (HIRATA, 2016). Essa falta de lugares para o cuidado de crianças e a necessidade de que as outras pessoas adultas da família trabalhem para o sustento, demonstra novamente a centralidade deste trabalho às mulheres. Enquanto a necessidade de deixar as crianças com a matriarca da família para trabalhar e não

proporcionar em troca uma remuneração delinea o pertencimento às classes economicamente desfavorecidas.

Vale destacar, portanto, que, “tradicionalmente, às mulheres tem sido confiado o encargo do cuidado domiciliar das pessoas idosas, das crianças, dos deficientes e dos doentes” (HIRATA; GUIMARÃES, 2012, p. 1). Embora o trabalho de cuidado seja responsabilidade de toda a sociedade (HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Paralelo ao fato de que as mulheres alunas pesquisadas são responsáveis pelo trabalho do cuidado e desejam estar em sala de aula, podemos discutir o conceito de agência. Mesmo quando as relações concretas estabelecidas e vivenciadas promovem mecanismos de sujeição, às pessoas como atores sociais podem estabelecer linhas de fuga. Pois, experienciando os entrecruzamentos de marcadores sociais da diferença, as mulheres idosas, que foram alunas das disciplinas de graduação, encontraram, na oportunidade de estar em sala de aula, uma forma de vivenciar um espaço não pensado para elas, da forma que acharem melhor. Além de vivenciarem a universidade, essas mulheres demonstram que podem executar atividades diferentes das tradicionalmente direcionadas a mulheres idosas. Essa vivência demonstra que e como, no contexto da experiência do grupo, os marcadores sociais da diferença vão contornando as relações, mas não as determina. Temos, portanto, mulheres idosas, racializadas, pertencentes em sua maioria a classes sociais menos favorecidas que podem e vão estudar na terceira idade.

Segundo Sherry Ortner (2006), os agentes sociais estão sempre envolvidos na multiplicidade de relações sociais, o que faz com que não possam agir fora desta multiplicidade. Portanto, a autora destaca que todos os atores sociais são constituídos de agência, entretanto, como se está sempre envolvido com o contexto de múltiplas relações sociais não se pode agir sem restrições (ORTNER, 2006).

Podemos pensar que a partir do contexto social vivido e dos desejos e motivações é que as práticas de pessoas ganham forma. Sendo assim, “[...] nem os “indivíduos” nem as “forças sociais” têm “precedência”, mas na qual há, contudo, uma relação dinâmica, forte e, às vezes, transformadora entre as práticas de pessoas reais e as estruturas da sociedade, da cultura e da história” (ORTNER, 2006, p. 50). Entendemos que vivenciando contextos imbricados pelos marcadores sociais da diferença, gênero, classe social, cor/raça e geração, as mulheres alunas das disciplinas de graduação constituem agência ao optar por estar em contexto de sala de aula. Há no ocupar o espaço universitário não pensado para elas, estão resistindo aos lugares sociais destinados a elas e ressignificando o espaço universitário.

Sendo assim, quando mulheres idosas se utilizam da oportunidade oferecida pela UNAPI e vivenciam a sala de aula no contexto da graduação, independente das dificuldades, elas estão sendo agentes. Pois, incluem-se na configuração de desejos motivando práticas. Aqui os desejos fomentam ações e fazem com que as mulheres idosas desbravem um lugar que não foi pensado para elas.

Em termos gerais, pode-se dizer que a noção de agência tem dois campos de significado [...] Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Na realidade, “agência” nunca é meramente um ou outro. (ORTNER, 2006, p. 58).

Ao discutirmos os dois campos de significados imbricados na agência, percebemos que a busca pela realização de desejos, bem como o exercício contra o que se é esperado de uma mulher idosa, a partir de como é atravessada pela intersecção de alguns marcadores sociais da diferença, constituem a possibilidade de agência. Enquanto o poder opera de forma a dominar, partindo da configuração social que delinea lugares, percebemos agência. Seja quando se acessa o ambiente universitário negado ao longo da vida, seja quando se enfrenta o cansaço do trabalho para se estar na aula, seja quando se lê no ônibus, ou mesmo quando se está na universidade para usufruir dela de uma forma subjetiva.

As formações culturais que constroem e distribuem agência de modos particulares, criam pessoas definidas em termos de gênero, cor/raça, classe social, geração, em cada contexto (ORTNER, 2006). Quando mulheres idosas resistem aos lugares sociais, “apoderam-se” da ação e a promovem em prol de seus ideais, percebemos como a agência fomenta resistência de pessoas que vivem no entrecruzamentos das diferenças.

A ação de estar em sala de aula responde a algum propósito, as motivações conhecidas pelos professores e professora interlocutores(a) para que as mulheres escolhessem suas disciplinas seriam a curiosidade, o gostar de estar com pessoas jovens e o gostar de dançar. “Aqui, a noção de agência como “intenção” e “desejo” individuais vem para o primeiro plano, embora nunca se deva perder de vista o fato de que o todo da meta é culturalmente constituído” (ORTNER, 2006, p. 65). O que percebemos, portanto, é uma agência constituída no sentido da realização pessoal.

Professor 1 diz a esse respeito,

Lembro que algumas comentaram, por curiosidade, pelo nome da disciplina, geralmente era antropologia brasileira, então entender um pouco essa

história, o que significa um pouco isso para o Brasil e outra disciplina que eu tenho também é sobre laudos antropológicos que é um tema bastante inédito e algumas vêm por curiosidade... eu pergunto e elas falam assim “Ah porque eu queria saber o que era isso (Professor 1).

A vivência da sala de aula, no contexto da graduação, pode ser entendida como forma de acessar informações. Essa forma encontrada para se acessar informações que não são acessadas em outro ambiente, nem mesmo no ambiente privado, em que essas mulheres exercem o papel de cuidadoras, demonstra que estar na universidade é intencional e uma forma de resistência ao lugar direcionado a elas. Podemos, discutir agenciamento no desejo fomentado pelo gostar das relações proporcionadas pelo ambiente universitário. Professor 2 destaca: *então, a Dona M. dizia que gostava de estar com os jovens e gostava de dança, foi isso que ela me falou (Professor 2).* A agência, no sentido de perseguir projetos, é [...] definida pela lógica local do bom e do desejável e de como persegui-los” (ORTNER, 2006, p. 66).

Perceber que a sala de aula pode ser usada para um fim diferente do ensino-aprendizagem, também delinea o caráter de agenciamento da ação de estar em uma disciplina de graduação. Oras, as mulheres idosas que foram alunas das pessoas entrevistadas utilizaram o ambiente universitário entendendo o que ele poderia oferecer em resposta ao que elas gostavam, então, se faz uma disciplina na Educação Física para poder dançar. Sendo assim, as escolhas das disciplinas em que se inscreveriam como alunas foi resposta a uma ou algumas intenções de vivência.

“A noção de projetos talvez seja a dimensão mais fundamental da ideia de agência” (ORTNER, 2006, p. 68). Sendo assim, a agência vivenciada pelas mulheres idosas fomenta a busca pela vivência de atividades. Como diria a autora, a busca seria por “projetos”. “Talvez a resistência sempre seja desta natureza: proteger projetos ou o direito de ter projetos” (ORTNER, 2006, p. 68).

A agência de projetos não está necessariamente relacionada com dominação e resistência, embora algo disso possa existir. Tem a ver com pessoas que nutrem desejos de ir além de suas próprias estruturas de vida, inclusive – o que é muito central – de suas próprias estruturas de desigualdade; tem a ver, em suma, com pessoas que jogam, ou tentam jogar, seus próprios jogos sérios, mesmo se partes mais poderosas procuram desvalorizá-las ou até destruí-las (ORTNER, 2006, p. 68).

Destacamos, então, que o desejo nutrido em relação à vivência da universidade pode ser fruto da busca por ir além das estruturas que constituem e configuram a vida dessas

mulheres. Há uma sinalização, a partir das falas de nossos e nossos interlocutores(a) que o desejo de estar em sala de aula e a vivência de sua dinâmica, mesmo que de formas não esperadas, resistem às estruturas de desigualdade enfrentadas.

Retornemos ao fato de que duas alunas citadas eram mulheres idosas trabalhadoras, trabalhadoras no sentido de que precisavam trabalhar para seu sustento. O trabalho ganha destaque, visto que, a necessidade de sustento vai afetar a vivência das disciplinas. Temos como exemplo a mulher citada anteriormente pelo Professor 3, que pertence à classe social menos favorecida e que tem no trabalho um empecilho para os estudos, mas que, ao mesmo tempo, o trabalho (salário) é que possibilitava sua presença. Há, nos marcadores interseccionados nas vidas das alunas idosas, barreiras e também possibilidade de resistência, pois, a subordinação não destitui a agência. Fica evidente que o pertencimento à classe social menos favorecida vai compor dificuldade em permanecer nas disciplinas, mesmo quando o acesso é facilitado pela UNAPI. Vale ressaltar que, em nossas discussões, decidimos delinear a forma como alguns marcadores sociais em específico aparecem nas falas, isso faz com que nos dediquemos, de forma específica, a alguns deles. Sendo assim, podemos destacar o marcador classe social, pois as falas das pessoas entrevistadas comentaram tal discussão. Na dinâmica capitalista das classes sociais, há a ocupação de diferentes funções na divisão social do trabalho, por diferentes pessoas. Essa ocupação vai delinear o pertencimento de classe, pertencimento que se articula com outros marcadores como, gênero e cor/raça. A divisão de classes, portanto, limita a detenção de bens e serviços, direcionando o pertencimento de classe.

O problema teórico que se detecta aqui é o de tomar a realidade social como um reflexo unilateral da estrutura socioeconômica, não levando em conta a forma como os agentes sociais decodificam as estruturas e constroem os significados que orientam seus comportamentos e escolhas (COSTA, 2002, p. 50).

Entende-se, portanto, que pertencer a uma classe social menos favorecida delinea acessos distintos para as pessoas, demarcando experiências comuns. Ora, quando a leitura de um texto é crucial para as discussões em sala, quem não o lê, ou o lê em partes, ou lê de madrugada depois de um dia de trabalho, tem o acesso ao conteúdo limitado. Entretanto, não deixou-se de vivenciar o espaço da sala de aula, o que sinaliza a possibilidade de resignificação e resistência à dominação. Portanto, pensar em classe social, no contexto da realização de disciplinas por mulheres idosas, demonstra que o pertencimento a classes menos

favorecidas afeta a experiência, em contraponto, ter a experiência afetada pela classe social não impediu que essas mulheres participassem das aulas.

Temos mais exemplos a seguir. Professor 2 também dá um exemplo de aluna idosa que precisava trabalhar,

Eu tive também duas mulheres e dessas duas mulheres uma [...] foi a última aluna que eu tive ano passado na disciplina de dança também, uma mulher negra, pobre, muito trabalhadora... ela vende aquelas aquelas cartelas de jogos de concorrer a carros [...]e ela tem muita dificuldade de acesso à internet, computação, elementos tipo e-mail, facebook [...] ela precisou de ajuda da turma nesse sentido tecnológico, que a turma abraçou, principalmente algumas mulheres, alunas, acadêmicas mulheres, que se solidarizaram com a realidade dela e isso foi bem importante (Professor 2).

Precisar dedicar grande parte do tempo ao trabalho não é a única forma que o pertencimento à classe social afetou a vivência da disciplina. O fato de não se ter internet e/ou computador em casa, bem como não saber mexer em recursos da internet foi apontado como empecilho pela aluna citada. Percebe-se aqui que o pertencimento socioeconômico pode constituir uma espécie de barreira ao acessar a disciplina. Gostaríamos de inserir aqui mais um marcador social da diferença para discussão, cor/raça, isso porque, ao perguntar sobre tal pertencimento nos foi sinalizado que apenas duas alunas eram mulheres brancas. Sendo assim, estamos falando também de um contingente de mulheres não brancas em busca das disciplinas de graduação. Alunas recebidas pela Professora 4, como destacado por ela, apresentam vulnerabilidade econômica o que afetou toda a trajetória escolar delas e afetava toda a dinâmica de ensino-aprendizagem, fomentando relações desiguais em sala.

[...], eu tive em sala de aula mulheres (idosas) que não tinham caderno, materiais, não conseguiam acessar os textos, tinham muitas dificuldades, e elas não tinham suporte do projeto. Eu levava textos a mais, mas nem sempre conseguia me organizar dessa forma, às vezes alguém da turma dava (cópias dos textos). As pessoas recebidas tinham muita dificuldade inclusive para ler, sabe? Dificuldades de alfabetização (Professora 4).

A Professora 4 destaca que as dificuldades vivenciadas pelas mulheres idosas que foram suas alunas fizeram com que a experiência não fosse efetivamente uma experiência de ensino-aprendizagem, pois as alunas puderam sair da disciplina entendendo o mínimo do conteúdo estudado. A experiência se resumiu em uma experiência de solidariedade às dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas. Pensar na não efetividade do processo de

ensino-aprendizagem que é o foco de uma disciplina de graduação delineia o fato de que, fatores estruturais influenciam na reprodução de condições de privação.

Temos, nas alunas da Professora 4, mulheres não brancas e pobres que não concluíram o ensino regular na juventude, mas concluíram os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos já na terceira idade. Há aqui uma relação entre o acesso à educação e os marcadores sociais da diferença que constituem as identidades das mulheres.

[...] ser preto ou pardo contribui para que os indivíduos dessas cores sejam majoritários entre os estratos sociais mais empobrecidos da nossa população. [...] mesmo ao se tomar como unidade de análise apenas os pobres, os negros serão dentre estes ainda mais pauperizados do que os brancos. Por fim, vale ressaltar que tais estudos apontam para um repetido processo de reprodução social no qual nascer negro relaciona-se diretamente com as probabilidades de crescer, viver e morrer pobre (GÓIS, 2008, p. 774).

A vivência da pobreza afeta a vida e, portanto, toda a dinâmica de permanência nas disciplinas de graduação. Ao mesmo tempo que percebemos aqui que o pertencimento de cor/raça está alinhado, quando se trata das mulheres idosas pobres, pois são mulheres não brancas. A vivência de desfavorecimento econômico na terceira idade também sinaliza algo destacado por Antônio Góis (2008), o fato de que as pessoas não brancas, ou como denominadas pelo autor negras e pardas, vivem um processo de reprodução social, em que quando se nasce pertencente a cor/raça não dominantes é perceptível a relação com probabilidades de crescer, viver e até mesmo morrer pobre (GÓIS, 2008).

Logo, não é casual que as negras trabalhem mais do que as brancas ao longo do ensino fundamental e médio, uma vez que há fortes evidências empíricas mostrando que associar estudo e trabalho decorre de um conjunto de variáveis, dentre as quais merece destaque a (baixa) renda familiar (GÓIS, 2008, p. 754).

Podemos destacar, a partir do contexto desta pesquisa, que as mulheres pretas e pardas vivenciam o trabalho, seja do cuidado ou prestação de outros serviços, como citado no capítulo anterior, durante todo o curso da vida. E a necessidade de trabalhar constitui toda a vida escolar.

2.3 Do enfrentamento às dificuldades

Como já discutido, de forma preliminar, anteriormente, as mulheres idosas alunas das disciplinas enfrentaram dificuldades. As dificuldades, aqui discutidas, partem da percepção de docentes entrevistados(a). Entendemos que a articulação dos marcadores sociais da diferença pode ser fator desencadeador de tais diferenças, entretanto, vale destacar que a articulação desses marcadores não constitui apenas desigualdades. O que nos dá a possibilidade de discutir, além das dificuldades, o acesso, o aproveitamento das disciplinas e o agenciamento vivenciado na constituição dessa experiência.

Discutindo a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas no contexto de sala de aula. Professora 4 segue dizendo,

Entendo que isso também pode ser um experiência rica, só que o tempo de uma disciplina é rápido, por isso eu fiquei em várias situações constrangida diante da turma, por ter que resolver certas situações, em que a turma nem sempre recebia isso tão bem, era como se eu tivesse atrasando os encaminhamentos em sala de aula para poder providenciar caneta, situar o que estávamos fazendo,[...] respondendo perguntas com informações básicas às vezes, como por exemplo, como providenciar uma cópia (de textos). Então, a gente já providenciava a cópia dos textos com antecedência (Professora 4).

Não ter canetas, não conseguir a cópia do texto, precisar de ajuda para comprar lanches, sair de casa muito cedo e pegar vários ônibus, são situações relatadas. Essas situações práticas, que afetavam diretamente a dinâmica de sala e precisaram ser contornadas a medida do possível. Percebemos, neste contexto, que a saída viável para os problemas de acesso encontrados no contexto de sala de aula foi a solidariedade.

Se retomarmos a Lei 9.394 de 1996, que estabelece Diretrizes e Bases da Educação brasileira, encontraremos disposto o seguinte: “Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Entender que um dos princípios e fins da Educação Nacional diz respeito à solidariedade humana delinea a importância e validade da experiência ofertada pela disponibilização das disciplinas. Mesmo quando a dinâmica educacional foi afetada por desigualdades e diferenças, a cooperação entre todas as pessoas participantes tornou a experiência possível.

O Professor 2 trabalhou a dinâmica da disciplina de forma a tentar minimizar as dificuldades enfrentadas:

e ela tinha uma dificuldade também com o entendimento da disciplina, com

as avaliações, então ela sempre tirava notas muito baixas, tipo nota 1[...] às vezes nem respondia nada, mas não era esse o principal motivo dela estar ali, então eu sempre considerei importante é a presença dela, a participação, a opinião. Eu levei ela para dar aula de dança nas escolas igual os acadêmicos porque ela para mim estava ali na mesma condição, na condição de aluna da disciplina. Então, não recebeu nenhum tratamento diferenciado por não ser acadêmica, ela recebeu os mesmos textos, as mesmas avaliações, fez as mesmas atividades, mas logicamente entendendo algumas particularidades dela a turma e eu fomos tentando ajudar no que era possível e isso foi bem rico (Professor 2).

Percebemos, nos contextos de (re)configuração da dinâmica ensino-aprendizagem, que a atitude dos professores e da professora em relação à permanência de suas alunas está alinhada a um dos princípios da educação nacional. “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1996). Docentes interlocutores desta pesquisa tiveram a preocupação de tornar a vivência da universidade significativa para as alunas encaminhadas pela UNAPI, para que isso acontecesse usaram estratégias próprias.

Desta forma, percebemos que, foi em resposta às dificuldades, que dinâmica em sala de aula foi se (re)configurando e não necessariamente em resposta à inserção das mulheres idosas no contexto. Pelo contrário, a inserção dessas mulheres em sala de aula, no sentido de primeiro contato com alunas e alunos regulares, aconteceu de forma tranquila.

Há, na fala da Professora 4, a sinalização de limitações do grupo recebido por ela em suas disciplinas. Sua percepção, a partir das dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas que recebeu, é de que elas estavam em uma situação de fragilidade. Essa percepção de vulnerabilidade se inscreve mais uma vez nos marcadores sociais da diferença aqui discutidos, pois no entrecruzamento da falta de poder aquisitivo, gênero, geração e cor/raça temos, mulheres idosas não brancas que mesmo ao acessarem disciplinas de graduação não a vivenciam como alunos e alunas regulares. Sendo assim, quem são as alunas encaminhadas pela UNAPI, delineia uma forma específica de acessar e vivenciar o contexto universitário.

Cor/raça, gênero, geração e classe social são percebidas como construtores de uma subjetividade específica, delineando o curso da vida. Neste contexto, entende-se que cada marcador opera de múltiplas formas, em múltiplos contextos (MOUTINHO, 2014).

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres

camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões (BRAH, 2006, 341).

Entender que as alunas recebidas nas disciplinas são, em sua maioria, mulheres idosas, pobres, não brancas que precisam trabalhar ainda neste momento da vida, demonstra a complexidade em torno de tal acesso. Delineando possíveis imbricações das dificuldades enfrentadas, bem como, delineia possíveis motivações para escolher tal atividade no presente momento do curso da vida.

As dificuldades enfrentadas pelas alunas também teriam fomentado desconforto nas pessoas que eram alunas regulares das disciplinas, isso porque, ela teria percebido que, para a turma de alunos e alunas regulares, *“ficava uma situação desconfortável, porque a turma precisava ficar socorrendo essas pessoas, no apoio, aos recados, a situar-se em sala”* (Professora 4). Professora 4 destaca que essas situações de dificuldade que fragilizavam as mulheres tornaram a disciplina menos educativa.

eu acho que ela pode ir além disso, ela pode alcançar o campo da formação mesmo, de contribuição para a formação mais ampla para essa pessoa que continua o processo de aprendizado nesse momento da vida. Não sei se foi o acaso, ou se foi o grupo que eu recebi, mas era constituído por pessoas com bastante vulnerabilidade, as pessoas tinham bastante dificuldade para sair e ir até o ponto de ônibus, por isso sempre que possível eu dava carona, pois tinham pessoas com dificuldade para andar. Tinha quem relatava dificuldades para comprar lanche, então a gente dividia, eram necessidades muito básicas. As pessoas diziam que saiam de casa muito cedo, então não tomavam café, por isso eu achei que as pessoas foram colocadas em uma situação sem muito apoio, sabe? Eu senti comoção, percebi que elas estavam mais em uma situação de fragilidade do que de suporte (Professora 4).

Entretanto, como discutido anteriormente, a partir do conceito de agência, entendemos que a não efetivação do esperado pelos professores e professora, não significa o não alcance dos próprios objetivos das mulheres ao decidirem frequentar as disciplinas.

Começo com a questão da intencionalidade porque, de algum modo, leva ao cerne do que agência significa. “Intencionalidade”, aqui, pretende incluir uma ampla gama de estados, tanto cognitivos como emocionais, e em vários níveis de consciência, que estão orientados para algum fim. Assim, em agência, intencionalidade poderia incluir enredos, planos e esquemas altamente conscientes; metas, objetivos e ideais um pouco mais nebulosos; e, finalmente, desejos, vontades e necessidades que podem variar de profundamente encobertos a bastante conscientes. Em suma, intencionalidade como conceito quer incluir todos as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito (ORTNER, 2006,

A agência pode perpassar também a intencionalidade individual quando se tomou a decisão de estar em sala de aula. Por se tratar de um grupo de mulheres, podemos discutir especificidades. Essa discussão será melhor elaborada no capítulo seguinte, a partir das falas das mulheres interlocutoras. Entretanto, é crucial destacar aqui que a forma como os professores e a professora vêem o contexto de sala pode ser e é por vezes ressignificada pelas alunas. Para tanto, podemos retomar a ideia citada de participação em disciplinas para estar perto de pessoas mais jovens. Sendo assim, os olhares das alunas para a dinâmica da sala e a sua finalidade serão orientados por planos conscientes e/ou ideias nebulosas individuais. Percebemos que há a ação da agência em todo o contexto investigado, visto que ela delinea a escolha por estar em um ambiente não pensado para mulheres na terceira idade. A ação de participar das disciplinas, mesmo enfrentando dificuldades ocasionadas pelo entrecruzamento de várias categorias, e também a forma como se vivencia aquele espaço em prol de suas próprias intenções.

No contexto de sala de aula, as especificidades do grupo de mulheres delinea novos encaminhamentos para as aulas, enquanto, por exemplo, Professor 1 e Professor 3 não relatam grandes alterações, a Professora 4, por outro lado, mostra a necessidade de construção de uma relação para além da sala de aula com as alunas. Professor 2 demonstra algo parecido, quando destaca que precisou alterar a forma de disponibilização dos textos utilizados na disciplina em prol de uma aluna idosa que não tinha acesso à internet.

Em relação às aulas e o planejamento pensando nesse grupo, eu posso dizer que as aulas foram planejadas e pensadas, conteúdo, a avaliação continuada, da mesma forma que elas foram planejadas para os alunos regulares, mas execução as vezes teve que ser adaptada, como por exemplo, anteriormente todo o material que eu entregava para os alunos e alunas eu utilizava o facebook. Eu postava os textos, os artigos, os vídeos das aulas, os planos, enfim, tudo era no facebook e a Dona M. não tinha essa condição tecnológica, então alguns alunos ajudaram. Isso foi tudo conversado na sala para ver quem poderia ajudar Dona M. Então na verdade o planejamento foi igual, mas teve uma adaptação para com a Dona M. [...] Eu acho que as aulas práticas, os conteúdos teóricos continuaram a mesma, só mesmo a questão do uso da internet que é por ali que a gente passa o material teórico e teve uma pequena dificuldade, mas foi sanado (Professor 2).

É perceptível que a postura é de auxílio por parte dos professores e professora ante as dificuldades trazidas pelas mulheres idosas quando inseridas em suas disciplinas. Os limites encontrados pelas mulheres idosas também foram articulados pela turma de estudantes

regulares, como delineado nas falas de Professor 2 e Professora 4. Temos, então, dificuldades que se estabelecem em torno da classe social e suas intersecções na vida das alunas idosas, que faz com que precisem trabalhar, tenham que pegar diversos ônibus para chegar à universidade, não tenham dinheiro para comprar lanche, nem para cópias e não tenham acesso à internet.

A posição de classe assinala certas comunalidades de resultados sociais, mas a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres (BRAH, 2006, p. 342).

Neste sentido, podemos concluir que pertencer à classe social menos favorecida serve de limitador da participação das mulheres idosas nas disciplinas. As dificuldades citadas de forma recorrente nas falas das pessoas entrevistadas nascem em geral por não se ter dinheiro. Não se tem dinheiro para a compra do lanche, para a compra da caneta, para o acesso à internet e assim por diante. Entendemos que o fato das mulheres com tais dificuldades serem mulheres não brancas diz sobre como os marcadores sociais da diferença afetam suas vidas. A partir das entrevistas, podemos destacar que as mulheres idosas não brancas, pertencentes à classe social menos favorecida enfrentam mais dificuldades quando inseridas no contexto de disciplinas da graduação.

Seguindo o contexto das reconfigurações das aulas em prol de um melhor aproveitamento das mulheres idosas, nos deparamos com atitudes como a relatada a seguir.

Então em todos esses casos de todos os idosos/as que passaram pela minha disciplina e quando eu sinto uma dificuldade por parte deles ou por parte dos alunos eu tento agir de uma forma pedagógica. Se for alguma coisa que precise de uma intervenção para melhorar a relação, eu sempre me coloco, ou para potencializar, para elogiar, para dizer. “olha como isso tá rico”, então tanto quando precisa de alguma coisa para avançar frente a algum um limite ou para potencializar aquilo que já está dando certo (Professor 2).

O elogio como forma de incentivo foi recurso utilizado por docentes no contexto das aulas, percebido em duas falas. Havia uma preocupação em torno do bem-estar das mulheres idosas recebidas nas disciplinas. A ideia de que as mulheres deviam sentir-se bem recebidas permeou a relação docente-alunas. “Eu dou a acolhida, mostro para os alunos a importância, como é muito legal a gente não deixar nunca de estudar. Eu levanto a bola da pessoa, elogio a coragem dela” (Professor 1). O incentivo é carregado da percepção de que mulheres idosas podem ser exemplo quando vivenciam a sala de aula, algo que reforça o interesse nas relações

intergeracionais proporcionadas. Por fim, entendemos que as relações intergeracionais são percebidas como educativas e uma forma didática de incentivo a continuidade e dedicação aos estudos para alunos e alunas regulares.

Outro ponto, que pode ser destacado no contexto da postura de docentes ante as mulheres idosas, tem a ver com ações que vão reforçar o imaginário social de diferenciação entre as categorias etárias. Há uma mobilização de esforços para que as mulheres se sintam parte do todo. Ao decidirem por receber pessoas encaminhadas pela UNAPI em suas disciplinas, três das pessoas entrevistadas sinalizam que a inserção de pessoas na terceira idade em sala poderia auxiliar na quebra do estigma social em torno da velhice por parte de alunos e alunas regulares.

Entendemos, a partir do contexto da inserção de pessoas na terceira idade em espaços não pensados para elas, uma forma de desnaturalizar o fenômeno da velhice. Entendendo que, a velhice é uma categoria social e culturalmente construída (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002). “Isto é, as diversas sociedades constroem diferentes práticas e representações sobre a velhice, a posição social dos velhos na comunidade e nas famílias e o tratamento que lhes deve ser dispensado pelos mais jovens” (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002, p. 14). Portanto, quando pessoas idosas acessam um lugar negado a elas, ampliam a possibilidade de quebra de estigmas em torno da terceira idade.

Vale destacar ainda que,

O envelhecimento não é um processo homogêneo. Cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002, p. 14).

O exposto por Maria Cecília Minayo e Carlos Coimbra Junior (2002), reitera as discussões feitas até aqui. A mulher idosa participante de disciplina é constituída pela intersecção de marcadores sociais da diferença que imbricam toda uma construção social e cultural em torno do envelhecimento. Entretanto, o envelhecimento não é homogêneo e as categorias entrecruzam-se tornando a experiência do envelhecimento única, bem como a de estar em sala de aula.

Outra discussão que nos parece pertinente diz respeito a como as mulheres idosas alunas são vistas pelas pessoas entrevistadas. As mulheres idosas são percebidas a partir das observações e acompanhamento das disciplinas como carentes do entendimento das

discussões a partir das dificuldades enfrentadas. Entendemos aqui que a intersecção das categorias vivenciadas colocariam as mulheres idosas em desvantagem ante os alunos e alunas regulares, para os docentes e a docente entrevistados(a).

Eu achei que essa pessoa idosa que viria seria uma pessoa que estaria em condições de acompanhar uma disciplina de graduação. E não foi bem isso que aconteceu, pela profundidade dos textos que a gente discutia. As pessoas tinham muita dificuldade para ler e escrever (Professora 4).

Percebe-se, a partir da fala, que as mulheres idosas no contexto da sala de aula foram percebidas como pessoas que não poderiam acompanhar as discussões, ou mesmo entender a profundidade dos textos. Entendendo que, não necessariamente, o objetivo das mulheres foi o de entender em profundidade o conteúdo da forma esperada por docentes. Podemos destacar que a visão que parte das dificuldades pode fomentar um olhar distorcido do processo. O Professor 1 diz: *claro que elas tinham mais perguntas, [...] os temas eram novos para elas, então de alguma forma havia uma dificuldade de acompanhar, mas eu procurava a todo tempo inseri-las na discussão para que elas não ficassem de fora do debate (Professor 1)*. A questão que nos vem neste contexto é: ter dificuldades de acompanhar é sinônimo de não inserção em uma discussão? Essas situações dão pistas de que as alunas da UNAPI poderiam estar sendo vistas, por parte das outras pessoas incluídas na dinâmica da sala, de forma equivocada, a partir de um ideal de “aproveitamento” da sala de aula.

Podemos destacar também a importância dos alunos e alunas regulares das disciplinas no auxílio às mulheres idosas participantes das disciplinas. A ideia já citada de que a experiência foi de solidariedade aproxima as falas da Professora 4 e do Professor 2, que demonstram como alunos e alunas articularam mecanismos facilitadores de permanência.

Discutir a configuração da dinâmica de inserção das mulheres idosas no contexto de sala de aula nos encaminha para as percepções que os professores e professora interlocutores construíram a respeito dos grupos de mulheres que receberam. Utilizamos aqui o termo grupo por ter sido citado pelas pessoas interlocutoras, ao se referirem às mulheres recebidas em suas disciplinas. Professor 3, destaca outro ponto quando aponta um dos motivos pelos quais decidiu receber mulheres idosas em sua disciplina.

[...]achar que de fato as pessoas mais velhas tenham a chance e as condições necessárias, caso queiram, de frequentar uma disciplina teórica (porque afinal de contas é uma disciplina teórica). Então quando eu me dispus a aceitar... aceitar é tão complicado, mas essa palavra é a que eu mais escuto. Aceitar alunos, aceitar visitantes, aceitar especial, na verdade

é aceitar, mas é minha obrigação. Enfim, quando me dispus a receber (vamos dizer assim) as alunas, eu entendi que elas tinham condições de participar das aulas de uma disciplina teórica que discutiria relações de gênero e ciências sociais (Professor 3).

Em um primeiro momento as mulheres idosas são vistas como capazes de frequentar disciplinas de graduação, desde que tenham chance de participar. O que fica evidente nas falas é que, em primeira instância, os professores e a professora, entendiam que as mulheres já tinham as condições necessárias para a participação das disciplinas pré existentes. Entretanto, as falas demonstram que as condições necessárias para uma participação efetiva nas disciplinas, de alguma forma, serviram para refutar a primeira ideia, o que causou mudanças no encaminhamento das aulas e também a necessidade de se repensar as avaliações.

[...] essa Dona M. que tinha mais dificuldade no entendimento do conteúdo, na escrita, e na leitura dos textos. Eu entendi que essa era a maior dificuldade dela e isso não impediu no final que ela ganhasse certificado de participação da disciplina e desse projeto, porque se ela não conseguiu a nota 6... para mim esse não era um critério, a participação dela tava muito além de um conhecimento mensurável em uma nota (Professor 2).

Ao repensarem as avaliações, os professores e a professora pensam em dar autonomia às mulheres e também seguem questionando a apropriação ou não dos conteúdos por parte das mulheres idosas. O que nos parece é que há uma noção de diferenciação perpassando todo o processo. Parece que as mulheres idosas precisariam de cuidados, de reforços de conteúdo, precisariam ser elogiadas. A Professora 4 volta a demonstrar o quanto as discussões eram difíceis para as mulheres idosas.

Eu não estabeleci a avaliação como obrigatória, deixei a cargo da pessoa optar por fazer. Teve quem passou pela avaliação da disciplina, mas sem qualquer condição de entendimento do que a gente discutiu, então eu pude ver que realmente as nossas discussões estavam difíceis para essas pessoas (Professora 4).

O não entendimento dos conteúdos é algo recorrente nas falas. Nosso questionamento vai em direção às expectativas criadas em torno da disciplina regida pelos professores e professora interlocutores(a). Lecionam conteúdos específicos em suas disciplinas, que precisam ser apropriados por alunos e alunas. A percepção da não apropriação dos conteúdos fomenta a decisão de não ter uma avaliação não obrigatória.

Elas cursaram a disciplina e avaliação não fazia sentido necessariamente, achar que elas não deveriam receber o certificado porque não fizeram a prova, nem era prova era um trabalho[...] cada um cria o seu trajeto do jeito que é possível e do jeito que avalia que é mais interessante para sua formação, claro que eu faço uma autoavaliação sempre, se eu estou flexibilizando o suficiente, se eu fui acessível o suficiente para qualquer aluno, não só para quem é deste projeto de extensão. Então eu acho que mesmo elas não entregando uma atividade final, porque na verdade não tem prova [...] A diferença mesmo prática/objetiva foi a entrega do trabalho que por mais que eu tenha motivado dizendo que elas poderiam escrever em formato de cartas, elas poderiam escrever como elas se sentiam à vontade para escrever (elas não entregaram) (Professor 3).

Por fim, a vivência das disciplinas é avaliada como sendo algo pertencente ao campo das experiências, o que de alguma forma responde a motivações para o recebimento, como discutido anteriormente. Pois a pessoa idosa em sala de aula foi entendida como fomentadora de troca de experiências. Percebe-se, nesse contexto, que as experiências, avaliáveis ou não, podem ser entendidas como vivências educativas.

A respeito da permanência e conclusão das disciplinas temos relatos que demonstram que o contingente de pessoas da UNAPI que decide participar das disciplinas de graduação são mulheres. Das 24 pessoas que foram lembradas durante as entrevistas, 22 eram mulheres. Algo que nos chamou a atenção foi o fato de que os 2 homens idosos alunos foram citados pelo Professor 2, o que significa que eles estavam concentrados na educação física. Pensar que ao contrário dos homens as mulheres estavam vivenciando espaços que discutiam as humanidades e que também decidiram estar em locais de esforço físico, nos leva às percepções e estereótipos de gênero. Entendendo aqui que em uma sociedade machista, patriarcal e misógina lugares de exposição física são tomados pela presença masculina.

Retomando o conceito de gênero, entendemos que ele é culturalmente construído, não sendo um resultado causal do sexo, nem algo fixo. Percebe-se, então, que a unidade do sujeito seria contestada pela distinção de gênero (BUTLER, 2003). O contexto cultural vivenciado, “tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20). Entendendo que, a partir da concepção binária de masculino/feminino, existe a construção de lugares ideais apropriados para homens e mulheres. Entretanto, o que nos chama a atenção diz respeito ao fato de que as mulheres alunas não foram reprimidas pelas estruturas de poder que delineiam lugares femininos e masculinos, pois, escolheram também a disciplina da Educação Física. Em contrapartida, os homens citados mantiveram-se em uma disciplina de maioria masculina.

Sendo assim, faremos uso de indagações elaboradas por Judith Butler (2003),

Se o gênero é construído, poderia sê-lo diferentemente, ou sua característica de construção implica alguma forma de determinismo social que exclui a possibilidade de agência ou transformação? Porventura a noção de “construção” sugere que certas leis geram diferenças de gênero em conformidade com eixos universais da diferença sexual? (BUTLER, 2003, p. 26).

Em resposta a tais questionamentos, podemos destacar, a partir das informações obtidas, que a constituição de gênero não pressupõe o determinismo social que exclui a possibilidade de agência das mulheres idosas. Sendo a construção de gênero algo que não limitaria a escolha das disciplinas. Entretanto, durante as entrevistas temos sinalizada uma diferença postural entre homens e mulheres idosas recebidos(as) nas disciplinas.

[...] muitas vezes é mais fácil (eu percebo isso) para homens se colocarem mais do que mulheres, a sensação que tenho é que é maior o silenciamento entre as mulheres nesse caso da sala de aula do que entre os homens, mas é que as minhas aulas especiais de gênero tem muito mais mulheres do que homens, isso eu também preciso levar em consideração (Professor 3).

Quando o Professor 3 chama a atenção para o fato de que os homens teriam mais facilidade de se colocar em suas aulas, temos novamente a sinalização de que o gênero é um marcador em sala de aula. Vale destacar que a disciplina lecionada pelo professor Professor 3 discute gênero e é assistida por um número maior de mulheres. Isso revela a construção social em torno do que é ser mulher e do que é ser homem, em que homens têm a seu alcance os espaços públicos de forma mais efetiva, pois a participação em uma aula dialógica é essencial. Em contraponto a todas as possibilidades de agência, percebemos que, categoria mulher, “[...] é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação” (BUTLER, 2003, p. 19).

Existe mais um ponto que vai delineando o constatado, que é o fato das mulheres alunas do Professor 3 terem dificuldades de falar com a turma, ele destaca que em contraponto a isso, elas conversavam tranquilamente de forma privada com o professor. *Então, teve uma diferença absurda de interação delas com a turma e delas comigo (Professor 3).* O Professor 3 percebe nelas uma falta de confiança no ambiente. *Apenas uma é que falava abertamente em público quando eu provocava ou quando se sentia mais à vontade com o passar das aulas (Professor 3).* Essa falta de confiança no ambiente pode ser lida como um não sentimento de pertencimento ao ambiente universitário. A ocupação de um lugar não

pensado para si delineia nossas discussões, isso por entendermos que as mulheres idosas estão desafiando o senso comum ao adentrarem a sala de aula em contexto universitário.

A postura introvertida das mulheres idosas também foi percebida pelas outras pessoas entrevistadas. Essa introspecção também teria fomentado a reconfiguração da dinâmica em sala.

Quanto às especificidades dessas alunas que foram incluídas por este projeto (UNAPI), eu as percebi bastante tímidas. Os acadêmicos da Pedagogia são acadêmicos bastante sociáveis, se relacionam facilmente com as pessoas, a gente não costuma ter nenhum problema com isso, pois, são pessoas muito acessíveis. Foram assim com as mulheres idosas também, mesmo assim eu as percebi bastante constrangidas, por conta das dificuldades de acesso aos materiais. Por exemplo, teve uma senhora que não conseguia acesso a biblioteca, eu estava trabalhando um livro que está disponível lá, mas ela não conseguia pegar o livro emprestado, ela também não conseguia se localizar na universidade. As pessoas (alunos e alunas regulares da disciplina) sempre viabilizavam as coisas para ela, para tornar acessível, mas eu acho que a situação se tornou constrangedora sim (Professora 4).

Percebemos que a introspecção, além de ser fomentada por uma hierarquização de gênero, pelo sentimento de não pertencimento à universidade, também pode ter sido fomentada pelo pertencimento geracional e de classe. Visto que, a intersecção entre variáveis como cor/raça, gênero, sexo, geração e classe, pode ser observada enquanto articuladora entre as diferenças, desta forma, os marcadores sociais fomentam a construção social das desigualdades (CASTRO, 1992). A articulação entre os marcadores que afetam as vidas das mulheres idosas alunas constituem barreiras quando inseridas no contexto da sala de aula, pois essa articulação constitui e configura a forma como elas irão e poderão aproveitar e participar das aulas.

O pertencimento geracional, para o grupo recebido pela Professora 4, era sinônimo de dificuldades com o entendimento das tecnologias, algo que fez com que perguntas sobre como e onde se conseguem as cópias dos textos tenham existido. Também há dificuldades de realização de trabalhos em grupo, porque o restante do grupo (formado por alunos e alunas regulares) realizaria o trabalho utilizando o computador. O Professor 2 precisou alterar a forma de disponibilizar seus textos, pois anteriormente ao recebimento das alunas da UNAPI, isso era feito por meio de redes sociais.

Percebemos, portanto, que a produção social de diferença vivenciada a partir da articulação das categorias de cor/raça, gênero, geração e classe, configura toda a dinâmica vivida para se estar em sala de aula. A classificação social pode ser entendida como

constituente de corpos e identidades coletivas (CASTRO, 1992).

O grupo de mulheres recebido pela Professora 4, e uma das mulheres recebidas pelo Professor 2, sequer possuíam acesso à internet. Os “não” acessos tornam-se aqui empecilhos na permanência das mulheres, impossibilitando, em alguns momentos, que todo o proposto fosse vencido, pois as dificuldades tornaram a relação constrangedora.

Retomando a discussão em torno da permanência,

Já recebi umas dez ou doze nesses quatro ou cinco anos do projeto (UNAPI) e se não me falha a memória uma só que fez o semestre inteiro, todas as atividades, fez avaliação, devolvi a avaliação, comentei. As demais todas foram parando no meio do caminho (Professor 1).

A desistência das mulheres idosas frequentadoras das disciplinas foi assunto recorrente em todas as conversas. Algo que nos chama atenção é a parada “durante o caminho”. Os relatos descrevem que geralmente as alunas frequentam as aulas por um mês. Isso sinaliza que, em algum momento de toda a configuração vivenciada para se estar em sala de aula, algo serve de barreira.

Se formos discutir os arranjos por trás de toda a configuração de vida das alunas idosas, chegamos a uma conclusão: por mais que as relações sejam configuradas de maneiras distintas, em se tratando da individualidade de cada mulher, há nos marcadores sociais da diferença ligações que delineiam uma vivência similar.

Professora 4 consegue perceber o que não foi suficiente, pensando nas ações em sala de aula,

Mas, também houve preocupação mesmo de acolher, o que não foi suficiente para que essas pessoas continuassem até o final da disciplina. Uma ou outra pessoa apenas concluiu, acho que eu cheguei a ter quatro alunas em disciplinas diferentes, apenas uma foi até o final, teve quem passou pela avaliação (Professora 4).

O final da disciplina é entendido, pelas pessoas entrevistadas, como o momento pós avaliações finais. Sendo assim, uma forma recorrente de avaliação da participação das mulheres como positiva ou não, parte dessa finalização. Entretanto, como discutido anteriormente, não necessariamente as motivações para se estar em sala de aula seria a conclusão da disciplina. O Professor 1 destaca algo curioso quando fala do decorrer das disciplinas em que lecionou para mulheres da UNAPI. Vejamos:

[...] Nessas aulas eu sempre pergunto algumas coisas para elas, para essas pessoas o que elas acham do tema e na maioria das vezes elas participam, falam, lêem, elas são muito ativas na aula e interagem com os alunos mais jovens, ou seja, na minha avaliação experiência é muito boa. O único senão é que elas evadem, elas ficam um mês e pouco dois meses e saem da disciplina (Professor 1).

Suas alunas idosas têm uma postura mais ativa em sala, o que fomenta, inclusive, a interação com alunos e alunas regulares, algo que a nosso ver acontece pelo fato de que as alunas idosas citadas pelo Professor 1 já vivenciaram pelo menos uma graduação. Portanto, concluímos que, mesmo as mulheres que se sentem mais à vontade em sala, não permanecem ali. Podemos levantar hipóteses: será mesmo que as mulheres idosas medem sua participação como efetiva apenas com a finalização da disciplina? Partindo das motivações citadas pelas pessoas entrevistadas, para que as mulheres idosas escolham estar em sala de aula como atividade potente, podemos questionar o significado da evasão para elas.

Entendemos que a evasão vai ser motivada por vários elementos, pressupondo também questões individuais. A individualidade e especificidades não anulam a discussão em torno dos marcadores sociais da diferença, pois sua articulação é percebida no contexto das vivências das disciplinas.

As questões individuais não conhecidas pelos professores e professora perpassam a dinâmica de evasão, temos como exemplo o exposto pelo Professor 3 em relação à uma aluna: *então a sensação que eu tive é que não foi nem pelo tema a desistência [...] isso é o que mais interagia. Quando ela estava lá era a que mais falava, mas ela foi muito poucas aulas e logo no começo ela já desistiu (Professor 3).* A partir das falas dos professores e da professora, fica evidente que a configuração do desejo de estar em sala de aula e sua efetivação extrapola o que é observável e perpassa a subjetividade de cada mulher. Assim, tiveram alunas participativas que pararam, também tiveram as com uma postura mais introvertida que também pararam. Neste momento, o que se repete são as desistências, nossa hipótese é que as explicações possíveis variam de mulher para mulher³⁰.

Pensar no contexto da evasão nos leva ao ponto seguinte, que já foi citado anteriormente, mas que merece atenção. Ele diz respeito ao entendimento dos conteúdos por parte das mulheres idosas, o que nos parece ser um possível motivador das desistências nas disciplinas.

³⁰ A discussão em torno da não participação das aulas será aprofundada no próximo capítulo, a partir das falas das mulheres idosas interlocutoras da pesquisa.

Dependia muito do tema. Conforme o tema elas participavam mais, conforme o tema, pouco menos quando era uma discussão de aula mais teórica [...] Claro que 20/30 anos sem estar na academia é uma dificuldade, mas percebia-se esforço delas em acompanhar. Eu passava os textos com antecedência, a maior parte lia os textos e como eu disse participavam da discussão. Claro que elas tinham mais perguntas as vezes que os próprios alunos porque os temas eram novos para elas, então de alguma forma havia uma dificuldade de acompanhar, mas eu procurava todo tempo inseri-las na discussão para que elas ficassem de fora do debate (Professor 1).

Temos, mais uma vez, evidenciado que as mulheres idosas alunas das disciplinas estavam quebrando barreiras ao adentrar a universidade. Buscando dar conta de conhecimentos novos, apoderam-se de ação. Entretanto, Professora 4 segue demonstrando como havia um distanciamento do lugar social ocupado pelas mulheres, para o lugar que elas estavam ocupando naquele momento: *peessoas que vieram na época do supletivo, eram pessoas que tinham muita dificuldade para acompanhar as aulas pela frágil situação de leitura e escrita (Professora 4)*. Mais uma vez, podemos perceber que há intencionalidade por parte das mulheres. Mesmo tendo uma “frágil situação de leitura e escrita” e não precisarem realizar provas para concluir a disciplina, decidiram realizá-la. O desejo de participar de todas as etapas pode ser entendido aqui como uma forma de efetivar o lugar de aluna da disciplina. Temos exemplo de aluna que escreveu apenas o nome na prova, teve quem tirou nota 1 (relatado por Professor 2), situações que não tornaram menos importante a participação na prova. As mulheres idosas ressignificaram o contexto de sala em que estavam incluídas.

Conseguimos acessar informações a respeito da escolaridade das mulheres, a partir das falas, percebemos que a maioria das alunas das pessoas que foram entrevistadas tinha apenas a escolaridade mínima (Ensino Médio completo). As exceções foram alunas recebidas pelo Professor 1. Ele relata que, em sua maioria, tinham educação superior completa. Isso nos fez perceber que a escolaridade das mulheres diferencia-se quando se tratavam de mulheres brancas e não brancas, sendo que, as únicas que possuíam graduação eram mulheres brancas. Entretanto, mesmo as mulheres com educação superior apresentaram dificuldades no entendimento dos conteúdos. Neste sentido, há indicativo de que a escolaridade anterior não diferenciou, de forma prática, o aproveitamento das disciplinas por parte das mulheres.

Não foram percebidas diferenças quando o assunto é a evasão das disciplinas. Das 12 alunas recebidas pelo Professor 1, apenas uma chegou a receber o certificado de conclusão da disciplina. Das 4 recebidas pela Professora 4, uma concluiu. Das 3 recebidas pelo Professor 2, duas chegaram a concluir. Das 4 recebidas pelo Professor 3, 3 conseguiram concluir as

disciplinas. Se formos colocar em números, isso significa que aproximadamente 30,5% das mulheres que começam a participar das disciplinas, chegam a concluí-las. Isso levanta uma série de questionamentos, na busca de entendermos os porquês de aproximadamente 69,5% das mulheres que chegam a frequentar as aulas param “pelo meio do caminho”.

Se formos pensar na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como possível facilitadora da vivência efetiva das disciplinas pelas mulheres, podemos citar, a resolução nº 35 de 13 de maio de 2011. Essa resolução aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Em seu artigo 4º são apresentadas as finalidades e objetivos gerais da UFMS. Destacamos aqui seu primeiro objetivo,

I – gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano, utilizando as potencialidades da região, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, ao meio ambiente e às diversidades, garantindo a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado (UFMS, 2011, p. 3).

Sendo assim, a UFMS busca proporcionar acesso aos conhecimentos produzidos, que pode ser por meio da educação, pesquisa e extensão. O quinto objetivo da resolução nº 35 também pode respaldar essa permanência, “V – assegurar permanentemente a qualidade das atividades desenvolvidas” (UFMS, 2011, p. 3). Nosso questionamento aqui articula-se ao fato de que algumas dificuldades citadas pelos professores e professora tem a ver com a dinâmica da universidade. O que torna errôneo responsabilizar as mulheres idosas por não conseguirem finalizar as disciplinas. Um exemplo citado anteriormente diz respeito ao uso da biblioteca, algo não disponibilizado às alunas idosas estudantes.

Há relatos de falta de materiais escolares como cadernos e canetas, algo que segundo a Professora 4 causava constrangimentos.

[...] a conclusão que eu tirei dessa experiência foi que ela é muito interessante, porém alguns aspectos dessas pessoas (idosas participantes da UNAPI) que não estão sendo percebidos, e isso pode colocar essas pessoas em situação de constrangimento. Então é preciso ter suporte, alguém tem que ligar para essas pessoas para saber se estão precisando de alguma coisa, deveriam fazer contato com os professores das disciplinas para que a gente encaminhasse os textos para essas pessoas. Não é justo os alunos terem que tirar cópia, fica difícil. Essa pessoa (idosa participante da UNAPI) tem que ter um kit sobrevivência ali dentro da universidade, um suporte para isso, quem possa providenciar os textos para ela e etc. Ou você abre integralmente para dar apoio, ou você está abrindo privilegiando

alguns, quem já tem acesso, quem tem suporte, quem tem internet em casa e assim por diante (Professora 4).

A fragilidade e dificuldades percebidas são fomentadas pela falta de suporte. Minimizar tais dificuldades enfrentadas dentro da universidade poderia ser um ponto de atenção da UNAPI. Não há nenhuma tentativa de inferiorizar a ação, nem em nossa escrita, nem nas falas, mas a tentativa é chamar a atenção para as possibilidades de melhoria de vivência da universidade. Entendendo que a Universidade está comprometida com a extensão e com a permanência nas diversas atividades resultantes. Eduardo Ramirez Mesa, como citado anteriormente, destaca que não é objetivo da UNAPI que todas as pessoas matriculadas concluam com aprovação as disciplinas, mas destaca que também percebe haver uma necessidade maior de acompanhamentos dessas pessoas: *é com satisfação que detectamos uma diversidade de situações que demandam maior acompanhamento e estudo o que estamos em processo de realização*. Percebe-se aqui que a professora, e a coordenação da UNAPI estão alinhadas no entendimento de haver necessidade de suporte da Universidade para com essas pessoas.

Na experiência da Professora 4, a falta de suporte fez com que ela desistisse de receber alunas da UNAPI em suas disciplinas por entender que sua ação não estaria alcançando o caráter educativo esperado.

Não sei se o grupo que eu recebi foi diferente dos outros, eu cheguei a pensar assim, será que algumas pessoas olharam o título da disciplina, no caso da Educação de Jovens e Adultos e pensaram, puxa eu me adequo a isso? E não perceberam que a disciplina deveria ser vista como uma disciplina de formação de professores? Se não relacionaram a disciplina com o antigo supletivo? Eu fiquei pensando se elas tinham clareza do propósito da disciplina? Eu fiquei cheia de indagações, o meu trabalho, meu campo e objeto é relacionado aos ciclos da vida, ao jovem, ao adulto, a criança, porque eu trabalho com alfabetização de crianças, jovens e adultos. Por isso que fiquei com muitas questões, por isso eu senti que essas pessoas estavam desamparadas, buscando onde encontrar determinadas informações, a gente pode dar informações, claro, mas eu perguntava para elas, alguém liga para vocês? Alguém dá um suporte para que saibam onde é a sala? por exemplo. Tinham pessoas que não sabiam onde ficava a sala, mas é necessário saber se localizar ali (na universidade), então é preciso conseguir acessos e pertencer de uma forma integral ao contexto (universitário) (Professora 4).

Entendemos aqui que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres idosas tornaram-se

difficultades coletivas no contexto da turma que estava realizando a disciplina. O ponto de análise está no distanciamento das mulheres idosas do programa que permitiu seu acesso à sala de aula no contexto da graduação. Sendo assim, podemos discutir, a partir desta experiência, estratégias de como a Universidade Aberta à Pessoa Idosa e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul podem ou não auxiliar na permanência, em conjunto com professores, professoras e estudantes. Entendemos que o espaço acadêmico é constituído por um recorte geracional, privilegiando pessoas jovens que deveriam buscar formação superior e especialização para os desenvolver na vida adulta. A UNAPI pode ser entendida então como uma iniciativa alternativa a essa lógica que estrutura a dinâmica universitária ao possibilitar a entrada de mulheres idosas em disciplinas de cursos de graduação, motivadas por seus próprios interesses. Sendo assim, podemos destacar que a Extensão Universitária aqui poderia ser percebida como um contraponto à lógica instaurada na universidade. Mesmo que ainda percebamos que ensino e extensão não estão necessariamente alinhados, o que ocasiona diversas dificuldades, a extensão torna a universidade um lugar possível para essas mulheres.

Outro ponto que mostraria a universidade como um espaço das pessoas jovens, é que haveria no curso da vida um momento – consensual socialmente – percebido como próprio de se estar na graduação como aluna. É neste contexto que as mulheres idosas, quando adentram esse espaço, o espaço universitário, o ressignificam. Ressignificam o o imperativo da cronologia biológica no curso da vida, pois delineiam que o momento de estar na universidade pode ser o agora, a terceira idade. Em seguida, discutiremos, de forma mais profunda, que o momento de estar na universidade pode ser também o momento em que é possível estar, bem como o momento em que se tem vontade em estar.

Vale destacar que algumas pessoas idosas apenas matricularam-se nas disciplinas. *Eu me lembro de pelo menos um ou dois casos da pessoa estar na lista, de ter feito a matrícula e nunca ter aparecido nas minhas aulas (Professor 1). Teve gente que não apareceu (Professora 4).* Este ponto torna-se interesse da presente pesquisa, pois temos, no grupo de mulheres interlocutoras, apenas mulheres que se matricularam em disciplinas, mas não conseguiram realizá-la. Entender o porquê do não comparecimento torna-se necessário por ser mais uma peça do quebra-cabeças em torno do desejo de vivenciar a sala de aula em contexto universitário.

A expectativa na verdade era acolher o maior número possível e que elas se sentissem bem em sala de aula e isso aconteceu [...] O máximo que eles propõem eu abro, só que em sala de aula a realidade é bem diferente (Professor 1). O contexto de sala de aula tem buscado ser facilitador e acolhedor, segundo todas as pessoas entrevistadas. Entretanto,

existem fatores não percebidos, o que não traz a configuração completa para o entendimento das permanências e evasões, das realizações de provas e as negações de realização de trabalhos finais. *Todas as demais elas vão parando no meio do caminho, aí seria a sua pesquisa para descobrir o porquê, se é falta de ritmo, porque elas param... Mas começam e a maioria fica durante um mês (Professor 1)*. É, portanto, na tentativa de entender de forma mais completa o desejo e as motivações de se estar em sala de aula que incide a presente pesquisa. Nossa busca por experiências de envelhecimento deste grupo mulheres que estão desejando adentrar um lugar que historicamente não foi pensado para elas, mulheres que estão vivenciando a terceira idade, utilizando-se da possibilidade estabelecida pela UNAPI, quando faculta a participação em disciplinas de graduação.

O próximo capítulo dialogará com os dados produzidos no trabalho de campo com as mulheres idosas que aceitaram ser interlocutoras desta pesquisa. Nosso intuito é discutir o porquê da escolha de continuar estudando e, posteriormente, como a dinâmica de vida experienciada pode não facilitar a realização do desejo. Vale ressaltar que o próximo capítulo é constituído de olhares distintos aos anteriores, pois agora nos distanciamos das discussões elaboradas por docentes para adentrarmos aos entendimentos das mulheres que desejam participar das disciplinas de graduação. Nos distanciaremos, portanto, da lógica docente, para adentrar às percepções das mulheres que estão entendendo o lugar da educação em suas próprias vidas a partir de suas especificidades.

CAPÍTULO III

FIQUEI PREOCUPADA, TÔ MORRENDO: DOS RELATOS A RESPEITO DO DESEJO

Morre lentamente quem não viaja, quem não lê, quem não ouve música, quem não encontra graça em si mesmo. Morre lentamente quem se transforma em escravo do hábito, repetindo todos os dias os mesmos trajectos, quem não muda de marca. Não se arrisca a vestir uma nova cor ou não conversa com quem não conhece. Morre lentamente quem não vira a mesa quando está infeliz com o seu trabalho, quem não arrisca o certo pelo incerto para ir atrás de um sonho, quem não se permite pelo menos uma vez na vida, fugir dos conselhos sensatos (Pablo Neruda).

O trecho de Pablo Neruda, citado acima, me foi enviado em uma noite de novembro do ano de 2020, por uma das interlocutoras da pesquisa. A conclusão feita por ela, depois que indaguei “a senhora concorda?”, foi “eu fiquei preocupada, tô morrendo”. Ao analisar o sentimento de que se está morrendo lentamente, quando não se pratica uma lista de atividades construída por um poeta, fomenta a construção deste capítulo. Nele, discutiremos a respeito das impressões das mulheres interlocutoras a respeito do momento atual, em que o sentimento de que a não realização de certas tarefas é sinônimo de morte.

Sendo assim, a busca pelo entendimento dos significados dados pelas mulheres interlocutoras da pesquisa as suas vivências nos trazem até aqui. Há, nos relatos de experiências vividas, sinalizações dos porquês e como se constitui o desejo de realizar disciplinas em graduação, entendendo de antemão que esse desejo é fomentado por algo.

O presente capítulo traz, a partir das falas das mulheres interlocutoras, as questões conceituais da pesquisa, que são, como destacado, os marcadores sociais da diferença (gênero, classe e cor/raça) e suas articulações interseccionais. Vale destacar primeiramente que, diferença não é desigualdade e o poder não é uma propriedade que uns têm e outros não, é uma relação (PISCITELLI, 2008). Sendo assim, partimos do entendimento de que, “[...] poder não apenas em sentido repressivo, mas também produtivo, que não apenas suprime, mas produz sujeitos. [...] as relações de poder se alteram constantemente, marcadas por conflitos e pontos de resistência” (PISCITELLI, 2008. p. 267).

Dessa forma, entendemos que a partir de uma perspectiva interseccional de análise, podemos observar como as relações funcionam de forma ambivalentes. Isso porque toda e qualquer pessoa pode exercer o poder de forma contextualizada, mesmo vivenciando

articulação de categorias de diferenças. O poder, bem como os marcadores sociais da diferença não atuam de forma única.

A visão em torno da distribuição de poder perpassa contextos históricos específicos não cabendo um entendimento totalizante. As interseções entre os marcadores sociais da diferença não podem ser hierarquizadas nos termos de alguma condição primária de opressão (PISCITELLI, 2008). Há nas identidades pluralidade, enquanto plurais as identidades agem contra ideias totalizantes de si e hierarquizantes.

Se a diferença é construída socialmente, a partir de um contexto específico, temos no contexto de nossa pesquisa a articulação de marcadores possíveis que ganham significado social a partir das relações. Que podem por vezes delinear as relações de desigualdade e por outras as possibilidade de fuga, constituindo vivências de agência (PISCITELLI, 2008).

Nossa busca perpassa, então, especificidades contextuais das mulheres idosas interlocutoras, possibilitando a percepção de possíveis formas de agência. Seja quando se resiste a opressões, seja quando se encontra formas de fuga. Entendemos portanto que, as diferenças construídas socialmente não necessariamente serão produtoras de desigualdades, mas podem delinear assimetria nas relações. “[...] a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia nem de opressão [...]” (PISCITELLI, 2008, p. 269).

Alinhado à discussão dos marcadores sociais da diferença, o capítulo também traz a discussão da agência e do desejo em que a agência serve como forma de resistência aos mecanismos de poder e o desejo ora fomenta a agência, ora responde ao mercado de consumo. Isso porque, a agência vivenciada pelas pessoas delinea possibilidades “[...] no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente” (PISCITELLI, 2008, p. 267). Como destacado anteriormente, iremos a partir de agora imergir nas percepções das mulheres idosas interlocutoras desta pesquisa buscando analisar o lugar dado por elas à educação.

3.1 Morte em vida e a conformação de subjetividades

Os fatores socioculturais constituem nosso olhar a respeito da terceira idade, bem como tece o modo como as relações sociais devem ser estabelecidas com esse segmento populacional (RODRIGUES; SOARES, 2006). Podemos destacar, portanto, que a forma como as mulheres interlocutoras da pesquisa estão olhando para si mesmas e para o grupo ao qual pertencem pode ser diretamente afetada pela forma como a terceira idade é lida socialmente.

O primeiro ponto que nos parece pertinente discutir neste contexto diz respeito ao fato que a apreensão em torno da ideia de que se pode morrer enquanto se está viva fomenta uma gestão de si específica. Buscando atender uma demanda de atividades que comprovem que não se está morta. Silvana Tótora (2013) destaca que o contexto vivenciado por pessoas idosas fomentaria atitudes de “cuidados preventivos”.

Ao responder uma das perguntas feitas a partir de um pequeno questionário disponibilizado para a pesquisa, em que buscamos acessar como as mulheres interlocutoras estariam enxergando a sua realidade de vida atualmente, Kip, que tem 68 anos escreve,

Resumiria em uma palavra: Aceitação. Quando somos jovens temos a ilusão de poder controlar nossa existência, as opções são muitas e isso nos leva a crer que conseguimos alterar a trajetória do nosso caminho. Com o passar dos anos essas opções vão diminuindo até culminar em uma estrada única, quando então, teremos que recorrer a capacidade de adaptação para minimizar os efeitos da consciência de que somos fruto da genética e do meio ambiente, que foram responsáveis pelas nossas tendências e ações (Kip, 68 anos).

Kip destaca alguns pontos diversos, que delineiam especificidades. O primeiro que iremos listar diz respeito ao fato de que ela entende que há diferença entre a juventude e o momento que está vivendo. Essa observação nos aproxima do discutido por Guita Debert (2010), ao referir-se à valorização da juventude, “como uma etapa da vida marcada pelo dinamismo e criatividade” (DEBERT, 2010, p. 51). O constatado pela autora é reafirmado na fala de nossa interlocutora, visto que Kip deixa claro o fato de entender, “que as etapas em que a vida se desdobra são relacionais e performáticas” (DEBERT, 2010, p. 51). Performática porque entende-se haver uma “estrada única” a ser percorrida na terceira idade, em contraponto à juventude constituída de “ilusão”. Percebemos também o caráter relacional das etapas da vida, pois o discurso delineia que a cronologia pressupõe momentos distintos, em que se espera uma postura específica.

Com isso, Kip destaca que, na terceira idade, vive-se um momento de adaptação em prol da minimização dos efeitos biológicos e ambientais causados pela chegada da terceira idade. Essa preocupação com o corpo em processo de envelhecimento foi percebida em algumas falas antes mesmo da chegada, medida em termos cronológicos, na terceira idade. Dessa forma, a visão da terceira idade como um momento diferente dos outros vividos, estabeleceu uma busca pelo cuidado de si.

O cuidado de si, estabelece-se “a partir da relação de subjetividade estabelecida entre sujeito e verdade” (WANZELER, 2011, p. 10). A busca por um cuidado específico na terceira

idade parte da representação simbólica em torno desse momento da vida. Essa representação social constitui o discurso de verdade compartilhado entre as interlocutoras e a minimização dos “efeitos” do envelhecimento institui-se como possível. O cuidado, neste momento da vida, foi entendido e vivenciado de forma diferente da juventude. Entendemos que, o privilégio em prol de um autocuidado responde a um desejo de envelhecer bem.

Com 38 anos, mais ou menos, eu já procurei uma geriatra (Menina, 70 anos). A incerteza que rodeia o começo da terceira idade, marcada pelos 60 anos, fomentou uma busca por conhecimentos, 22 anos antes de sua chegada. A fala de Menina evidencia uma grande preocupação com a velhice futura. Ela continua destacando que neste período também assistia muitas palestras tratando de parkinson e alzheimer, doenças que, geralmente, acometem pessoas idosas. “Na medida em que o medo constante do envelhecimento da matéria e da perda progressiva da memória alarmam a sociedade do espetáculo, envelhecer e esquecer tornam-se problemas a serem resolvidos cada vez mais cedo” (TÓTORA, 2013, p. 8). Sendo assim, o cuidado preventivo como necessário constitui o entendimento das mulheres interlocutoras a respeito de como deve-se viver a terceira idade. “Entenda-se este tipo de cuidado como uma gestão de si, tal qual um empresário gere sua empresa, sendo esta, neste caso, o si mesmo” (TÓTORA, 2013, p.2).

Resta reforçada uma ideia que constitui o envelhecimento ativo, entendendo que, a partir dos discursos, temos constituído o modelo social interpretativo que contorna o envelhecimento, deve-se envelhecer de forma saudável. Há que requer uma gestão do corpo que proporcione o não adoecimento para que seja possível ser/estar ativa. Menina conta que o contexto das palestras a respeito das doenças fomentava um público de pessoas “de mais idade”, aulas que, segundo ela, eram preparadas cuidadosamente para o público. Podemos destacar também que os investimentos na e da população idosa são estabelecidos em prol da redução de riscos de adoecer e de morrer, propiciando o cuidado de si.

O cuidado de si é constituído pelo entendimento de que se pertence ao grupo denominado terceira idade. Esse pertencimento ao grupo estabeleceria especificidades para as pessoas idosas, como, por exemplo, a necessidade de manter-se ativa. Silvana Tótora (2013) nos auxilia no entendimento do significado do cuidado preventivo, pois esse cuidado embasaria todo o constructo de uma gestão de si (TÓTORA, 2013). Durante nossa primeira conversa, Cléo, como prefere ser chamada, ao destacar os motivos por não ter realizado uma disciplina ofertada na Biologia diz: *Eu escolhi matéria com relação ao meio ambiente, mas o horário estava batendo com envelhecimento ativo, [...] a questão foi o horário (CLÉO, 63 anos).* O fato da disciplina de graduação escolhida acontecer no mesmo horário que o

Envelhecimento Ativo (projeto de extensão oferecido pelo curso de fisioterapia) fez com que Cléo optasse pela realização da segunda atividade. A justificativa foi: *Eu gosto muito da área, o meio ambiente. Só não fiz (a disciplina) por conta do horário. Agora, no momento, o envelhecimento ativo é importante, pela minha idade* (CLÉO, 63 anos).

Há, na fala de Cléo, a indicação de que se abriu mão de um desejo, que aparentemente seria prazeroso, pois ela é graduada em biologia e foi professora de biologia antes de se aposentar, porque sua idade requereria atividades como as ofertadas no projeto envelhecimento ativo. Dentre as atividades ofertadas, que tomamos conhecimento, foram oficinas para a memória e palestras focadas em questões da terceira idade. A construção do desejo e a escolha por uma atividade que em primeira instância não era a desejada, nos leva à percepção de que o entendimento de que se é parte do grupo terceira idade ocasiona uma produção de subjetividades.

Entendemos, neste contexto, que as relações de sentido que acabam por gerar as subjetividades partem do discurso de verdade.

Por "verdade", entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A "verdade" está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 1979, p. 11).

O domínio do desejo/vontade/sonho e realização que seria individual, agora atende a uma percepção de necessidade, construída culturalmente, de que pessoas idosas precisam acessar práticas de envelhecimento ativo por conta de sua idade cronológica. Vale destacar que, o regime da verdade “não é simplesmente ideológico ou superestrutural” (FOUCAULT, 1979). Mas atua nas microrrelações, como é o caso do grupo de mulheres idosas que se matricularam em disciplinas da UNAPI. Entende-se que o regime de verdade atua no contexto social em que se está inserida, “o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 11).

Percebemos que a mulher idosa interlocutora da pesquisa ocupa um lugar em que seu corpo “envelhecido” seria alvo das construções sociais e culturais, sendo os lugares ocupados e ofertados a elas uma forma de atender a esse constructo. Ora, temos em Cléo, alguém que está ocupando o espaço acadêmico, aquele espaço de seu desejo, mas, em contrapartida, estava realizando uma atividade idealizada especificamente para a pessoa idosa. Em detrimento da realização de uma disciplina do curso de biologia, que poderia realizar por meio

da UNAPI. Vale destacar que seu desejo inicial era a realização da disciplina no curso de biologia, por ser sua área de formação.

Sendo assim, as atitudes de cuidado de si, quando se trata de gestão da própria vida, por parte das mulheres interlocutoras, são atravessadas pelo ideal de que deve manter-se ativa. Mesmo quando as mulheres interlocutoras decidem sair de casa (ambiente privado) e acessar a universidade (ambiente público), percebemos como a dinâmica vivenciada serve de ferramenta de contenção do corpo envelhecido em atividade específica. Algo que pode em alguma medida barrar o desejo de ruptura dos padrões sociais estabelecidos pelas mulheres interlocutoras. Isso porque, frequentar a universidade poderia ser percebido como rompimento com o ambiente familiar privado dedicado a elas. Ao mesmo tempo, as mulheres interlocutoras, que estão rompendo com o ambiente privado, continuam escolhendo acessar um espaço dentro do espaço público, que também é dedicado a elas.

Merilym, a interlocutora que me enviou o poema de Pablo Neruda, citado no início, tem 65 anos, ela demonstra em suas falas a ânsia pela fuga da morte. Morte, que neste contexto, não diz respeito à interrupção definitiva da existência de um organismo vivo, mas é representada pela ausência de atividade. O desejo de não morrer é o ponto de partida para buscar por um envelhecimento ativo.

[...] embora o corpo ocupe o centro de diversos discursos (científicos ou não), trata-se de um corpo morto, porque sofre de uma redução da sua multiplicidade pulsional a um fluxo único moldável segundo um modelo considerado ótimo em seus aspectos físicos reduzido à função biológica. O corpo deixou de ser a sede do pecado da carne, para ser atravessado pelos dispositivos da sexualidade, da genética e da comunicação que o incita para o mercado de consumo. O corpo torna-se um produto disputado no mercado do consumo (TÓTORA, 2013, p.3).

Ora, o corpo da mulher idosa como alvo dos discursos se configura a partir da urgência de não morrer (não ficar parada), o que desencadeia visões a respeito da vivência da terceira idade. Estabelece-se um discurso de verdade que configura esta etapa da vida e direciona-se ao corpo. O corpo que foi investido política e socialmente, e na segunda metade do século XIX, estabeleceu-se “o problema do corpo, da saúde e do nível da força produtiva dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 47). Há portanto uma necessidade de manutenção do corpo em prol da atividade.

A fala a seguir é um bom exemplo da perspectiva encontrada nas entrevistas com as mulheres idosas interlocutoras, que estão vivenciando, em termos cronológicos, o início da terceira idade.

(...) quando a gente vê, está com 60 anos. Me aposentei, ainda continuo trabalhando, só que menos, eu acho que estudar... a vida toda a gente tem o que estudar, eu achei muito interessante a questão do envelhecimento ativo. Isso porque a gente tem que estar sempre ocupando a mente, hoje em dia as coisas andam muito rápido, e a gente tem que tentar acompanhar também. Por isso eu acho bem interessante o envelhecimento ativo para o pessoal da terceira idade (Margarida, 64 anos).

Além do entendimento de que é necessário ter atitudes em prol de um envelhecimento ativo, as mulheres interlocutoras estão inseridas em uma necessidade de acompanhar as transformações tecnológicas. Algo salientado por Tótora (2013), quando destaca que o corpo da pessoa idosa tornou-se um produto dentro da dinâmica do mercado do consumo. O corpo das mulheres interlocutoras é atravessado pelos marcadores sociais da diferença e também pelas expectativas sociais em torno de como se deve estar e ser na terceira idade.

A interlocutora mais velha é Menina, ela tem 70 anos, mas demonstra em sua fala que os anos vividos não amenizam as construções sociais em torno da necessidade de ser ativa na terceira idade.

Uma vez eu achei um absurdo tão grande... uma pessoa disse assim, “não, eu já aprendi tudo o que tinha, eu não quero aprender, eu não tenho mais nada para aprender”. Eu fiquei pensando, “minha nossa senhora”, o dia que eu falar isso me enterrem! Porque é o final da vida, como que a gente não tem nada para aprender? É tanta coisa que a gente precisa saber e entender (Menina, 70 anos).

Percebemos, no contexto de todas as conversas com as mulheres idosas, que, em suas vidas, não há espaço para momentos de ócio. Em nenhum momento, encontramos em seus discursos abertura para a discussão a respeito do descanso, mesmo quando se fala em aposentadoria. Segundo Debert (2010), o mercado de consumo desenha a criação de uma nova linguagem para se tratar as pessoas velhas e aposentadas,

[...] a terceira idade substitui a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria; o asilo passa a ser chamado de centro residencial, o assistente social, de animador social e a ajuda social ganha o nome de gerontologia. Os signos do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: “nova juventude”, “idade do lazer”. Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento para tornar-se um período de atividade e lazer (DEBERT, 2010, p. 57).

A ideia de movimento, atividade, estar ativa, bem como o envelhecimento ativo e aposentadoria ativa, constroem uma percepção do que é envelhecer bem. A atividade é vista como sinônimo de saúde e bem-estar, e possibilitadora da vivência de uma “nova juventude”. É por isso que, no momento em que se ouve um terceiro dizer que não quer mais aprender nada, que o que sabe já é suficiente, o discurso é analisado como de alguém que já não quer/deveria viver. O discurso que constitui o envelhecimento, definindo que o envelhecimento ativo é o único válido, constrói uma percepção moralizante das outras formas possíveis de envelhecer.

Percebemos que a terceira idade é entendida como um privilégio e que este privilégio requer merecimento, sendo o “estar ativa” o pagamento, algo evidenciado nas falas.

*(...) então agora é hora de eu me cuidar um pouco, em uma cidade tranquila
(...) Eu continuo fazendo atividade porque é muito bom, eu acho que a
terceira idade não deve ficar parada. Deve exercitar a mente, fazer
exercícios, fazer alguma coisa, pilates, dançar ... é não ficar parada, estar
sempre em movimento (Lúcia, 63 anos).*

Existe o entendimento compartilhado entre nossas interlocutoras de que este é o momento de cuidado, um cuidado que deve ser direcionado também a si mesma. “As novas imagens do envelhecimento e as formas contemporâneas de gestão da velhice no contexto brasileiro são ativas na revisão dos estereótipos pelos quais o envelhecimento é tratado” (DEBERT, 2010, p. 57). Lúcia entende que ela precisa se cuidar um pouco e que o cuidado deve englobar atividade de exercício mental e exercícios físicos, pois ela deve manter-se em movimento. Pensar a atividade como um dever dessas mulheres, que estão vivenciando a terceira idade, perpassa a revisão dos estereótipos do envelhecimento, ressignificando o momento da vida. Pensar o contexto do envelhecimento e como o cuidado de si serve a um fim construído socialmente nos aproxima da discussão das tecnologias de poder. “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças” (FOUCAULT, 1999, p. 30).

As tecnologias de poder incidem nos corpos. No contexto do envelhecimento das mulheres interlocutoras, dizem respeito ao conjunto de mecanismos e estratégias que recaem sobre o corpo biológico delineando a forma como devem vivenciar a terceira idade. Destacando o que seria aceitável ou não, bem como ideal ou não para elas. “A biopolítica se exerce na regularização da vida, na maneira de viver, no “como” da vida e no seu prolongamento. Trata-se de um poder contínuo, com recursos da ciência, que visa a fazer

viver” (TÓTORA, 2013, p. 4). Fica evidente que a ideia de envelhecimento ativo define como se deve envelhecer e viver a terceira idade, pensar em formas não “ativas” de vivenciar esse período não é cogitado pelas mulheres interlocutoras. Isso porque, “estar parada” perpassa o imaginário social para a terceira idade como sinônimo de estar morta, ou como destacado, estar “morrendo aos poucos”. A atividade seria uma barreira ao tempo cronológico, pois quando se está ativa, há margem para dizer que se sente *como uma garota de 20 anos* (Princesinha do Ébano, 62 anos).

A regularização de suas vidas para a busca do “movimento” constrói percepções a respeito da melhor maneira de viver. Outro ponto importante está ligado ao fato de que se entende que seria por meio de atitudes ativas que se viveria mais e com qualidade. Entendemos que os mecanismos de poder que constituem o envelhecimento das mulheres interlocutoras responderiam a uma forma ideal de envelhecer. A busca por ser ativa seria um mecanismo. Mecanismo esse que estaria carregado de procedimentos de cuidado de si e governamentalidade do corpo em prol da manutenção de um envelhecimento ideal.

Podemos retomar Foucault para pensar sobre isso,

[...] o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorreria disto ou daquilo, mas simplesmente na medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter - mesmo que não o consigam - justamente o poder (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Percebemos que, mesmo quando se deseja algo como, por exemplo, realizar uma disciplina, escolhe-se realizar a atividade de envelhecimento ativo, pois, entende-se que o envelhecimento ativo seria uma melhor atividade para pessoas na sua idade. Algo vivenciado por Cléo, 63 anos, como citado anteriormente e também por Telma, 68 anos. *Eu me sentia muito feliz quando fui fazer informática da terceira idade. Depois eu tentei fazer fisioterapia, mas não deu, pois ficou muito difícil o horário das aulas, aí eu desisti* (Telma, 68 anos).

Aqui percebemos novamente que, em prol do imaginário de que práticas de envelhecimento ativo seriam necessárias para essas mulheres que estão na terceira idade, abre-se mão de um desejo, em vista das atividades de envelhecimento ativo. Podemos indagar, a partir disso, questões como: de que maneira Cléo concluiu que era melhor privilegiar a atividade de extensão denominada envelhecimento ativo em detrimento à disciplina do curso de Biologia? Quais ferramentas fizeram com que Telma se sentisse feliz

ao realizar a atividade para a terceira idade e o que faltou para que ela assim ficasse na disciplina de fisioterapia?

Percebemos aqui a eficácia dos mecanismos de poder que afetam a vida prática das mulheres idosas interlocutoras. Foucault (2006) destaca a necessidade de gestão dos desejos. Ele mostra que uma população é constituída de indivíduos e que os indivíduos são diferentes uns dos outros, portanto seria difícil prever, com exatidão, os comportamentos de cada indivíduo. Destaca também que, o “[...] que faz que a população tomada em seu conjunto tenha um motor de ação, e só um. Esse motor de ação é o desejo”. (FOUCAULT, 2006, p. 95).

Voltemos aos desejos das mulheres interlocutoras de nossa pesquisa. Uma pergunta feita a elas, depois de sabermos que todas gostariam de continuar estudando foi: qual a área de seu interesse? Dentre as respostas temos,

- *Área ambiental ou direito (Cléo, 63 anos).*
- *Meu interesse é bastante diversificado, minha formação é na área de exatas, mas no momento o meu interesse é mais voltado para humanas, filosofia e antropologia. Uma tentativa de adquirir uma maior compreensão do desenvolvimento humano (Kip, 68 anos).*
- *Seria muito bom se tivesse um curso sobre política (Teka, 63 anos).*
- *Continuar no curso de informática, e fazer curso sobre alimentação e saúde mental (Lúcia, 63 anos).*
- *Assistência social, ou Letras, ou Pedagogia, na área de humanas (Margarida, 64 anos).*
- *Artística e eventos (Merilym, 65 anos).*
- *Pedagogia (Nega, 63 anos).*
- *Eu queria fazer Assistência Social (Telma 68 anos).*
- *Psicologia (Menina, 70 anos).*
- *Jornalismo (Princesinha do Ébano, 62 anos).*

Ao acessarmos tais informações, percebemos que, primeiro, as áreas de interesse de nossas interlocutoras são diversificadas, não havendo um padrão. Cinco delas têm interesse em fazer um curso de graduação, as outras cinco pensam em aprofundar discussões que acham interessante e desenvolver atividades que parecem ser úteis. O contexto dos interesses e desejos delineados por elas, acende novamente um alerta em torno das possibilidades de vivência do que se deseja, pois elas destacam desejos ainda não realizados. Também destaca o alinhamento dos desejos ao ideal de envelhecimento ativo, que busca “manter a mente útil”.

Há, nas falas das interlocutoras, o desejo explícito de continuar estudando. Esse desejo de continuidade reconfigura-se e passa a relacionar-se à atividade ofertada para a terceira idade. Pensar no que gostaria de fazer e no que se faz, fez ou está fazendo, nos leva ao desejo

apropriado na dinâmica de poder. As interlocutoras têm desejo de realizar atividades relacionadas à educação, continuar estudando, entretanto, nenhuma delas concluiu as disciplinas de graduação nas quais se matricularam. Algumas sequer participaram de uma única aula, mas todas elas se dedicam a atividades em prol do envelhecimento ativo. O desejo está inserido nas técnicas de poder e governo e é, por vezes, interceptado em prol do envelhecimento ativo, fruto do mercado de consumo.

Vale destacar que, o desejo é fomentador de ação.

O desejo é aquilo por que todos os indivíduos vão agir. Desejo contra o qual não se pode fazer nada. Como diz Quesnay: “você não pode impedir as pessoas de virem morar onde consideraram que será mais proveitoso para elas e onde elas desejam morar, porque elas desejam esse proveito. Não procure mudá-las, elas não vão mudar”. Mas _ é aqui que essa naturalidade do desejo marca a população e se torna penetrável pela técnica governamental _ esse desejo, por motivos sobre quais será necessário tomar e que constituem um dos elementos teóricos importantes de todo o sistema, esse desejo e tal que, se o deixarmos agir e contanto que o deixemos agir, em certo limite e graças a certo número de relacionamentos e conexões, acabará produzindo o interesse geral da população. O desejo é a busca do interesse para o indivíduo. O indivíduo, de resto, pode perfeitamente se enganar, em seu desejo, quanto ao seu interesse pessoal, mas há uma coisa que não, engana: que o jogo espontâneo ou, em todo caso, espontâneo e, ao mesmo tempo, regado do desejo permitirá de fato a produção de um interesse, de algo que é interessante para a própria população. Produção do interesse coletivo pelo jogo do desejo: é o que marca ao mesmo tempo a naturalidade da população e a artificialidade possível dos meios criados para geri-la. (FOUCAULT, 2006, p. 95).

Mesmo quando se deseja algo que seja individual e específico, a dinâmica social e do grupo a que se pertence vai sinalizar outras possibilidades. São possibilidades entendidas como melhores e necessárias para o grupo no contexto social. O desejo aqui é afetado pela melhor forma de ser e estar. As mulheres interlocutoras da pesquisa agiram a partir do desejo por participar de disciplinas de graduação e de continuar estudando, quando escolheram e se matricularam nas diversas disciplinas. Entretanto, este desejo foi atingido pela técnica de governamentalidade que, ao agir, delineou quais os limites para a realização do desejo. Cléo, por exemplo, consegue estar na universidade, mas participa de uma atividade específica para pessoas idosas.

Quando percebemos que esse movimento de escolhas acontece com grande parte das interlocutoras, que decidiu privilegiar as atividades destinadas a seu grupo, temos um exemplo de gestão que acabou por produzir um interesse geral no grupo de mulheres

interlocutoras. Os interesses individuais e específicos existem, mas são desprivilegiados em prol de atividades para a terceira idade, que são entendidas como melhores para si.

Tótora vai destacar que, “no aspecto coletivo, os investimentos na população de velhos visam reduzir os riscos de adoecer e de morrer” (TÓTORA, 2013, p. 3). Aqui temos evidenciado um possível porquê do desejo das mulheres interlocutoras ser agenciado em prol do envelhecimento ativo, a redução do risco de morrer. Vale destacar o fato de que, durante as falas, todas as interlocutoras destacam que a participação em disciplinas de graduação pode ser entendida como uma forma de estar ativa. Sendo assim, o ideário de que se deve envelhecer ativamente e estar ativa, proporciona distanciamento da morte, ressignifica também o lugar de uma disciplina de graduação para as interlocutoras. Há, claramente, um paradoxo aqui, pois, mesmo sendo ressignificado o lugar de uma disciplina de graduação, ainda privilegiam-se os lugares mais “apropriados”, para alguém na terceira idade.

Foucault (2008) sinaliza que os mecanismos de poder seriam parte inerente das relações humanas. Sendo assim, os mecanismos de poder adentram também às relações das mulheres interlocutoras. Dessa forma, as escolhas poderiam ser causa e efeito das relações estabelecidas.

[...] entre os diferentes mecanismos de poder que podemos encontrar nas relações de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais, seja possível encontrar coordenações laterais, subordinações hierárquicas, isomorfismos, identidades ou analogias técnicas, efeitos encadeados que permitem percorrer de uma maneira ao mesmo tempo lógica, coerente e válida o conjunto dos mecanismos de poder e aprendê-los no que podem ter de específico num momento dado, durante um período dado, num campo dado. (FOUCAULT, 2008, p. 5).

A necessidade estabelecida, a partir do mercado de consumo e dos mecanismos de poder, em prol do ideário social de que deve-se envelhecer de forma ativa ganha um arcabouço lógico. Isso porque os “micropoderes” estão inseridos em uma rede, em que poder e saber estão diretamente implicados. (FOUCAULT, 1999).

[...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas (FOUCAULT, 1999, p. 32).

As mulheres idosas interlocutoras desta pesquisa têm a sua disposição significações a respeito do envelhecimento e suas implicações. Por isso o ideal de ser ativa é buscado, pois na construção social em torno do envelhecimento isso significa que ela não está morrendo ou morta. Vale destacar que a atividade pode ser privilegiada inclusive em detrimento a possibilidade de descanso. Percebemos isso, de forma explícita, nas falas de duas interlocutoras, Margarida, de 64 anos, e Menina, de 70 anos, quando elas destacam a necessidade de preencher o tempo quando se aposentaram. Margarida conta:

Apesar da idade a gente se sente bem ... com saúde. Aparecem as doenças, esses dias mesmo, eu estava com muita dor, fui ao médico e pedi um ultrassom, deu uma pedrinha nos rins, mas eu tomo as medicações e já fico bem [...] A gente não quer sentar e ficar só assistindo televisão, tem que agilizar alguma coisa. Então, sempre que posso, faço algum curso dentro da minha profissão, agora, eu pretendo fazer um concurso. Estou estudando aqui, é assim, eu acho que a gente não pode parar. Outro dia, eu estava vendo uma estatística de que as pessoas dos 60 até os 75 estão bem ativas, trabalhando. Inclusive, eu tenho um namoradinho que está com 68 anos, é aposentado e continua trabalhando, gerente de uma empresa. Então estamos aí, enquanto tiver força de vontade não dá para parar. Além disso, eu fazia zumba e dança de salão, tudo para preencher o meu tempo. Agora com a pandemia eu tive que parar, mas assim que chegar a vacina eu vou retornar as atividades. Eu acho que tem que ser assim, a gente tem que estar acompanhando a evolução (Margarida, 64 anos).

Primeiro, percebe-se que a lógica estabelecida a partir do biopoder e dos seus mecanismos de poder produz efeitos sociais (FOUCAULT, 2008). Vivenciar um envelhecimento ativo, em que se busca atividades diversas, incluindo trabalhos depois da aposentadoria é entendido como uma “evolução”. Essa “evolução” distingue as mulheres interlocutoras de outras mulheres que também pertencem ao grupo denominado terceira idade. Há, portanto, dentro do grupo terceira idade, quem é capaz de acompanhar a “evolução” da estrutura social, que ressignificou a entrada nos 60 anos, como momento também de atividade e trabalho. Em contrapartida, de alguma forma, despreza-se a ideia de que a aposentadoria é momento de descanso, momento de se “assistir televisão”.

O paradigma de uma velhice ativa que domina os discursos atuais deve ser problematizado tendo em vista as novas modalidades de inserção no mercado de trabalho que privilegia menos a força física e mais os dotes da inteligência. Temos que estar atentos aos comandos que se enunciam nas palavras de ordem, por exemplo, “reinvenção de si na velhice”, melhor idade, e outros slogans. Talvez o modelo de análise pautado na oposição binária, jovens vs velho, não nos permite dar conta da extensão do problema, no presente, da inserção do sujeito velho no debate (TÓTORA, 2013, p. 5).

A mudança em como se entende a velhice e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho faz com que a terceira idade seja um momento possível para a realização de atividades diversas. A exemplo disso temos: começar a dar aulas em um outro ambiente e estudar para um concurso público.

Quando eu falo em crescer é não ficar parada. [...] Assim que eu me aposentei, passando em uma das ruas aqui de Campo Grande, estava escrito em uma placa 'supera, ginástica para o cérebro', aí curiosa eu fui lá, entrei. Realmente, é uma ginástica para o cérebro, em que você enfrenta problemas de desafio, tipo, sudoku e outros jogos japoneses. O carro chefe desse curso é o soroban, então a gente aprende a fazer contas nesse soroban, que nada mais é que o nosso ábaco, só que ele é base 5 e base 10 [...] eu gostei tanto, que depois de umas dez aulas, a professora me convidou para ser monitora, porque eu tenho jeito de professora, sempre ajudava as pessoas com dificuldade. Aí, eu fiz o curso (para lecionar no curso), e quando voltei, já voltei empregada (Menina, 70 anos).

Depois de aposentada, Menina encontra um anúncio que chama sua atenção, pois ofertava uma “ginástica para o cérebro”. Em um primeiro momento, ela fica curiosa, depois entende como aquela atividade, direcionada a pessoas na terceira idade, poderia ser útil a si, por isso decide começar o curso. Não bastasse a realização da atividade como aluna, Menina consegue um emprego, agora como professora do mesmo curso, depois de realizar uma capacitação.

A escolha por realizar uma atividade, que seria “ginástica para o cérebro”, nos chama atenção. Vamos contextualizar: Menina sempre trabalhou como professora de matemática, é formada na área, e ainda hoje, com 70 anos, ministra reforço para estudantes do ensino fundamental. A aposentadoria constitui-se como um momento em que ela entendeu ser necessário exercitar o cérebro, o curioso é que o exercício que ela decide fazer era constituído de algo que ela sempre fez, exercícios matemáticos. Isso nos leva ao entendimento de que o nome do curso ‘supera’ e a forma como o curso foi veiculado levou ao entendimento de que ele seria necessário para ela, uma mulher aposentada, mesmo que ainda mantivesse o trabalho como professora particular.

Quando decidimos analisar uma dinâmica social partindo da lógica do mercado de consumo, entendemos que, quando se trata da análise dos mecanismos de poder, buscamos “[...] mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os

elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008, p. 5). Sendo assim, em se tratando das operações do poder, podemos incluir em nossa discussão as relações de poder estão presentes nos entrecruzamentos dos marcadores sociais da diferença. Constituindo uma aposentadoria em que se trabalha para ganhar dinheiro, e também se trabalha para manter-se viva. Entendemos que a produção de saberes e significação em toda e qualquer relação social são atos de poder (PISCITELLI, 2008). Sendo assim, a realização de cursos para a terceira idade, bem como a preparação para inserir-se no mercado de trabalho, em um outro ambiente, respondem a toda construção social que recai na terceira idade.

Cuidado de si perpassa a vida, e é constituído de formas de ser em prol de aproveitar o que se quer viver. “O cuidado de si é uma obrigação permanente que deve durar a vida toda” (FOUCAULT, 2006, p. 108). Podemos concluir que o cuidado de si perpassa a vida das mulheres que atualmente estão vivenciando a chamada terceira idade. Entretanto, toda essa vivência é atravessada pelos mecanismos de poder que vão delineando as relações concretas individuais, incluindo as atividades a serem realizadas. Observamos que, para a terceira idade, o lugar delimitado por mecanismos de poder que as afetam, diz respeito a uma tentativa de envelhecer ativa, como fuga da morte, inclusive para que não seja percebida como “morta, ainda em vida”.

3.2 As categorias em articulação e a vida das mulheres

A dinâmica do poder se insere e direciona seus mecanismos a um corpo biológico, corpo este que é atravessado por vários dispositivos, como por exemplo, gênero, sexualidade, raça/cor e classe social. Neste sentido, quando discutimos a respeito do envelhecimento deste grupo de mulheres, temos, já em um primeiro momento, a sinalização de que perpassaremos as relações de gênero. Entretanto, as mulheres interlocutoras da pesquisa não são afetadas apenas por esse dispositivo de controle, pois as interlocutoras são mulheres que estão na terceira idade, algumas pobres, outras de classe média, tem quem trabalhe para se sustentar e quem trabalhe porque não gosta de ficar parada. Tem quem precisa cuidar de familiares, o que ocupa seu tempo, tem algumas pretas, outras brancas e também temos mulheres pardas. Damos destaque, neste contexto, ao fato de que os conceitos de cor/raça e classe são percebidos aqui como conceitos analíticos, em que cor/raça foram autodeclaradas pelas mulheres, a partir dos quesitos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Enquanto a utilização do conceito classe social parte da renda per capita declarada e também dos acessos a bens e serviços que foram sendo conhecidos a partir de nossas conversas.

Partindo do entendimento que o gênero vai ser delineado a partir da construção histórica e do meio social e cultural em que as mulheres estão inseridas, ou seja, lugares sociais são estabelecidos. Isso desconstrói o entendimento de que há alguma ‘essência’ nos comportamentos tidos como femininos. Entendemos que existem comportamentos tidos socialmente como comportamentos esperados para mulheres. Podemos problematizar essa lógica do senso comum e iniciar nossa discussão permeando o campo do direito à educação. Pois, o desejo de estar em sala de aula, cursando disciplina de graduação, é delineado nas experiências particulares das mulheres interlocutoras.

Por estarmos nos referindo ao envelhecimento, e também à dinâmica do curso da vida de algumas mulheres, estamos em um local de tensão entre os comportamentos esperados e as múltiplas formas com que essas mulheres rompem ou não com esses padrões. O fato de serem mulheres não justifica comportamentos únicos diante do curso da vida, mas delineia enfrentamentos comuns, pois a construção social em torno de como deve-se ser mulher afeta todas as mulheres.

Como primeiro exemplo temos Nega, ela é uma mulher de 63 anos, preta e pobre. Durante sua trajetória de vida, as vivências educacionais foram por vezes barradas. Quando criança, segundo ela, parou de estudar por preferir trabalhar. Na adolescência, precisou parar em um momento, por não ter permissão do pai para estudar no período noturno. Posteriormente, ainda na adolescência, quando conseguiu voltar a estudar, juntamente com a irmã, tomou a decisão de parar de estudar porque um professor “pegava no pé” dela e de sua irmã por dividirem o livro. Já temos sinalizado, em duas frases, que o fato de ser mulher e pobre constituiu empecilhos quanto aos estudos.

Aos 18 anos, consegue retomar os estudos e concluir a quinta e sexta série, que segundo ela, “adoraria fazer de novo”. No processo de finalização do ensino fundamental, fica grávida e dá à luz a seu primeiro filho. Ela destaca, neste contexto, que foi “mãe solteira”, algo que seria “até hoje, com muito orgulho”. Quando ela chega ao ensino médio, antigo segundo grau, precisa parar novamente, pois o seu pai estava muito doente, precisando de cuidados. Outro ponto citado é que, concomitante aos estudos, ela sempre teria trabalhado como “doméstica”. Nega sinaliza, novamente, o lugar direcionado a ela (mulher, pobre e preta): o trabalho doméstico e o cuidado com a família. O gênero, como marcador de diferenças, vai atuar como um fator que direciona a utilização do tempo que se tem para si e para os outros, pois, dentro dos arranjos familiares, a mulher recebe por vezes a função de cuidadora (DUARTE, 2019).

Entende-se no contexto das hierarquias constituídas pelo gênero que a sociedade se organiza e organiza o trabalho de cuidado de forma que possa desfavorecer a igualdade e autonomia das mulheres. No contexto do cuidado, existe um regime baseado na família, em que o papel principal é assumido por mulheres, que tornam-se cuidadoras. Esse papel assumido pelas mulheres visa o bem estar da família (SORJ; FONTES, 2012). Sendo assim, percebemos que, em prol do bem estar de uma outra pessoa, Nega abre mão de um sonho que já havia sido interrompido várias vezes. Seu pertencimento à classe social menos favorecida também constitui as interrupções de seus estudos. Em um primeiro momento porque quando criança entendeu que era melhor trabalhar e ter dinheiro a estudar, e na adolescência quando se sente discriminada por não ter acesso ao material didático por não poder comprá-lo. Mais uma vez Nega abre mão de seus estudos, dessa vez para possibilitar os estudos de sua irmã.

Depois deste período de adoecimento do pai, Nega casou-se. Com o casamento, surgiu mais um impedimento para continuar estudando. Segundo ela, o marido vivia dizendo que a matricularia em uma escola, algo que nunca fez. Ela foi enganada. Precisou criar os filhos primeiro e livrar-se da responsabilidade de cuidar das crianças para tomar coragem e tentar retomar os estudos. Segundo ela, seu pensamento caminhava no sentido de que era sua responsabilidade criar seus filhos, podendo dedicar-se a si mesma depois que a responsabilidade se encerrasse. Mais uma vez, temos a sinalização da responsabilização da mulher com o cuidado da família. A divisão do trabalho não remunerado “[...] se distribui de maneira desigual entre gênero e classes sociais” (SORJ; FONTES, 2012, p. 105). Havendo no mercado do cuidado “[...] fortes desigualdades sociais que afetam o acesso diferencial à provisão de serviços prestados pelo estado, mercado e família” (SORJ; FONTES, 2012, p. 105). Pertencer à classe menos favorecida constitui mais um elemento no jogo, pois o fato de não poder pagar alguém para cuidar do pai doente e de suas crianças faz com que Nega ocupasse o lugar de cuidadora.

Já com os filhos criados, Nega encontra uma possibilidade de retomada dos estudos e conta que buscou afirmação dos mesmos para isso. *Vocês não ligam que eu vá para a escola?* (Nega, 63 anos). Com uma resposta positiva dos filhos, ela volta. Diz que já haviam passado vinte anos, ou mais, desde a última vez que esteve na escola. O lugar de cuidadora a impediu de realizar o que gostaria. E apenas depois da afirmação, por parte dos filhos, de que não precisavam mais de cuidados, abriu caminho para que Nega fosse para a escola.

Já no terceiro ano do ensino médio, Nega teve dificuldades com conteúdos relacionados à matemática, biologia e química. Isso fez com que surgisse um boato na escola, que, segundo ela, teria sido iniciado por seu professor, que dizia que ela era “burra”. Após

esse episódio, Nega interrompeu seus estudos por mais um ano. *Aí eu voltei a estudar, gostei muito, porque eu reaprendi o português. Estudei com uma ótima professora de português, eu aprendi muito, mesmo tendo deixado de estudar por um ano, eu aprendi muito com ela* (Nega, 63 anos). Quando chegou o momento de escolher uma graduação, nossa interlocutora relata outro episódio de desestímulo: *Primeiro eu queria fazer Engenharia Civil, mas meu professor falou que era muito difícil* (Nega, 63 anos).

Após esse breve relato da trajetória escolar de uma de nossas interlocutoras, achamos necessário destacar que, assim como os marcadores sociais da diferença que se interseccionam e vão destinando lugares às mulheres, a agência perpassa o corpo humano. O corpo é envolvido e afetado pelos marcadores sociais da diferença como uma coisa orgânica discreta. Sendo assim, o corpo significado e ressignificado na constituição de relações, está carregado de performatividade em prol da contestação (PUAR, 2013).

Voltemos à história de Nega. As questões relacionadas a gênero, classe social e raça/cor atravessaram todo o curso de vida de nossa interlocutora. Podemos discutir a respeito dos marcadores que se entrecruzaram em sua vida partindo do fato de estar vivenciando uma sociedade misógina e machista. Existem dois momentos, vivenciados por Nega, que podem exemplificar a governamentalidade em prol do que era socialmente aceito. Primeiro, ela não poderia estudar porque, para seu pai, uma mulher não deveria sair de casa à noite. O segundo momento é delineado pela postura do marido, que, por acreditar que ela deveria cuidar dos filhos, a enganou para que não estudasse até que os filhos estivessem criados. O machismo aqui vai direcionar ao corpo um lugar aceitável e respeitável para se estar, sendo a rua (durante à noite) e a escola, lidos como lugares não apropriados para mulheres.

Eu acho que é machismo, excesso de ciúmes, achar que mulher casada não pode sair de casa, ir em um show, por exemplo. Quando o Almir Sater ganhou um prêmio eu não pude ir ao show, fazia pouco tempo que eu estava casada, e meu pai disse que mulher casada não podia sair de casa... Homem não acha que mulher tem direito de sair, de passear, tem que ficar só debaixo das ordens deles (Nega, 63 anos).

As falas de nossas interlocutoras demonstram o entendimento de que foram subjugadas pelo machismo. O machismo, denominado assim, surge durante as conversas, e seria a vivência do machismo algo que as impediu, por vezes, de realizar coisas que desejavam. Tais desejos englobam desde atividades corriqueiras, como ir a um show de música regional, até decisões estruturais, como fazer um curso de graduação. Vale destacar que “machismo é definido como um sistema de *representações simbólicas*, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher” (DRUMONT,

1980, p. 81, *grifos da autora*). Sendo assim, o machismo como sistema ideológico constrói modelos identitários para mulheres e homens. No contexto de nossa pesquisa, o machismo constitui um lugar que subjuga as mulheres aos cuidados da família, afazeres domésticos e ao ambiente familiar privado.

Cléo também cita suas experiências com o que denominou machismo.

[...] é do homem, eu penso que ele pensava assim [...] eu acredito que ele não queria que eu voltasse a estudar simplesmente para eu não sair de casa. Eu acredito que ele tinha ciúmes, não era por trocar por outro, [...] eles acham que a mulher vai estudar mais e vai aprender mais, ser melhor do que eles (Cléo, 63 anos).

Temos aqui duas falas de mulheres participantes da UNAPI, que demonstram como suas vidas foram afetadas e controladas pelos homens de suas famílias.

O machismo constitui, portanto, um sistema de *representações-dominação* que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos (DRUMONT, 1980, p. 82, *grifos da autora*).

A obediência aos homens e o entendimento de que era seu dever cuidar das pessoas da família, mesmo custando a vivência escolar, demonstra a configuração hierárquica do machismo. O contexto também demonstra a configuração das relações estabelecidas, em que devia-se ocupar determinado papel. Sendo assim, percebe-se que o curso da vida das mulheres interlocutoras foi atravessado pelo processo de dominação, submissão e disciplinarização dos corpos e do tempo (DRUMONT, 1980).

Analisando o contexto, fica evidente que o desejo foi fomentador da decisão de estar em espaços educativos e do enfrentamento ao machismo vivenciado. Essa dinâmica nos direciona ao conceito de agência. Isso porque, os sistemas de controle não são capazes de funcionar com perfeição, pois as pessoas têm agência, o que possibilita que consigam encontrar formas de fugir e/ou resistir (ORTNER, 2006). Quando pensamos na experiência e na formação das pessoas como processos, entendemos que, as pessoas agem em modalidades de múltipla localidade, sendo “[...] marcadas por práticas culturais e políticas cotidianas” (BRAH, 2006, p. 361).

A agência humana é uma forma de se burlar as coerções, sendo assim, a construção cultural da agência pode ser entendida “[...] ao mesmo tempo como uma espécie de empoderamento e como a base que permite que se persigam “projetos” dentro de um mundo

de dominação e de desigualdade (ORTNER, 2006, 37). Dessa forma, assumimos que as mulheres idosas participantes de nossa pesquisa têm agência e os marcadores que as afetam podem servir de mecanismos de restrição, partindo da sociedade em que estão inseridas.

As pessoas não agem sem restrições, entretanto o desejo seria fomentador de transgressão e resistência à ordem estabelecida nas relações de poder que subalternizam as mulheres. A partir do entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença que as afetam, o desejo pode ser lido também como gerador de resistência (FURLIN, 2013).

Entendemos que as mulheres interlocutoras da pesquisa vivenciaram o agenciamento durante todo o curso da vida. Alinhada à agência, fica evidente a dinâmica da intencionalidade que perpassa os cursos da vida investigados. A questão da intencionalidade,

[...] de algum modo, leva ao cerne do que agência significa. “Intencionalidade”, aqui, pretende incluir uma ampla gama de estados, tanto cognitivos como emocionais, e em vários níveis de consciência, que estão orientados para algum fim. Assim, em agência, intencionalidade poderia incluir enredos, planos e esquemas altamente conscientes; metas, objetivos e ideais um pouco mais nebulosos; e, finalmente, desejos, vontades e necessidades que podem variar de profundamente encobertos a bastante conscientes. Em suma, intencionalidade como conceito quer incluir todos as maneiras como a ação aponta, cognitiva e emocionalmente, para algum propósito (ORTNER, 2006, p. 52).

Pensando a intencionalidade como inscrita em níveis de consciência orientados para determinado fim, podemos discutir seu papel no contexto da vida de nossas interlocutoras. Por exemplo, ao criar os filhos (no caso de Nega) há intencionalidade, pois ela entendeu que quando essa responsabilidade acabasse poderia fazer o que quisesse. Ela passa pelo processo de criação dos filhos, entendendo que, quando os filhos estivessem “criados”, ela teria cumprido o esperado por seu pai e marido e poderia, finalmente, voltar para a escola, realizando o desejo que estava sendo barrado desde a infância.

Cléo também demonstra haver intencionalidade em suas ações, quando no contexto da negativa do marido encontra caminhos para estudar na vida adulta. Depois de seu casamento, Cléo começa a trabalhar com serviços gerais em um quartel de Bombeiros. Seu trabalho funcionava por meio de escalas, o que permitia negociar no trabalho para conseguir estudar. Ela tensiona, então, a negativa do marido, encontrando uma forma possível de estar onde desejava estar. A negociação no trabalho também não foi simples, pois, em um primeiro momento, o chefe de Cléo negou a dispensa para os estudos. Segundo ela, o argumento do chefe foi que outras mulheres que trabalhavam com ela poderiam decidir estudar também,

desfalcando a escala de serviços gerais. Como forma de articular sua própria volta à sala de aula, Cléo busca conselhos de uma advogada e finalmente consegue retornar. Percebemos aqui que suas ações resistem ao determinado por seu superior, e por seu marido para que conseguisse chegar à realização do desejo.

Vale discutir aqui, no cerne das relações de gênero, a percepção de que as experiências vividas por Nega e Cléo foram constituídas por processos sociais e culturais. Os marcadores sociais da diferença em articulação nas vidas das mulheres interlocutoras delineiam vivências como, ser chamada de burra por um professor e desmotivada por outro quando demonstrou ter interesse em cursar Engenharia Civil, por ser muito difícil. Entendemos que tais acontecimentos contornam a relação entre o desejo de estudar e o sentimento de que o espaço educativo não seria apropriado, entretanto, esses acontecimentos não determinam a relação dessas mulheres com a educação. Há, nos entrecruzamentos das categorias de diferenciação, a delimitação de relações de poder, mas essa articulação não determina as vivências.

A possibilidade de resistência é uma das partes mais nebulosas e, obviamente, nem sempre percebida da estrutura, mas é, de todo modo, parte da estrutura. Isto é verdade porque os atores subordinados nunca são completamente destituídos de agência, exceto talvez nos contos de fadas (ORTNER, 2006, p. 71).

As relações de poder são instáveis, à medida que “[...] subordinados inevitavelmente têm seus próprios projetos” (ORTNER, 2006, p. 71). O desejo de estudar torna-se, no contexto das vidas das entrevistadas, uma potência capaz de constituir e configurar o curso da vida e a vivência da terceira idade. Podemos destacar que há agência, construção de possibilidades e estratégias em resposta a cada realidade. Constituindo ações em resposta aos limites impostos a essas mulheres pelos contextos em que estavam vivendo. Seja quando se decide esperar o melhor momento para retomar os estudos, ou quando busca-se ajuda de uma pessoa especializada. Há na agência, a possibilidade de reinventar-se em prol do desejo de estudar.

Quando indagada sobre sua infância, Merilym descreve,

[...] quando eu fui morar com meu pai, com 8 anos até os 10, eu já era dona de casa. Como criança, eu já fazia todo o serviço, e meu pai ainda achava que eu fazia mal feito. Agora você imagina, uma criança fazer serviço bem feito. Mas, eu lavava roupa, cozinhava em fogão à lenha (Merilym, 65 anos).

Merilym também sinaliza, em suas falas, as atividades direcionadas a ela, mesmo ainda sendo criança, e a cobrança recebida por não realizar o trabalho da forma correta. Mesmo com a demanda dos afazeres domésticos, Merilym conseguiu continuar estudando e dedicando-se à escola. Sua dedicação aos estudos acaba por possibilitar a ela dar aulas de reforço para outras crianças. O benefício recebido em troca das aulas de reforço era lanche na casa de seus alunos. Essas informações delineiam outro ponto importante. A classe social a qual as mulheres idosas interlocutoras pertenciam quando crianças, afetou o percurso escolar. Essa narrativa aproxima quatro de nossas interlocutoras, que desde a infância cuidavam dos trabalhos domésticos em casa, por serem as pessoas que ficavam em casa enquanto os adultos trabalhavam. Além do cuidado com os afazeres domésticos, elas também estudavam.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres (CRENSHAW, 2002, p. 173).

Há, na articulação dos marcadores, a configuração de especificidades, visto que não é apenas coincidência o fato de que meninas que nasceram entre as décadas de 1950 e 1960 tenham sido educadas para o cuidado do lar. Entretanto, quando pensamos que a vivência de categorias de diferenciação delinea experiências, mas não as limita,

Concordamos que a estrutura de classe condiciona práticas, mas não as determina, nem limita alianças construídas em nome de interesses de algumas categorias sociais. Na alquimia das categorias, nem o conceito de classe se reproduz na íntegra, estando sujeito a reapropriações (CASTRO, 1992, p. 59).

Há possibilidade de reapropriações, não significando que o lugar delineado pelo pertencimento de classe, por exemplo, definirá acessos exclusivos para essas mulheres. Se formos discutir os percalços enfrentados para que conseguissem estudar, acessamos a informação de que, as mulheres entrevistadas que falaram de sua infância e precisaram parar de estudar em algum momento são oriundas de famílias economicamente desfavorecidas. Tal informação pode nos levar ao entendimento de que a classe social delineou lugares específicos para algumas mulheres interlocutoras da pesquisa.

Cléo explica que, quando completou 8 anos, foi morar na cidade “grande” para estudar, e que o caminho para a escola era feito de carona, em uma charrete. Quando fala do ano que “perdeu” por ter tido todas as doenças que acometem crianças, destaca: *aquele ano não existiu no meu currículo escolar, porque eu deixei de ir antes do meio do ano na escola. Eu nunca reprovei, até o ensino médio* (Cléo, 63 anos). Mesmo com um rendimento escolar muito bom, Cléo não pode realizar o curso de secretariado, que queria, ao terminar o ensino médio, pois ele seria um curso pago. A falta de condições fez com que trabalhasse de “doméstica” por um longo tempo. Merilym tem uma trajetória parecida: *quando terminei o segundo grau fiz técnico em contabilidade, já faculdade, eu comecei duas vezes, mas não terminei até por falta de esforço, no começo era por falta de dinheiro. Depois eu tive que cuidar do meu pai doente, agora estou cuidando da minha mãe* (Merilym, 65 anos). Aqui temos clara a forma como os marcadores classe e gênero se interseccionam e configuram a vida das mulheres. Nossa análise da intersecção perpassa as variáveis de cor/raça, gênero, geração e classe. Ao percebermos a dinâmica de articulação entre essas diferenças no curso da vida de nossas interlocutoras, enquanto marcas sociais, temos delineada a construção social das desigualdades. Desigualdades que as afetaram no início da vida e também geraram dificuldades para o acesso à educação. Percebemos também haverem encontrado formas de burlar tais dificuldades de acesso.

Merilym em um primeiro momento não consegue concluir a graduação por não ter dinheiro, quando inicia novamente sua graduação precisa parar para cuidar do pai adoecido, e mesmo agora, já na terceira idade, ela continua cuidando de sua mãe. Aqui a articulação dos marcadores sociais da diferença, na terceira idade, constitui o lugar a ser ocupado, de mulher cuidadora. Três de nossas interlocutoras são, ainda hoje, cuidadoras das pessoas mais velhas de suas famílias. Aparece, no contexto de nossa pesquisa, o que já havia sido constatado por Debert (2016), pois há na família “o papel tradicional da família no cuidado de seus membros dependentes” (DEBERT, 2016, p. 130). “Em suma, o caso brasileiro mostra que as políticas públicas acabam por promover o modelo tradicional de cuidador, mesmo quando esse efeito é inesperado, pois acabam deixando para a família o cuidado do idoso” (DEBERT, 2016, p. 134). As pessoas idosas cuidadas por nossas interlocutoras são suas mães, tias, primas e seus pais, são pessoas mais velhas acometidas por doenças, e/ou já com a mobilidade limitada.

Retomando as discussões a respeito da vida adulta de nossas interlocutoras. Cléo, vê oportunidade de voltar a estudar quando consegue um trabalho “no Estado”: *peguei gosto pelo magistério, quanto terminei, me ofereceram uma sala de aula. Eu estava trabalhando no estado como serviços gerais, aí fui lá e pedi exoneração* (Cléo, 63 anos). Ainda no início do

magistério, conseguiu acesso a uma bolsa para estágio, por isso ela decidiu deixar o emprego que já tinha, como serviço gerais no corpo de bombeiros. Enquanto relata essa oportunidade, ela diz que deu “um tiro no pé”, pois o estágio não era bem remunerado, o que ocasionou problemas familiares. Ao analisarmos o contexto vivenciado por Cléo, que já era uma mulher adulta e independente, percebemos que o fato de pertencer à classe menos favorecida continuou desfavorecendo seus estudos. A pequena remuneração de bolsista foi considerada um “tiro no pé” ao ocasionar dificuldades financeiras familiares.

Cléo, Merilym, e Nega foram as interlocutoras que relataram dificuldades financeiras enfrentadas pela família na infância, algo que fomentou a necessidade de trabalhar e a não realização do curso superior logo que terminaram o “segundo grau”. Cléo consegue tal façanha depois de adulta, ao arrumar um bom emprego de serviços gerais no quartel de bombeiros, como relatado anteriormente. Nega, consegue concluir a graduação com 53 anos, depois de ter “criado” os filhos. Merilym, nunca conseguiu concluir a graduação, pois seu tempo ainda é dedicado aos cuidados de sua mãe. Menina também vai relatar o fato de que sua família seria economicamente desfavorecida, mas o fato de que sua mãe veio de seu país natal, o Paraguai, para dar uma “vida melhor” aos filhos, fez com que Menina e suas irmãs e irmãos fossem estimulados a estudar, ficando livres dos trabalhos na infância.

Retomamos essas informações para destacar outro ponto que essas mulheres têm em comum, as quatro são mulheres não brancas. Essa informação abre espaço para uma análise de gênero subinclusiva, entendendo que as mulheres interlocutoras não são apenas afetadas pelo gênero, mas também por raça/cor e classe que pertencem.

Uma análise de gênero pode ser subinclusiva quando um subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes (CRENSHAW, 2002, p. 175).

É possível que por serem mulheres pertencentes a classes menos favorecidas, as interlocutoras trouxeram em suas falas a questão econômica. Entendemos que a intersecção dos marcadores sociais da diferença afetaram o curso da vida dessas mulheres, ocasionando interrupção no desejo de estudar. Em contraponto, outras duas entrevistadas que falaram a respeito de suas infâncias e pertenciam a classe média (desde a infância), não tiveram nenhum percalço e conseguiram chegar ao nível superior logo após a conclusão do ensino médio. Bem como, não relatam momentos de interrupção no processo educativo.

“As classes sociais só podem ser adequadamente percebidas, portanto, como um fenômeno, antes de tudo, sociocultural e não apenas econômico” (SOUZA, 2017, p. 54). O pertencimento de classe “é um aprendizado que possibilita, em um caso, o sucesso, e, em outros, o fracasso social” (SOUZA, 2017, p. 54). Percebemos isso a partir dos estímulos que as mulheres que cresceram em uma família de classe média desde crianças. Foi direcionado a elas o estímulo em prol da educação. Segundo Jessé Souza (2017), as crianças de classe média recebem em casa estímulos “[...] para o hábito de leitura, para a imaginação, o reforço constante de sua capacidade e autoestima, que fazem com que os filhos dessa classe sejam destinados ao sucesso escolar e depois ao sucesso profissional no mercado de trabalho” (SOUZA, 2017, p. 54). Já para as crianças filhas de trabalhadores precários, são direcionados ensinamentos que partem de suas vivências “[...] aprendem a ser afetivamente, pela identificação com quem se ama, trabalhadores manuais desqualificados (SOUZA, 2017, p. 54)”. Essa dinâmica fica evidente no contexto de nossa pesquisa, pois temos nas mulheres que foram também crianças pobres um acesso dificultado à educação, que, por vezes, foi interrompido. Seja pela falta de dinheiro, seja pela responsabilização com os afazeres domésticos, seja pela necessidade de cuidar de pessoas da família. Tais vivências não permearam a infância das mulheres que contaram ter crescido em família de classe média.

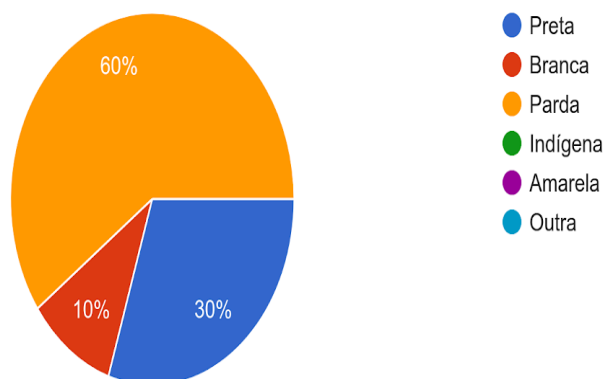
Entendemos que a vivência do curso da vida é perpassada, constituída e afetada por questões de ordem históricas, sociais e culturais. Tal contexto delinea e indica formas possíveis de viver cada momento. Ao mesmo tempo, o desejo condiz com possibilidades de agência. No contexto investigado, temos o desejo de vivenciar a universidade na terceira idade como uma forma de agência no âmbito das relações de poder inscritas pelos marcadores sociais da diferença.

3.3 Mulher, classe, cor/raça e terceira idade

Uma de nossas ferramentas de produção de dados foi um questionário encaminhado para nossas interlocutoras no formato de um formulário. A partir deste formulário, buscamos acessar informações socioeconômicas atuais dessas mulheres. Podemos seguir nossa discussão a partir do cruzamento entre as categorias de articulação gênero, cor/raça e classe social. Os entrecruzamentos configuram lugares para cada uma das mulheres interlocutoras. Dentre as mulheres entrevistadas temos 10 mulheres entre 62 e 70 anos. Quanto à autodeclaração racial, 90% das interlocutoras são mulheres não brancas. Vide o gráfico 1.

Segundo o IBGE como você declara seu pertencimento étnico-racial?

10 respostas



Fonte: Elaborado pela Autora

Temos um grupo de interlocutoras que totaliza 10 mulheres. Dentre elas, apenas uma é branca, sendo 9 mulheres não brancas, o que demarca o cruzamento de pelo menos três marcadores sociais da diferença comum entre as mulheres interlocutoras da pesquisa. O gênero, a geração e a raça/cor ressaltam-se já em uma primeira vista do campo. Outra questão que sinaliza quem são as mulheres interlocutoras da pesquisa é o pertencimento à classe social. Das mulheres que têm acesso às menores remunerações, temos uma que ganha menos de um salário mínimo mensalmente, 3 que recebem no máximo um salário mínimo e uma que recebe até dois salários mínimos. A metade de nossas interlocutoras recebe de menos a pouco mais de um salário mínimo. Das 5 restantes, 3 recebem mais de dois salários mínimos mensalmente, uma receberia até cinco salários mínimos e uma recebem mais de cinco salários mínimos por mês.

A partir dessa informação, vale destacar que a classe social não deve ser compreendida apenas pela renda,

[...] mas pelos capitais que estão a seu alcance e que servirão como armas dos indivíduos separados por classes na competição social pelos recursos escassos, a classe média é uma classe do privilégio. É a socialização familiar diferencial da classe média, como já vimos, que a capacita privilegiadamente, em relação às classes populares, para o sucesso escolar e, depois, para o sucesso no mercado de trabalho (SOUZA, 2017, p. 85).

O primeiro ponto que nos chama atenção no contexto de acesso a capitais é que as 3 interlocutoras que relataram dificuldades financeiras na infância recebem ainda hoje as menores remunerações (se comparadas com as outras interlocutoras da pesquisa). Outro ponto de destaque é que das 3, apenas uma possui plano de saúde, sendo assim, o Sistema Único de Saúde é a única opção para duas delas. Entende-se portanto que, além do fator econômico, a falta de acesso a capitais, fomenta desigualdades. Temos então, nas 3 mulheres que ainda hoje possuem as menores rendas, pessoas que vivenciaram infâncias em famílias economicamente desfavorecidas. Em contraponto, as mulheres com as melhores rendas se aproximam pelo fato de terem conseguido cursar a educação superior e trabalhar na área.

Podemos entender então que os capitais dizem respeito a, “[...] tudo aquilo que funcione como facilitador na competição social de indivíduos e classes por todos os recursos escassos” (SOUZA, 2017, p. 55). A partir desta informação, podemos destacar que, das mulheres interlocutoras de nossa pesquisa, temos, em sua maioria, mulheres pertencentes às classes economicamente desfavorecidas. Entretanto, duas delas possuem rendimentos superiores a 5 salários mínimos e acessaram a educação superior. A mulher que aposentou-se trabalhando na área de sua graduação foi Menina. Ela conta que, mesmo o poder aquisitivo de sua família sendo pequeno, sua mãe a estimulou a estudar para que mudasse de vida. A outra interlocutora que possui renda superior a 5 salários mínimos é Kip. Não tivemos acesso a informações a respeito de sua família, mas algo nos chama atenção, ela é nossa única interlocutora branca.

Sendo assim, das nove mulheres não brancas, apenas uma é pertencente à classe mais favorecida, o que nos leva ao entendimento de que,

[...] não estamos falando, de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. [...] Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades (RIBEIRO, 2017, p. 61).

Isso sinaliza, em alguma medida, haver semelhanças compartilhadas que ainda hoje aproximam as mulheres interlocutoras de nossa pesquisa, que são o gênero, cor/raça, classe e geração. Há mais semelhanças que diferenças percebidas nos cursos de vida de nossas interlocutoras que compartilham o desejo de adentrar a sala de aula na terceira idade. Na dinâmica capitalista, classes sociais vão ocupar diferentes funções na divisão social do trabalho, tal divisão é hierarquizante, pois possibilita maior ou menor poder aquisitivo. Vale destacar que o pertencimento a uma classe social delinea acessos distintos aos bens culturais

e também aos direitos sociais, como saúde, segurança e educação. Se continuarmos tal discussão, vamos percebendo que, das mulheres pertencentes às classes menos favorecidas, temos duas mulheres pretas, que atualmente trabalham de maneira informal.

Das mulheres restantes, conseguimos acessar informações a respeito do trabalho realizado. Temos três mulheres (Cléo, Menina e Princesinha do Ébano) que se aposentaram como professoras; uma mulher que ainda trabalha como dentista (Margarida) em atendimentos particulares no presídio; uma outra mulher que é aposentada por tempo de serviço, como técnica em contabilidade (Merilym); a sexta mulher trabalha, ainda hoje, com fabricação de bolos (Telma); por fim, Teka não falou sobre sua profissão.

Das quatro professoras, apenas uma sonhava com o magistério antes de ingressar na profissão. As outras três optaram por realizar o Magistério enquanto estava cursando o segundo grau. Duas informações são recorrentes nesse contexto de escolha, a primeira diz respeito ao fato de não ter dinheiro para pagar uma faculdade em outra área. A segunda diz respeito ao fato de que o magistério seria uma boa opção para “garotas”. Essas informações delineiam como o entrecruzamentos classe e gênero, configuram a tomada de decisão perante a escolha da carreira.

O primeiro ponto delineado é o fato de que a falta de poder aquisitivo serviu de impedimento para a realização do que se gostaria. O segundo ponto diz respeito ao fato de que algumas de nossas interlocutoras demonstram a necessidade de se enquadrar nos modelos pré-estabelecidos socialmente a respeito da carreira desejável a uma mulher. Fica evidente que, “a posição de subordinação da mulher na família é refletida na posição de inferioridade feminina também no mercado de trabalho” (CHEIS, 2010, p. 513).

Percebemos, entretanto, que, apesar de serem atravessadas por expectativas de gênero, nossas interlocutoras vão delineando caminhos alternativos. Margarida se aposentou como técnica e nunca conseguiu concluir a graduação em sua área, mas ainda hoje trabalha e pensa em fazer concurso público. Ela está estudando para realizar o sonho de tornar-se servidora pública. Merilym se aposentou antes de conseguir graduar-se, mas ainda pretende cursar Turismo e trabalhar na área. Há evidências de que no cerne das relações de poder estruturadas pela intersecção de diversos marcadores sociais da diferença, há possibilidade de fuga e resistência/transgressão, vivenciados a partir da agência.

Podemos discutir também, o trabalho informal. Telma, uma de nossas interlocutoras autodeclarada preta, continua trabalhando de maneira informal. O trabalho informal, para subsistência, perpassa, ainda na velhice, a vida das duas mulheres pretas participantes da pesquisa. O trabalho também faz parte da terceira idade de uma outra interlocutora, Margarida

que é dentista, ela se declara parda, mas há uma diferença quando comparada às outras duas: ela diz trabalhar porque não gosta de ficar parada. Percebemos que, para as mulheres pretas, não é delineado o privilégio de escolher ou não trabalhar. O fato de serem pobres configura que se não trabalharem na terceira idade não poderão sustentar-se, já que não são aposentadas. Há aqui mais uma sinalização, a impossibilidade de acesso a um direito, a aposentadoria, por parte das mulheres pretas interlocutoras. Sendo assim, o entrecruzamento das categorias identitárias permeia formas diferentes de ser mulher e viver sendo mulher. Pois, é no entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença que ficam evidentes as diferenças para cada uma delas.

Sendo assim, a associação, por meio dos marcadores sociais da diferença, constitui identidades, e fomenta vivências específicas em nosso contexto sociocultural. São, portanto, nas dinâmicas das relações sociais constituídas das várias intersecções que constituem-se as relações de diferenciação na sociedade (MARIANO; MACEDO, 2015).

Entendemos, portanto, que o curso da vida se constitui e se constrói, historicamente, socialmente e culturalmente, evidenciando e delineando a não fixação nas formas de ser mulher que está vivenciando a terceira idade. Assim, para além de estarem na terceira idade, as mulheres participantes da pesquisa pertencem a classes sociais diferentes e cor/raça distintas. O curso da vida de cada uma serve de impulsionador para o desejo de estar na universidade e cada uma delas vai delinear formas específicas de efetivação de seu desejo. O desejo comum de continuar estudando faz parte de relações de sentido partilhadas pelo grupo de mulheres interlocutoras da pesquisa. Os marcadores sociais da diferença, que se interseccionam, vão afetar todo o curso da vida das mulheres interlocutoras, inclusive se elas terão ou não acesso a direitos, como o de estudar. Portanto, a interseccionalidade existente no curso da vida das mulheres esclarece processos de interação fomentados a partir das relações de poder seja individualmente, seja nas práticas coletivas (RODRIGUES, 2013).

3. 4 Desejos e apropriação dos sistemas de poder: ressignificação do estudar

Quando indagadas a respeito do desejo de continuar estudando, as mulheres interlocutoras da pesquisa destacam uma diversidade de áreas de interesse. Cléo, por exemplo, destaca o interesse na *área ambiental ou direito* (Cléo, 63 anos). Segundo ela, o interesse pelo meio ambiente seria fruto de sua formação em biologia, já o direito torna-se área de interesse em outro momento da vida, quando precisou da intervenção de uma advogada para conseguir a dispensa do trabalho para poder iniciar a graduação. Na vida de

Cléo, o desejo está diretamente ligado a vivências anteriores, vivências fomentadas pelo próprio processo educativo e também pelo enfrentamento às injustiças sociais sofridas por ser mulher.

Kip vai sinalizar um interesse *mais voltado para humanas, filosofia e antropologia* (Kip, 68 anos). Ela destaca que seu interesse seria fruto da busca pelo entendimento do desenvolvimento humano. Percebemos, a partir da conversa com Kip, que o interesse pelo desenvolvimento humano surge não proveniente de sua área de atuação, que seria as exatas, mas no enquadramento na terceira idade. *A possibilidade de integração, compreensão das transformações das quais fizemos parte e para as quais ainda podemos contribuir* (Kip, 68 anos). Aqui, entender o desenvolvimento humano seria também uma forma de entender o que se vive e os processos que precisaria para estar preparada para viver.

Teka destaca o interesse em *curso sobre política* (Teka, 63 anos), evidenciando que o contexto vivenciado pelas mulheres interlocutoras parece ser solo fértil para discussões de cunho social. Ao listar os cursos de graduação que gostaria de realizar, Margarida conclui da seguinte maneira, *a área de humanas* (Margarida, 64 anos), delineando novamente o fato de que há, no grupo de mulheres entrevistadas, interesse nas humanidades. Telma diz que gostaria de *fazer Assistência Social* (Telma 68 anos), alinhado a isso demonstra o interesse em aprender Libras - Língua Brasileira de Sinais.

Ao dizer sobre o desejo de cursar jornalismo, Princesinha do Ébano destaca o fato de ser uma mulher ativista pelas causas das mulheres e pretas. Entendendo o jornalismo como lugar possível de luta. Há no contexto de sua vida outro ponto sinalizado como motivador da escolha,

Porque eu fui para a Unapi... Eu tive um filho, que entrou para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no curso de jornalismo, ele estava com 17 para 18 anos. Um menino bem brilhante, ele estava fazendo o curso, mas no decorrer do tempo nós sofremos um baque. Ele reagiu a um assalto aqui em Campo Grande e veio a ser morto, antes de terminar o curso. Isso ficou na minha cabeça, além da tristeza de perder um filho tão jovem, cheio de vida, estudante, eu passei por um período bem triste da minha vida. Em 2017 eu me aposentei como profissional da educação pública. Nesse meio tempo, com minhas questões de luto, resolvi me inscrever no curso de jornalismo, que era o curso que meu filho fazia através da UNAPI (Princesinha do Ébano, 62 anos).

Posteriormente à perda do filho, ela destaca que realizou a disciplina de Jornalismo Investigativo, mostrando que o acontecido com o filho seria motivador. Isso demonstra que, acontecimentos da vida e mesmo lutas podem fomentar o desejo. Pois há em sua decisão o

objetivo de continuar onde o filho parou.

Nega segue a mesma proximidade com a área das humanidades e destaca o interesse na realização do curso de *Pedagogia* (Nega, 63 anos), sonho que ela viria cultivando desde que conseguiu concluir o ensino médio e magistério, já na vida adulta. Fica evidente que a agência de projetos configura desejos que recaem sobre si. Entendemos que a agência articulando resistência/transgressão, pode se relacionar com o desejo de ir além das estruturas de vida pessoais, indo de encontro, de certa forma, com as desigualdades vividas (ORTNER, 2006). “A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder” (SILVA, 2000, p. 3). O desejo de vivenciar o espaço universitário, negado ao longo da vida, sinaliza também a forma como, algumas das mulheres idosas entrevistadas estão buscando a garantia de acesso à educação.

Lúcia e Menina destacam o interesse na saúde emocional. Lúcia gostaria de fazer algum curso sobre saúde mental, enquanto Menina destaca o interesse na graduação em psicologia. Ambas delineiam o fato de que a saúde emocional também deve ser um fator de atenção às pessoas idosas. Esse interesse nos leva a uma questão recorrente nas falas das mulheres interlocutoras que diz respeito ao fato de estarem lidando com transtornos psicológicos como, depressão, síndrome do pânico e ansiedade. Cléo e Nega, falam inclusive do uso de medicamentos por conta da depressão. Dentre os fatores citados temos, Nega e Menina dizendo que um fator para serem acometidas pela depressão seria o término do casamento (pela morte do cônjuge e pela separação judicial). Percebemos, neste contexto, duas coisas, há na dinâmica de vida das mulheres interlocutoras um enfrentamento comum, relacionado à saúde mental. E que a percepção de que determinado fator afeta suas vidas, pode ser motivador de interesse e desejo.

Merilym diz, “*ainda pretendo fazer algum curso na área de eventos, turismo, alguma coisa nesta área*” (Merilym, 65 anos). Sua justificativa diz respeito ao interesse nesses cursos por gostar, gostar de eventos, de organizá-los, e também gosta de viajar. Existe no gostar de algo, potência para desejar fazer, percebemos primeiramente que o fato de gostar de estar em eventos constituiu toda a vida de Merilym. Sempre frequentou bailes e ainda hoje participa de uma escola de samba, o meio em que está e esteve inserida torna-se constituinte da escolha agregada ao desejo de estudar. “Em outras palavras, os desejos ou intenções culturais emergem de diferenças estruturalmente definidas entre categorias sociais e diferenciais de poder” (ORTNER, 2006, p. 66). Ter acessado, ao longo da vida, em contextos de “festas”

apresenta especificidades na escolha do curso que se quer fazer. Sendo assim, fica evidente que a agência, no sentido de perseguir projetos é também, “ definida pela lógica local do bom e do desejável e de como persegui-los” (ORTNER, 2006, p.66). Cursar algo na área de eventos é uma forma de manter-se onde se quer estar.

Edyane Gonçalves (2015) destaca que,

Ao longo da vida, os adultos mantêm o desejo de conservar a mente saudável, com isso, não desistem de aprender e colocam cada vez mais desafios a seus conhecimentos. [...] Os adultos aprendem por meio do confronto das situações, quando buscam seus referenciais nos reservatórios de suas experiências de vida (GONÇALVES, 2015, p. 30).

Dessa forma, pessoas idosas, têm o desejo de conhecer, “ [...] de estar atualizado, fazer parte do mundo e nele se desenvolver, de conquistar a própria cidadania” (GONÇALVES, 2015, p. 37). Tais desejos “[...]impulsionam a buscar os mais diversos tipos de programas educacionais” (GONÇALVES, 2015, p. 37). Ao longo do trabalho de campo, percebemos que o desejo de estar em sala de aula alinha-se ao desejo de desenvolver novas habilidades, ampliando os conhecimentos.

Há uma informação que alinha o desejo específico por estar no contexto de sala de aula, entendendo que existem outras formas de acesso à conteúdos em nossa sociedade. Um motivador do desejo que está presente no discurso de quase todas as interlocutoras é o fato de que em um contexto de sala de aula na universidade, elas estariam convivendo com pessoas mais jovens. *A companhia de jovens me agrada*, diz Menina.

Essa discussão nos encaminha para um outro ponto, que aproxima a atividade da ideia de juventude. Há no discurso das mulheres essa identificação, de que quando se faz mais atividades, mais próxima se está da juventude vivida anteriormente. Quando se está em contexto compartilhado com pessoas jovens, cria-se o sentimento de que ainda se pode fazer o que se fazia na juventude.

As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587).

A ênfase direcionada à juventude mostraria a ideia de que é na juventude que se vivencia a beleza, a autonomia, a independência e também a habilidade de ser produtivo e/ou reprodutivo (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Partindo de tal contexto percebemos que a ideia de “ser velha” constitui-se como negativa, entretanto, quando se faz coisas que se fazia na juventude, distancia-se da carga negativa inscrita na terceira idade. Há então uma busca por sentir-se jovem, busca que também configura os desejos.

Os cursos que eu fiz aqui foram muito bons, se eu fosse continuar morando aqui eu continuaria fazendo, porque eu ainda sou nova, 63 anos. Então, eu gosto de estar assim, sempre em atividade (Lúcia, 63 anos). É demonstrado nas falas que a real velhice chegará mais tarde, no futuro, ser uma mulher velha é sempre um porvir, independente da idade que se tem. Guita Debert (2010), indica que a ideia de juventude teria sido ressignificada tomando como termômetro uma série de formas de consumo que atendem a demanda do “ser e estar” jovem (DEBERT, 2010).

Por um lado, a juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. Por outro lado, a velhice perde conexão com uma faixa etária específica e passa a ser um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas e as drogas (DEBERT, 2010, p. 51).

As imagens estabelecidas para a gestão da velhice no contexto brasileiro buscam formas de ser ativas e revisam os estereótipos fixados no envelhecimento (DEBERT, 2010). Sendo assim, ao adentrar o contexto universitário, por meio da UNAPI, as mulheres interlocutoras têm a possibilidade de ressignificar o momento que estão vivendo. Privilegiando assim o sentimento de que se está jovem, de que a velhice está por vir e que se pode conviver com pessoas jovens e compartilhar o mesmo processo de aprendizagem com elas.

Eu faço essas coisas para não ficar parada, para trabalhar a mente (Lúcia, 63 anos). Lúcia se mudou para Campo Grande *para cuidar da filha que começou a fazer faculdade*. Além de estar ocupada com o cuidado da filha estudante, ela tem um filho com Síndrome de Down, que também cuida. Para completar, ela relata que o seu pai decidiu mudar-se para Campo Grande também, sendo assim ela precisa cuidar dele. Mesmo com todas essas atividades de cuidado familiar que realiza, ela destaca que *faz coisas para não ficar parada*. Nosso questionamento se insere aqui por perceber que a percepção a respeito do que é estar e

ser ativa responde a atividades esperadas que são pré estabelecidas, no caso dela *trabalhar a mente*. Isso faz com que Lúcia busque a UNAPI nas atividades de extensão e as disciplinas de graduação. Além disso, ela também destaca que faz pilates e dança, tais atitudes alinham-se à ideia de juventude como um valor, proposta por Debert (2010). Entendendo que essas seriam formas de consumir bens e serviços apropriados.

Há, portanto, nas atitudes de cada mulher interlocutora da pesquisa, evidências do atravessamento do ideal de envelhecimento, que faz com que acumule mais e mais atividades. Lúcia não é única nesta situação, podemos citar também, Margarida (64 anos) e Menina (70 anos). Margarida e Menina continuam trabalhando, mesmo depois da aposentadoria, Menina dá aulas particulares de matemática, enquanto Margarida atende, de forma particular, pessoas que precisam de atendimento odontológico no presídio de Campo Grande. Essas mulheres estão trabalhando porque, segundo elas, não gostam de ficar paradas. *Eu não sei ficar ociosa, eu quero crescer, aprender* (Menina, 70 anos). O destaque dado ao não ficar ociosa vai demonstrar o afastamento do antigo imaginário estabelecido para a aposentadoria. A aposentadoria que antes era vista como o momento do ócio, neste contexto é vista como mais uma possibilidade de se ocupar com atividades diversas. Luna Silva (2008) destaca que tal contexto constitui a chamada aposentadoria ativa, constituída a partir do surgimento do termo terceira idade. Pois, a partir da instituição de tal categoria teria se estabilizado e legitimado uma nova sensibilidade investida sobre as jovens e respeitadas pessoas aposentadas. A ideia de um envelhecimento positivo, atrelado à terceira idade e a busca por uma aposentadoria ativa proporcionaram a “criação e difusão de uma nova e positiva imagem da velhice” (SILVA, 2008, p. 163).

Quando percebemos a relação entre o envelhecimento, a atividade, a saúde e a juventude, conseguimos construir uma análise das experiências de envelhecimento investigadas. A análise se insere nas expectativas e estereótipos construídos para a terceira idade, em que deve dispor de vitalidade. Momento em que a vitalidade passa a ser representada pela possibilidade de fazer mais coisas, de estar ativa. No contexto da pesquisa, o entendimento de morte não está ligado à saúde física, propriamente dita. A saúde da qual as mulheres idosas interlocutoras buscam, seria uma saúde suficiente para que não fiquem paradas, algo que propicie a realização de atividade e satisfação pessoais.

A velhice tem sido reconfigurada “[...] em momentos propícios para a satisfação pessoal, para a realização de sonhos que foram abandonados em outras etapas da vida, para a exploração de novas formas de autoexpressão e identidades” (DEBERT, 2010, p. 51). O contexto investigado demonstra que o desejo de inserção na universidade constitui uma forma

de autorrealização, estimulada por motivos diversos. O grupo de mulheres interlocutoras vê no momento do curso da vida que estão vivenciando possibilidades de fazer o que se quer e/ou o que sempre se quis.

Mesmo quando encontramos as possibilidades de discussão em torno da satisfação e realização pessoal na terceira idade, precisamos levar em conta o fato de que as mulheres interlocutoras estão inseridas em uma sociedade e que a cultura circundante vai fomentar percepções, sentidos e significados.

A característica marcante desse processo é a valorização da juventude que é associada a valores e a estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. A promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. O curso da vida como construção social e cultural não pode ser entendido como algo que os seres humanos podem fazer e refazer, um processo que não impõe limites à criatividade e ao qual qualquer sentido pode ser atribuído. É preciso olhar, com mais atenção, para os limites que a nossa sociedade coloca à nossa capacidade de inscrever a cultura na natureza. O rejuvenescimento é um mercado de consumo no qual o envelhecimento tende a ser visto como consequência do descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. A oferta constante de oportunidades para a renovação do corpo, das identidades e autoimagens encobre os problemas próprios do avanço da idade. O declínio inevitável do corpo, o corpo ingovernável que não responde às demandas da vontade individual, é antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade (DEBERT, 2010, p. 66).

Há, nos estilos de vida das mulheres idosas interlocutoras da pesquisa, especificidades. Entretanto, percebemos que, para além do desejo de estudar, a ideia da atividade como essencial para o momento que estão vivenciando as aproxima. Essa ideia de manter-se em atividade pode ser entendida como o mecanismo utilizado para que se sinta/seja jovem. O envelhecimento é visto como fruto do descuido pessoal, e até mesmo do não envolvimento em atividades motivadoras. Distanciar-se das atividades tornaria os estilos de vida inadequados (DEBERT, 2010). Entendemos que a busca pela juventude e a ideia de que pode-se manter jovem respondem ao mercado de consumo estabelecido em nosso contexto. Sendo assim, entende-se que o desejo se (re)configura em prol dessa busca, fazendo com que tenha-se que lidar com demandas de “rejuvenescimento”.

É o fato de que o curso da vida é afetado pela dinâmica e percepções sociais para cada etapa que fomenta o entendimento de que se torna velha quando não há atitudes e consumo de bens necessários. Entendendo a massificação do processo de envelhecimento, e culpabilização

individual de formas de envelhecer distintas, nos aproximamos do conceito de disciplina. A disciplina como mecanismo de poder é exercida no corpo e estabelece hierarquias.

A disciplina só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade. [...] E, para uma disciplina, o indivíduo é muito mais uma determinada maneira de recortar a multiplicidade do que a matéria-prima a partir da qual ela é construída. A disciplina é um modo de individualização das multiplicidades, e não algo que, a partir dos indivíduos trabalhados primeiramente a título individual, construiria em seguida uma espécie de edifício de elementos múltiplos. (FOUCAULT, 2008, p. 17).

A disciplina como mecanismo de poder exerce um papel fundamental, pois ela serve de cerceamento às multiplicidades, uma vez que as organiza em prol da massificação. Assim, podemos pensar que o ideário de envelhecimento ativo tem em si formas disciplinadoras que, por fim, configuram as vidas das mulheres interlocutoras. Tornando aceitável e digno o envelhecimento ativo, uma meta a ser alcançada. No contexto pesquisado evidencia-se como a disciplina instaurada nas relações de poder estabelece o envelhecimento ativo. A disciplina permeia então comportamentos necessários à terceira idade, que deve ser ativa:

Então, é assim, como eu me acostumei a trabalhar os três períodos, eu sempre quis fazer alguma coisa. Quando fiz o científico, por exemplo, eu queria aprender mais de Português, eu tenho isso comigo, eu gosto de estudar o Guarani, porque meus pais eram paraguaios, eu gosto de estudar o Espanhol, eu fiz alguns semestres de Inglês, porque eu quero viajar (Menina, 70 anos).

A fala de Menina exemplifica como a disciplina serve de mecanismo de poder, isso porque, ela teria se acostumado a trabalhar de manhã, de tarde e à noite. Essa rotina, construída ao longo da vida, fez com que ela ansiasse “fazer alguma coisa” quando se aposentou. A busca por atividades, bem como ter continuado lecionando, de forma particular, depois da aposentadoria, responde ao constructo de envelhecimento ativo. Temos, então, na aposentadoria, a decisão de uma escolha, que diz respeito à optar por “morrer aos poucos” ou ser o quanto mais ativa é possível. Entendemos aqui que o desejo por permanecer ativa, sinalizado por nossas interlocutoras, é próprio da sociedade do consumo. O direito de escolha tornou-se um dever de escolha (DEBERT, 2010). A escolha pela atividade configura-se como a única aceitável. Visto que, inclusive, os signos do envelhecimento têm assumido designações novas, como por exemplo a “nova juventude” (DEBERT, 2010).

Durante as conversas com nossas interlocutoras percebemos outra questão, o lazer despretensioso não é algo privilegiado por elas, isso porque, mesmo quando se dança, se

dança para a manutenção do corpo ativo. “E o mais importante, este controle é da responsabilidade do próprio sujeito, que se assujeita a uma gestão de si mesmo, de sua saúde, de seu corpo, de sua vida” (TÓTORA, 2013, p. 6). Dessa forma, a responsabilidade por manter-se ativa insere-se nas mais diversas instâncias da vida de nossas interlocutoras.

Cléo sinaliza como a vivência do lazer despretensioso não era entendida como uma possibilidade para uma de suas amigas da UNAPI, ela conta,

[...] com esse meu jeitão de falar, conversar, de brincar, eu fui atraindo algumas pessoas para perto, para conversar. Nós formamos um grupo, as sete, não, era oito, agora ficaram sete, porque morreu uma. Nós começamos “vamos sair, vamos pro shopping!” Tem uma do grupo que não saía, aí eu insisti para ela, falei, “E. vamos, E. Para o shopping, vamos passear”. Quando ela chegou ela disse “Gente, muito obrigada, eu não saía de casa, só cuidava de neto e vinha pra UNAPI. Nossa, eu nunca vim nesse shopping, só vinha para comprar as coisas, nunca vim para a gente passear, nunca vim para a gente divertir”. Aí, nós fizemos amigo secreto, brincamos, conversamos, fizemos amizade. Nossa, isso é muito bom. (Cléo, 63 anos).

Segundo a interlocutora, a participação na UNAPI não é vista como um momento de lazer, mas um momento de comprometimento consigo mesma em prol do seu envelhecimento. Isso é perceptível na fala quando “a amiga” diz para Cléo que tinha como possibilidades de atividades, cuidar dos netos e ir para a UNAPI. “A amiga” destaca ainda que nunca havia ido passear no shopping, mesmo tendo ido ao shopping outras vezes, ela nunca havia ido passear. Nossa sensação, ao analisar os relatos, é que o envelhecimento ativo, como uma forma de cuidado de si, fomenta o corpo ativo, tanto no aspecto mental como físico, mas não privilegia atividades de lazer. Essa foi a única fala que citou o lazer dentre todas as entrevistadas.

Debert (2010) faz outra importante observação, que se aproxima de nossas discussões, partindo da dinâmica estabelecida como ideal para a vivência da terceira idade, e dos mecanismos sociais que fomentam tais dinâmicas. Temos em projetos como a UNAPI, o cumprimento de um papel de ferramenta para a busca do envelhecimento ativo.

Não se trata mais apenas de resolver os problemas econômicos dos idosos, mas também de proporcionar cuidados culturais e psicológicos, de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada. É nesse momento que surgem os grupos de convivência e as universidades para a terceira idade como formas de criação de uma sociabilidade mais gratificante entre os mais velhos (DEBERT, 2010, p. 57).

Aqui percebemos que o senso comum estabelecido em torno da vivência de uma boa terceira idade, há a necessidade de criação de ambientes de convivência das pessoas idosas. Com as diversas expressões culturais, levando em consideração também aspectos psicológicos. A sensação de que se morre quando não se está ativa tem consequências emocionais. A interlocução com as mulheres participantes da pesquisa sinalizaram que há consequências emocionais vivenciadas com a chegada da terceira idade.

Menina (70 anos), Cléo (63 anos) e Nega (63 anos) descrevem a necessidade de lidar com a depressão na terceira idade. Segundo elas, as causas foram: a separação de um casamento longo, a morte do marido e o desenvolvimento de síndrome do pânico. Elas demonstram, em suas falas, que estar deprimida não é suficiente para que o desejo e vontade sejam barrados. Sendo assim, entendemos a importância e necessidade da UNAPI como um lugar de estímulos e cuidados psicológicos. Entretanto, nossa análise remete ao fato de que, mesmo quando suas vidas são afetadas por cargas emocionais, essas mulheres buscam o ideal de envelhecimento ativo, pois entendem que no envelhecimento ativo há uma forma de encontrar a realização.

Entretanto, os desejos continuam sendo atravessados pelos mecanismos de poder que constituem a forma ideal de envelhecer. Cléo relata que tem vontade de pular de paraquedas, diz que a ideia de fazer isso é excitante para ela, mas completa,

Quanto a pular de paraquedas, não é a idade que não permite pular. Eu não vou me sujeitar com as (inaudível), porque agora eu já tenho síndrome do pânico, eu faço tratamento da depressão ainda... Então, eu tenho que entender que eu não tenho condições, esse é o primeiro passo, você tem vontade de fazer as coisas? Tem, mas tem que ver os prós e os contras, mas eu deixo para você, porque você é jovem. O dia que você for pular você me chama, para eu filmar (risos) (Cléo, 63 anos).

Ao descrever as motivações para não pular de paraquedas, nossa interlocutora deixa claro que a idade não seria um impedimento. E lista fatores psicológicos para não o fazer: ela não diz que o pulo seria contra-indicado por seus médicos, esse é um ponto curioso, ela ressalta que a decisão acontece por auto análise, *mas eu, por mim mesma, analisando a minha situação, eu resolvi não pular* (Cléo, 63 anos). A autoanálise dita aqui os limites para o corpo, e também delinea lugares possíveis para se estar. Entretanto, Cléo deixa para mim, que tenho 25 anos, e sou segundo ela jovem, a possibilidade de pular de paraquedas. Também se oferece para filmar meu pulo, apesar de ter dito que a idade não seria um empecilho para seu pulo, ela destaca que o fator que me possibilitaria tal façanha seria ser jovem. Isso nos faz retornar aos

mecanismos de poder que constituem a dinâmica de envelhecimento das mulheres interlocutoras, percebendo que tais mecanismos fazem parte do inconsciente.

A construção social em torno do envelhecimento vai significar a geração como um marcador de diferenças, que configura sentidos e significados para a terceira idade. A construção cultural em torno do que é ser uma mulher na terceira idade delinea também os desejos impossíveis para uma mulher com 63 anos. Que, em contrapartida, podem ser perfeitamente possíveis para uma mulher de 25 anos. O desejo não é sempre suficiente para que se faça algo, pois ele é moldado a partir dos mecanismos de poder. Tais mecanismos fomentam o desejo de envelhecer ativamente, pois seria essa a melhor forma. A gestão do corpo da mulher idosa se faz em prol do distanciamento de uma nova significação dada à morte, que é a não atividade. Neste sentido, as investidas no cuidado de si encaminham-se como resposta a busca pelo envelhecimento ativo, que no contexto de nossa pesquisa, nada tem a ver com o lazer, mas com o acúmulo de atividades socialmente aceitas e construídas para mulheres idosas.

Podemos concluir então que,

Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades (FOUCAULT, 2006, p. 164).

Há então objetivado no cerne da gestão do envelhecimento, o governo e massificação das pessoas na terceira idade, para que tomem como potência de vida a atividade, “o sujeito do cuidado de si é aquele que se orienta por verdades que constrói, e estas verdades se traduzem em ações éticas visíveis em seus atos e posturas corporais. (TÓTORA, 2013, p. 7). E assim, a forma de inserção na dinâmica social responde ao mercado de consumo. “Com efeito, envelhecer bem é não envelhecer, é preservar o corpo sem marcas temporais, se manter ativo e aventureiro” (TÓTORA, 2013, p. 6). Vale destacar que mesmo quando as estruturas de poder fomentam repressões, as pessoas ainda têm em si agência. Podemos pensar a agência no contexto dos desejos, quando, linhas de fuga são estabelecidas. Por exemplo, quando Menina responde a questão, “Se você for resumir o que significa estudar (educação) em uma frase, como definiria?”, ela diz: *É estar atualizada e ter laços de amizade*. Mesmo quando o desejoso alinha-se ao esperado para um envelhecimento ativo, estar sempre atualizada, também vivencia o prazer de construir laços de amizade.

Por fim, entende-se que, segundo Foucault (2006) que, o cuidado de si sempre ganha forma no interior do grupo, e as práticas de cuidado são determinadas e determinam as distinções entre os grupos sociais diversos (FOUCAULT, 2006). Há portanto, a partir de práticas distintas de cuidado de si uma divisão que responde ao mercado de consumo. No contexto da pesquisa, tal divisão demonstra quem são as mulheres vivas e ativas, em contraponto às mulheres que estão morrendo.

De todo modo porém, é nestas separações, ou melhor, neste pertencimento a uma seita ou a um grupo, que o cuidado de si se manifesta e se afirma. Não se pode cuidar de si, por assim dizer, na ordem e na forma do universal. Não é como ser humano enquanto tal, não é simplesmente enquanto pertencente à comunidade humana, mesmo se este pertencimento for muito importante, que o cuidado de si pode manifestar-se e, principalmente, ser praticado. Somente no interior do grupo e na distinção do grupo, pode ele ser praticado. (FOUCAULT, 2006, 145).

Temos determinado então, a partir de práticas de cuidado de si, dois grupos de mulheres idosas, grupos que não distinguem-se pela idade, mas sim, pela capacidade de fazer mais.

[...] a partir do momento em que o cuidado de si torna-se assim uma atividade adulta, sua função crítica vai evidentemente acentuar-se, e acentuar-se cada vez mais. A prática de si terá um papel corretivo tanto, ao menos, quanto formador. Ou ainda, a prática de si tornar-se-á cada vez mais uma atividade crítica em relação a si mesmo, ao seu mundo cultural, à vida dos outros. (FOUCAULT, 2006, 114).

Cria-se, neste contexto, uma carga moral em torno da prática de si, em que práticas e práticas são lidas de formas distintas e consideradas aceitáveis, ou não, no interior do grupo que envelhece ativamente. Retomando um relato anterior, percebemos que, quando uma mulher que só ficava em casa e cuidava dos netos torna-se participante do grupo de outras mulheres da UNAPI, ela é convencida a sair de casa e ressignifica o espaço público do shopping, como lugar possível para se estar e passear. “Não se trata, absolutamente, de dizer que o papel da prática de si será somente crítico. O elemento formador continua existindo sempre, mas estará vinculado de modo essencial à prática da crítica” (FOUCAULT, 2006, 115). Mesmo quando discutimos as relações de poder imbricadas na constituição de um envelhecimento ativo, entendemos que o cuidado de si se constitui também por críticas. Há espaço para a vivência da agência. Mesmo quando articulada a um grupo, a pessoa de forma individual vai decidir se determinada atividade irá, ou não, beneficiá-la. Entendemos que nas

atividades são percebidos benefícios, havendo nos benefícios percepções que são individuais. Tais percepções podem ir contra o ideal do envelhecimento ativo, como fica evidenciado pela fala de Telma, *a educação é tudo na vida das pessoas, o bom seria que todos tivessem a oportunidade de poder frequentar uma escola, mas nem todos tem essa tão sonhada oportunidade*. Ela discute a importância da educação ao longo da vida.

Entendemos portanto que, a percepção social em torno da terceira idade “têm sido transfigurados em momentos propícios para a satisfação pessoal, para a realização de sonhos que foram abandonados em outras etapas da vida, para a exploração de novas formas de autoexpressão e identidades” (DEBERT, 2010, p. 51). Há na dinâmica de reconfiguração da terceira idade por meio do envelhecimento ativo novas possibilidades relacionadas, inclusive possibilidades de vivências de desejo, visto que, a terceira idade passa a ser vista não mais como um momento que antecede a morte. Há portanto, no contexto dos desejos das mulheres interlocutoras a sinalização do que se “quer” e de que o querer seria o primeiro passo para que se possa vivenciar espaços antes negados, também, pode-se continuar realizando atividades geradoras de prazer. Isso porque, mesmo quando se age em resposta aos mecanismos de poder, vive-se, e há em cada discurso de mulher interlocutora demonstração de que a escolha pelo envelhecimento ativo foi tomada de forma crítica, pois, essa seria a melhor forma de se envelhecer.

A forma como vivenciamos o curso da vida é perpassada por indicações históricas, sociais e culturais a respeito da melhor forma de aproveitar cada momento. Entretanto, entendemos que o desejo também serve como disparador para a agência, pois o desejo de vivenciar a universidade na terceira idade pode ser lido como uma forma de transgressão no âmbito das relações de poder. Isso porque, além de serem mulheres, nossas interlocutoras também são pertencentes a classes sociais e raças/cor distintas.

Segundo Foucault (2006) , a população é constituída de pessoas diferentes umas das outras, sendo seus comportamentos em prol dos desejos, de certa forma imprevisíveis (FOUCAULT, 2006). Como discutido anteriormente, o desejo torna-se uma ferramenta em prol da produção de desejos coletivos, entendendo que, o desejo quando gerido pode encaminhar-nos para os lugares sociais que deveríamos ocupar. Quando conversamos com as mulheres interlocutoras da pesquisa, na tentativa de entender o que constituiria o desejo por estar em um contexto de sala de aula universitário na terceira idade, percebemos que, o desejo de estudar teria sido algo construído ao longo de suas vidas.

Entretanto, é por meio da agência que cada uma delas traça suas próprias estratégias de transgressão, o que possibilita acesso a lugares que não foram pensados para elas. O desejo

de estar na universidade e o estar na universidade são formas de resistir aos direcionamentos sociais às mulheres na terceira idade. Entendendo que a sala de aula, no contexto da graduação, não é pensada para pessoas na terceira idade, temos mulheres que ampliam seus desejos e buscam acessar não apenas atividades pensadas para elas. Estão sendo ativas para além das oficinas de memória para a terceira idade. Estão, por exemplo, estudando para concursos públicos e planejando iniciar uma graduação. Pode-se pensar o desejo de ocupar a sala de aula como uma estratégia pertinente à quebra do estigma social que naturaliza atitudes esperadas para pessoas específicas.

Não podemos deixar de salientar o que significa estudar a partir do entendimento das mulheres interlocutoras: *estudar é sair da insignificância!* (Teka, 63 anos), *é realização pessoal, prazerosa que dá felicidade* (Lúcia, 63 anos). O ato de estudar também é visto como a realização de sonhos e possibilidade de se *fazer o que gosta* (Nega, 63 anos). Há mais considerações, como o entendimento de que estudar seria uma necessidade, seria também essencial para a vida, uma forma de manter-se atualizada e criar laços de amizade. Ao nos depararmos com essas informações, percebemos que o ato de estudar ganha, no contexto das falas, várias significações, que são delineadas a partir das vivências específicas. Nossas interlocutoras aprenderam e entendem a educação como uma ferramenta que possibilita alcançar bens de consumo, bens culturais e lugares negados a elas, seja por serem mulheres, seja por serem idosas, seja por serem pobres, seja por serem pretas. Sendo assim, ao mesmo tempo que as significações a respeito da educação se distanciam, elas também aproximam-se em prol do desejo comum.

A educação é também entendida como um sonho universal, como um direito, e algo que merece esforços para se alcançar. *A educação é tudo na vida das pessoas, bom seria que todos tivessem a oportunidade de poder frequentar uma escola, infelizmente nem todos tem essa tão sonhada oportunidade. Enfim temos de correr atrás dos nossos sonhos* (Telma, 68 anos). Percebemos que a priorização da educação como um desejo cultivado ao longo da vida serve como forma de resistência/transgressão aos mecanismos de poder. Esse mesmo desejo, em alguns momentos, fomenta a agência; em outros, responde ao mercado de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou vivências de mulheres idosas em torno do desejo de estudar, que são participantes da Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS. Nossas análises partiram do entendimento de que a vida de nossas interlocutoras é constituída a partir da intersecção de alguns marcadores sociais da diferença, proporcionando vivências e possibilidades distintas. Mesmo quando os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença podem resultar em desigualdades, nos parece que há possibilidades, ainda que limitadas, de articulações que proporcionem formas de fuga. Há, portanto, por exemplo, possibilidade de oposição a vários ideais inscritos nos corpos das mulheres idosas interlocutoras que são racializadas e pertencem também a classes sociais distintas.

Nossa percepção a respeito de cada interlocutora parte do entendimento que todas elas são sujeitos da dinâmica social. Vivenciando um contexto constituído a partir das relações de poder estabelecidos nos processos de interação social. A partir de seus contextos, apropriam-se de sistemas de significação e representações culturais. Tais significações e representações constituem discursos que permeiam as vidas delas. Isso nos leva ao entendimento de que apenas o desejo de estudar e de estar na universidade não bastam para que se consiga resistir, em um primeiro momento, ao lugar de cuidado associado às mulheres. Percebemos, portanto, que o cuidado com familiares seria o principal motivo para que as mulheres interlocutoras da pesquisa não realizem seus desejos. Podemos destacar que todas as dez interlocutoras precisam cuidar de algum membro de suas famílias. Questões familiares, assim, se apresentam como obstáculos.

Destacando o fato de que as relações sociais estabelecidas em nossa sociedade ocidental são alicerçadas a partir das dimensões de público e privado, entendemos que ocupar o espaço público delinea prestígios. Em contraponto a isso, o espaço privado, que está relacionado ao cuidado, perpassa responsabilidades direcionadas às mulheres. Quando o ambiente privado é destacado durante o trabalho de campo, há uma carga negativa no cuidado de outra pessoa, pois, precisa-se abrir mão de si. Para além da necessidade do outro, precisa-se desprivilegiar o cuidado de si. A relação estabelecida gera impedimento de estar nos lugares em que se gostaria de estar.

A função de cuidadora não limitou-se a um momento da vida de nossas interlocutoras, não limitou-se por exemplo ao cuidado dos filhos e filhas que tiveram, mas permeia, inclusive, a vida de quem não gerou filhos e filhas. Entretanto, vale destacar que o fato de “conseguir” cuidar é ressignificado por elas como uma demonstração de força e jovialidade.

Algo que torna-se perceptível em todo o contexto da pesquisa, mesmo quando as mulheres idosas desejam, e finalmente “conseguem” a liberdade da aposentadoria, são atravessadas pelas responsabilidades socialmente direcionadas às mulheres. São atravessadas também por outros marcadores, por exemplo: há quem precisa trabalhar, essa necessidade coloca os desejos em segundo plano. Há, portanto, no entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença a constituição das possibilidades de realização dos desejos, ou não.

Apesar da impossibilidade de desfrutar o espaço público como desejado, nossas interlocutoras constroem estratégias de aproveitamento desse espaço. Compartilham também de visão bastante positiva da vida que querem continuar vivendo. Cléo por exemplo, pretende ser escritora de novelas e, ao falar de sua vida na atualidade, demonstra contentamento: *agradecimento por estar viva e ter chegado até aqui. Embora com algumas dificuldades, sempre com uma força de viver e aprender sempre* (Cléo, 63 anos). Apesar dos obstáculos vivenciados, direcionados aos corpos interseccionados pelos marcadores sociais da diferença, há no discurso das mulheres interlocutoras a evidência de que não vão parar.

O entendimento de que se pode fazer diferença, diferença por ser mulher, por ser idosa (experiente) e também, como Princesinha de Ébano, por ser uma mulher preta. Percebemos, neste contexto, que há no ideário do envelhecimento ativo, uma possibilidade de realização de desejos. Novamente, percebemos a capacidade de agenciamento das mulheres interlocutoras, que, mesmo respondendo ao que se é esperado delas, estão reconfigurando o ideário a seu favor.

Temos também quem quer continuar a carreira profissional, como Menina, Margarida e Merilym. Menina pretende continuar dando aulas de reforço para criança, enquanto Margarida pretende fazer um concurso público. Merilym quer começar uma nova carreira, como produtora de eventos. Também percebemos que o ideal de envelhecimento ativo está configurando a vida de nossas interlocutoras, que buscam, cada vez mais, atividades em detrimento a um envelhecimento “apático”. Citamos aqui o trabalho, entendendo que o estímulo ao trabalho é uma ferramenta do mercado de consumo. Novamente o paradoxo de nossa pesquisa evidencia-se no contexto das falas, pois tanto o trabalho pela subsistência, quanto o trabalho delineado apenas pelo desejo de ser ativa, é percebido como sinônimo de prazer. A busca pelo prazer atravessa os mecanismos de poder e também configura os desejos.

As diferenças não são sinônimo de desigualdade, bem como o poder é constituído nas relações. Isso possibilita a construção de estratégias que buscam resistir a direcionamentos estabelecidos. O que possibilita, por exemplo, uma mulher preta e pobre realizar sua primeira

graduação com 50 anos, ou mesmo, que outra mulher sonhe com o diploma universitário já na terceira idade. Partindo de uma perspectiva interseccional de análise, observamos que as relações funcionam de forma ambivalentes. Cada interlocutora exerce e exerceu poder de forma contextualizada, mesmo constituída pela articulação de categorias de diferença social. Uma de nossas interlocutoras pode, por exemplo, decidir criar os filhos como estratégia para que, no futuro, voltasse a estudar. O poder e os marcadores sociais da diferença não atuam de forma única.

A diferença construída socialmente parte de contextos específicos. No contexto de nossa pesquisa, a articulação de marcadores sociais ganha significado social a partir das relações. Isso é evidenciado a partir das especificidades das mulheres interlocutoras, que possibilitam a constituição de formas variadas de agência. A agência também perpassa as especificidades e não é vivenciada de forma única. Adentramos assim o campo das possibilidades, que se insere na capacidade de agir individual e também coletivamente, que pode constituir formas de desafio ao senso comum. Entendemos que o desejo de acessar o espaço público da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por mulheres na terceira idade, é uma forma de desafiar o senso comum em torno dos lugares naturalizados associados a elas.

Sendo assim, desenvolve-se, a partir das discussões em torno da interseccionalidade que constitui essas vidas, o desejo e a agência como articuladores de fugas, resistências e transgressões. Percebe-se, a partir de tais discussões, como as vidas das mulheres interlocutoras também alinham-se a ideais sociais para o envelhecimento. O desejo possibilita transgressões, mas também é afetado pelos sistemas de significação e representações culturais. Isso destaca que o que faz com que mulheres na terceira idade escolham como atividade adentrar a dinâmica da vida acadêmica, são suas vivências e desejos particulares, como também a dinâmica social em que estão inseridas.

Por fim, gostaríamos de destacar que a construção de nossa pesquisa foi impactada pela pandemia de COVID-19, o que alterou completamente os acessos possíveis ao campo. Impactando, em última instância, na produção dos dados etnográficos. No entanto, como o trabalho etnográfico é uma forma de olhar, refletir e interpretar a respeito de determinada realidade, em um determinado contexto, a partir das relações ali desenvolvidas, reestruturamos a pesquisa e acreditamos ter conseguido olhar, refletir e interpretar, com a ajuda das ferramentas online, esse momento muito particular da vida dessas mulheres idosas junto à Universidade Aberta à Pessoa Idosa da UFMS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. PATRIARCADO, SOCIEDADE E PATRIMONIALISMO. **Revista Sociedade e Estado**, vol.15. nº 2. Brasília, junho-dezembro 2000.

ALVES, Paulo César. **Nervoso e experiência de fragilização narrativas de mulheres idosas**. In: MINAYO, MCS; COIMBRA JUNIOR, CEA. (orgs.). Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002.

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro - junho de 2006.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

BORGES, Carolina de Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. **Revista Estudos de Psicologia**, 16(2), maio-agosto, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2011000200008>

BÚFALO, Kátia Silva. Aprender na terceira idade: educação permanente e velhice bem-sucedida como promoção da saúde mental do idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, 16(3), pp. 195-212, 2013.

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.163, 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução - Renato Aguiar, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CACHIONI, Meire. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, São Paulo, 15(7), 01-08. 2012.

CASTRO, Mary Garcia. **ALQUIMIA DE CATEGORIAS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DOS SUJEITOS POLÍTICOS**. Revista Estudos Feministas, nº 57, 1992.

CHEIS, Paula Viviane. Identidade de gênero e Identidade de gênero e identidade profissional no campo identidade profissional no campo de trabalho, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto, 2010 .

COSTA, Sérgio. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 1, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de Especialistas em Aspéctos da

Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, p. 171-188. 2002.

DEBERT, Guita Grin. **Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral**. In: CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e curso da vida. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12564/11720>> acesso em: 12 de dezembro de 2017.

DEBERT, Guita Grin. Velhice e o curso da vida pós-moderno. São Paulo, **Revista Usp**, n.42, p. 70-83, junho/agosto 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28456/30313>> acesso em: 1 de dezembro de 2018.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de reprivatização do Envelhecimento**. 1 ed. 1. reimpr., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2004.

DEBERT, Guita Grin. A DISSOLUÇÃO DA VIDA ADULTA E A JUVENTUDE COMO VALOR. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 49-70, jul./dez. 2010.

DEBERT, Guita Grin. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cadernos Pagu**, janeiro-abril de 2016.

DUARTE, Juliana Cristina dos Santos. **Dinâmica da permanência de Mulheres Negras no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação), apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do Machismo. **Perspectivas**, São Paulo, 1980.

FELIPE, Jane. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. 1995. Disponível em: <http://titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/SexualidadeInfantil.pdf> acesso em: 1 de dezembro de 2018.

FELIPE, Jane. **Relações de gênero: Construindo feminilidades e masculinidades na cultura**. XAVIER FILHA, Constantina (org.). Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias. Campo Grande, Editora UFMS, 2012.

FELIPE, Thayza Wanessa Silva Souza; SOUSA, Sandra Maria Nascimento. A construção da categoria velhice e seus significados. Macapá, **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v.7, n. 2, p. 19-33, julho/dezembro 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN1984-4352> acesso em: 10 de novembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização , introdução e Revisão Técnica de

Roberto Machado, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Editora Vozes, 20ª edição, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do Sujeito**. Tradução - Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2006.

FOUCAULT, Michel. Foucault, **Segurança, território, população**: Curso dado no Collège de France (1977-1978). Editora Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, jul./dez. 2013.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1978.

GÓIS, João Bôsco Hora. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008.

GONÇALVES, Edyane Maria de Souza. **APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO DOS SABERES DOCENTES NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO COM IDOSOS**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Interdisciplinar em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, Taubaté, 2015.

HIRATA, Helena. O TRABALHO DE CUIDADO. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, SUR 24 - v.13 n.24 • 53 - 64, 2016.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. EDITORA ATLAS S.A., São Paulo, 2012.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica dos Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Vozes. 2008.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. **Reflexões sobre a Etnografia Crítica e suas Implicações para a Pesquisa em Educação**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, maio/ago. 2011.

MARIANO, Silvana Aparecida; MACÊDO, Márcia dos Santos. Desigualdades e interseccionalidades: deslindando a complexa trama das hierarquias e agenciamentos. **MEDIAÇÕES revista de Ciências Sociais**, Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades, 2015.

MARQUES, Ana Maria. Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade. Florianópolis, **Revista Esboços**, v11, nº11, p. 65-71, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/336/9870> acesso em: 6 de dezembro

de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR. Carlos. **Antropologia, Saúde e Envelhecimento**. Editora Fiocruz, Coleção Antropologia & Saúde, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Revista Ciência e saúde coletiva** [online]. vol.5, n.1, pp.7-18. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232000000100002&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 10(1):18-34, 2005.

MOTERANI, Geisa Maria Batista; CARVALHO, Felipe Mio de. MISOGINIA: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NUMA VISÃO HISTÓRICA E PSICANALÍTICA. **Revista Averso do avesso**, v.14, n.14, p. 167-178, novembro 2016.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**, p. 220-250, 2010.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu** [online]. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332014000100201&script=sci_abstract&tlng=pt>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. tradução Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORTNER, Sherry. **CONFERÊNCIAS DE SHERRY B. ORTNER**. in. CONFERÊNCIAS E DIÁLOGOS: SABERES E PRÁTICAS ANTROPOLÓGICAS 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, 2006.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. **Batalha de Confete no “Mar de Xarayés”: condutas homossexuais, envelhecimento e regimes de visibilidade**. Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Goiânia, **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, p. 263-274, julho/dezembro 2008.

Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/5247/0>> acesso em: 6 de dezembro de 2018.

PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

PUAR, Jasbir. **“Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva**. Meritum – Belo Horizonte – v. 8 – n. 2 – p. 343-370 – jul./dez. 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais, Belo Horizonte, 2017.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antônio. Velho, Idoso e Terceira Idade na Sociedade Contemporânea. **Revista Ágora**, nº 4, p. 1-29, 2006.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo%20negro2.pdf>> Acesso em 10 de outubro de 2020.

SANTOS, V. C. D. **Indícios de sentidos e significados de feminilidade e de masculinidade em aulas de educação física**. Rio Claro, p. 841-852, Out./Dez. 2010.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Revista Estudos de Psicologia** (Campinas) [online]. vol.25, n.4, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400013&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 1 de agosto de 2020.

SCHWARCZ, Lilian Katri Moritz. **Prefácio**. In. Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e interseções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019.

SILVA, Luana Rodrigues Freita. Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional? Rio de Janeiro, **PhysisRevista de Saúde Coletiva**, p. 801-815, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373312008000400011&script=sci_abstrac t&tlng=pt> acesso em: 6 de dezembro de 2018.

SILVA, Janaina Ávalos da; MODESTO, Adriana Ferreira; BRITTO, Fabiana Rodrigues Pessoa de; GUARIENTI, Jucilaine Souza da Costa; FARIAS, Nayla Cristiane Ferreira de. **Universidade aberta à pessoa idosa (UnAPI/UFMS) e as estratégias propostas para o envelhecimento ativo**. Anais do IX Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro Oeste. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In. Identidade e diferença. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SIMÕES, Ângela Lopes; Paula, SAPETA. Construção Social do Envelhecimento Individual. **Revista Kairós Gerontologia**, 20(2), pp. 09-26, abril-junho, 2017.

SORJ, Bila; Fontes, Adriana. **O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social**. In. HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**. EDITORA ATLAS S.A., São Paulo, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava-Jato**. Leya, Rio de Janeiro, 2017.

TÓTORA, Silvana. **Genealogia da velhice**. Texto apresentado no simpósio Temático: “Desenvolvimento sustentável, responsabilidades, resiliências e resistências na sociedade de controle”, XXVII Simpósio Nacional de História, Anpuh, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

VELLAS, François. **Entrevista com o Professor Vellas, Ph.D.** Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2015.

UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Resolução nº 35: Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2011.

WANZELER, Murilo Cunha. **O cuidado de Si em Michel Foucault**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

WEDDERBURN, Carlos Moore. O RACISMO ATRAVÉS DA HISTÓRIA: DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE. 2007. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixar/O-Racismo-atraves-da-historia-Moore.pdf>> Acesso em: 08 de maio de 2021.